



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 49

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de dezembro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Associação de Voluntários do Hospital da Horta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*), o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação à dupla Rúben e Estevão Rodrigues pela conquista do título de Campeões de Ralis dos Açores Absolutos em 2021**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Congratulação aos atletas do Judo Clube de Ponta Delgada Marco Ávila, Nuno Carvalho e Luís Paz pelos resultados alcançados no Campeonato do Mundo de Judo de Veteranos 2021**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e usado da palavra os Srs. Deputados Vílson Ponte Gomes (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Congratulação a Matias Sanfona**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Pesar pelo falecimento de José Duarte Mendes Pamplona do Couto**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Pesar pelo falecimento do escritor Cristóvão de Aguiar**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Doutor Pe. Octávio Medeiros**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Pesar pelo falecimento de João Alberto de Melo Miranda**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Pesar pelo falecimento do escritor e investigador Valdemar Mota](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Espínola (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca (*PS*), o referido voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Independente*), António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*).

A **declaração política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), na qual intervieram os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – “Regime Jurídico de Transporte Marítimo de Animais na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Luís Soares (*PSD*), António Lima (*BE*), Joana Pombo (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*) e Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Posteriormente, foi debatido o [Projeto de Resolução n.º 69/XII – “Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens”](#),

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Délia Melo (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Furtado (*Independente*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), Ana Quental (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi debatido o [Projeto de Resolução n.º 77/XII – “Programa Regional de Prevenção e Combate ao Bullying e Cyberbullying”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PPM.

A iniciativa foi apresentada pelo Sr. Deputado Rui Espínola (*PSD*), tendo intervindo no debate os/as Srs./as Deputados/as Rodolfo Franca (*PS*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*) e Andreia Cardoso (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 58 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta nossa manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos – emissão de votos e declarações políticas.**

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são, como habitualmente: o Partido Socialista dispõe de 48 minutos; o Partido Social Democrata, 40 minutos; o CDS-PP, 16 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos; as Representações Parlamentares, 10 minutos cada; o Sr. Deputado

independente, 5 minutos; o Governo, 20 minutos.

Vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro voto é um voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, ao 25.º aniversário da Associação de Voluntários do Hospital da Horta.

É apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25.º Aniversário da Associação de Voluntários do Hospital da Horta

Alicerçado num dos princípios básicos da solidariedade, o voluntariado beneficia a sociedade em geral e melhora a vida das pessoas, incluindo a dos próprios voluntários. Variados estudos realizados demonstraram desde muito cedo que o conceito de humanização hospitalar se relacionava com o voluntariado praticado nos hospitais.

Certamente por isso, em 1996, o então Conselho de Administração do Hospital da Horta, constituído pelo Dr. Jorge Gonçalves na qualidade de Presidente, Dr. Luís Carlos Decq Mota na qualidade de Diretor Clínico, Dr. Eduardo Rafael na qualidade de Administrador-Delegado e Enf. Isabel Mocho na qualidade de Enfermeira Diretora, aceitaram o desafio de ser criada uma associação de voluntariado naquela instituição, tendo este sido acolhido e concretizado por um grupo alargado de colaboradores.

Após um processo de recrutamento de voluntários, recorrendo a entrevistas prévias a cada candidato, foi realizado o primeiro curso de formação de voluntários em fevereiro de 1996, com o apoio da Associação de Voluntários do

Hospital de São João, do Porto.

Assim nasceu a Associação de Voluntários do Hospital da Horta, no dia 1 de novembro de 1996, altura em que iniciaram o seu trabalho nesta unidade hospitalar, embora a constituição oficial tenha ocorrido a 30 de junho do referido ano e a sua criação por escritura pública apenas no dia 30 de junho de 1997.

O projeto, pela sua importância, foi sendo impulsionado pelos posteriores Conselhos de Administração do Hospital da Horta, nomeadamente pelo Dr. Tomás Azevedo, sócio fundador e honorário, que se manteve por anos associado a este projeto na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

O grupo inicial era então constituído por 22 elementos com uma média de idades de 61 anos. O seu serviço distribuía-se pelos Serviços de Internamento e Consulta Externa, com distribuição de lanches, jornais e revistas.

Colaboravam na organização do Convívio de Natal dos Doentes, na realização do Presépio da Instituição, na criação de “mercadinhos” para angariação de fundos e na comemoração do Dia do Doente, com a realização de palestras sobre saúde dirigidas à comunidade.

Desde sempre, colaboraram no acompanhamento aos utentes internados, seja dentro da instituição enquanto aguardam a realização de exames ou mesmo no acompanhamento em deslocações para outras ilhas ou para fora da Região aquando da impossibilidade de familiares ou amigos o fazerem.

No Dia do Voluntário, no Dia do Doente, no Domingo de Páscoa, eram distribuídas flores pelos doentes e festejado o aniversário dos doentes internados com a oferta de um bolo de aniversário.

De realçar ainda a ajuda prestada por estes voluntários aquando do sismo de 1998, tanto no apoio aos utentes e famílias que recorreram ao Hospital, com uma palavra amiga e uma bebida quente, como até na confeção de refeições que a instituição forneceu por toda a ilha.

Esta equipa de voluntários tem colaborado em paralelo com os diversos técnicos

de saúde, sendo um elemento facilitador na obtenção de meios de apoio que permitem a melhoria dos serviços prestados e a promoção do bem-estar dos utentes, nomeadamente através da aquisição de equipamentos.

A equipa de voluntários é composta atualmente, em virtude das vicissitudes da pandemia, por apenas oito pessoas que, diariamente, vestem a bata amarela que de forma *mui nobre* os distingue dos demais, prestando cuidados de humanização aos utentes e seus familiares em colaboração com os profissionais de saúde dos serviços.

Apesar de utentes e profissionais de saúde reconhecerem a ação do voluntário no Hospital da Horta, esta associação debate-se com uma grande carência de voluntários, necessitando de todo o apoio da comunidade no sentido de reforçar o seu grupo de colaboradores.

Porque o voluntariado requer esforço e empenho, para além de consumir tempo e custos de oportunidade para os voluntários, sendo que estas pessoas abdicam de outras atividades e relações sociais em prol do seu serviço de voluntariado, merecem todo o nosso reconhecimento.

Reconhecimento extensivo, naturalmente, a um grupo de pessoas que, através da sua generosidade, lideraram ao longo dos anos esta Associação assumindo a sua Presidência. À D. Cecília Garcia, à D. Raimunda Rosário, ao Sr. Rui Goulart, à D. Ildeberta Tomás e à D. Maria José Duarte o nosso agradecimento.

Assim, com um sentimento enorme de gratidão para com todos os que já foram e os que são voluntários e desejando a todos os associados e dirigentes desta associação a continuação de grandes sucessos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 25.º aniversário da Associação de Voluntários do Hospital da Horta, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, ao Conselho de Administração do Hospital da Horta, à Câmara Municipal da Horta e à Secretaria

Regional da Saúde e Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, Rui Espínola, António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de saudar a Sra. Deputada Salomé Matos por nos ter apresentado este voto sobre os 25 anos da Associação de Voluntários do Hospital da Horta, ao qual nos vamos associar, porque, efetivamente, e saudava-a também por isso, pela menção particular e nominativa a todos aqueles que estiveram à frente desta Associação, entendemos, também, que nunca é demais este reconhecimento público, porque, de facto, quem faz voluntariado tem que ter disponibilidade, tem que tirar muito do seu tempo pessoal e às suas famílias. E, neste caso particular, no voluntariado em ambiente hospitalar, neste que nós aqui do Faial tão bem conhecemos, estas senhoras e senhores de bata amarela fazem muito mais do que nos proporcionar alguns lanches e alguma conversa de circunstância, têm sido e são a companhia de muitos doentes, aqueles que pela sua situação clínica ficam durante mais tempo nos hospitais, mas também aqueles que pela sua idade têm nestes voluntários alguém que os ouve, alguém que os anima e alguém com quem podem partilhar algum do seu tempo.

Quando, há quase 40 anos, as Nações Unidas instituíram a 5 de dezembro o Dia Internacional do Voluntariado, exatamente com este objetivo de valorizar e de incentivar à prática do voluntariado, tão importante.

E a Associação de Voluntários do Hospital da Horta não é diferente de tantas outras instituições, de clubes desportivos, associações culturais, que,

infelizmente, atualmente, se debatem com a falta de pessoas que queiram, efetivamente, dar do seu tempo e trabalhar de forma gratuita e apenas para ajudar os outros, para contribuir para o desenvolvimento das suas terras. Esta Associação também se debate com esta necessidade de pessoas.

E aqui deixava, também, já agora, o repto: efetivamente, estes voluntários do Hospital da Horta têm uma média de idades já um pouco elevada, mas também estava na altura de os nossos jovens perceberem que também eles fazem falta neste tipo de voluntariado, não só neste, mas também noutros, porque o futuro é deles. E tantas vezes que reiteramos esta situação, que o futuro pertence à juventude, mas também pertence a capacidade da partilha, da dádiva, sem qualquer retorno.

E por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, obviamente, associa-se, como muito gosto, a este aniversário.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, também, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação pela passagem do 25.º aniversário da Associação de Voluntários do Hospital da Horta, porque, obviamente, é de saudar todas as formas de associativismo, mas, sobretudo, estes voluntários que de uma forma empenhada e calorosa todos os dias trabalham de forma graciosa para melhorar a experiência vivida do utente no Hospital da Horta. Ou seja, é nos momentos de maior vulnerabilidade que eles encontram os utentes e, no fundo, são estes voluntários que ajudam, tanto com uma palavra, com a sua disponibilidade e proporcionam algum conforto a quem espera, seja por familiares que estão a ser intervencionados ou por qualquer pessoa que esteja numa qualquer espera de uma consulta. Não é só o conforto de uma bebida quente, de um chá ou de um café,

mas é, sem dúvida, uma palavra e essa companhia que eles podem dar, para além de toda uma ajuda.

E eu, obviamente, permitam-me a nota, também sou sócio desta Associação de Voluntários, apesar de contribuir apenas com as minhas quotas, não tenho tido a disponibilidade, pronto...

Mas, de qualquer das formas, sem dúvida, é um grupo muito empenhado, que, para além desse apoio e dessas palavras de conforto que dão aos utentes, também tem um papel muito importante, às vezes, em tarefas no próprio hospital, em que acabam por ser um complemento, por vezes, às falhas e faltas em recursos humanos que o próprio hospital tem.

Por isso, é, sem dúvida, de saudar esta Associação. E é com muito gosto que nos associamos a este voto aqui trazido pelo PSD.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom dia, antes de mais.

O Chega associa-se também a este voto de congratulação, como é evidente.

E gostaria até de aproveitar, nesta época natalícia, e estender a todos os voluntários, não só este papel fundamental, como já aqui foi dito e não querendo repetir, que é feito de conforto humano (ainda hoje vamos falar possivelmente da saúde mental), num momento de fragilidade que é estar num hospital, muitas vezes com um futuro incerto, para os nossos familiares ou para um amigo que vamos a acompanhar, aquelas pessoas, as tais pessoas da bata amarela, às vezes, são as pessoas que nos vão dar aquele aperto no ombro que é fundamental.

E o voluntariado deve ser acarinhado. E também é um exemplo de que o dinheiro não paga tudo. E aquelas pessoas, de forma gratuita, estão ali a fazer um trabalho fundamental. E há que louvar, nesta altura do Natal, em que vemos muitos voluntários a trabalhar em prol da comunidade, dar também este abraço e este voto de congratulação, não só a esta associação, mas a todos os que trabalham em prol dos outros, que nós, às vezes, nem conhecemos e que nada pedem em troca. Muito obrigado a todos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar então à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia a todos.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à dupla Ruben e Estêvão Rodrigues.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À dupla Rúben e Estêvão Rodrigues pela conquista do título de Campeões de Ralis dos Açores Absolutos em 2021

Realizou-se, nos dias 27 e 28 de novembro, o Além Mar Rali, última prova do Campeonato dos Açores de Ralis 2021, onde se sagrou, pela primeira vez, campeã

de Ralis dos Açores Absolutos a equipa da Auto Açoreana Racing, composta pelos irmãos Rúben e Estevão Rodrigues.

Esta dupla, natural da freguesia dos Arrifes, em Ponta Delgada, começou a sua atividade desportiva em 2008, com a participação em provas de Autocross e de Rampas na ilha de São Miguel, iniciando-se na modalidade dos ralis em 2009, ao volante de um Citroën Saxo, ainda e apenas com participações esporádicas em algumas provas do campeonato.

Pelo seu destaque no desporto motorizado na Região ao longo dos anos, em 2017 foram escolhidos para integrar um projeto que lhes permitiu disputar o Campeonato dos Açores de Ralis na íntegra, aos comandos de uma viatura de última geração.

Em 2018 e 2019, voltam a disputar o campeonato açoriano na sua totalidade, desta feita com uma viatura menos competitiva e num projeto totalmente pessoal, mas que lhes valeu o título de campeões das duas rodas motrizes nesses dois anos consecutivos.

Com a interrupção das competições em 2020 por força da pandemia, regressaram em 2021, novamente num projeto mais ambicioso e de volta com uma viatura de última geração, onde demonstraram um trabalho meritório, vencendo à geral três das sete provas disputadas e conquistando dois segundos lugares à geral, num campeonato renhido até à prova final.

Durante os vários anos de competição, Rúben e Estevão Rodrigues demonstraram sempre e em todas as circunstâncias humildade, desportivismo e respeito por todos os adversários e clubes organizadores, qualidades que contribuem ainda mais para que os açorianos se orgulhem que sejam eles a representar os Açores em provas de automobilismo a nível nacional ou internacional em 2022.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro, aprove o seguinte voto

de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela vitória de Rúben e Estevão Rodrigues – campeões dos Açores de Ralis Absolutos de 2021, competição sob a égide da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK)”.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento aos próprios, à equipa Auto Açoreana Racing, aos clubes organizadores do Campeonato dos Açores de Ralis, designadamente, Clube Asas do Atlântico, Grupo Desportivo Comercial, Terceira Automóvel Clube, Clube Automóvel do Faial e Pico Automóvel Clube, assim como à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, Tiago Lopes, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria, Miguel Costa e Joana Pombo Tavares.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para nos associarmos a isto, como não podia deixar de ser.

Estive ligado algum tempo à promoção, também, do desporto automóvel, em várias categorias.

E dar um abraço a esta dupla de irmãos, que conheço bastante bem, e à equipa que os patrocinou e patrocina.

Apenas isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP aos atletas do Judo Clube de Ponta Delgada.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Aos atletas do Judo Clube de Ponta Delgada Marco Ávila, Nuno Carvalho e Luís Paz pelos resultados alcançados no Campeonato do Mundo de Judo de Veteranos 2021

Portugal foi o anfitrião do Campeonato do Mundo de Judo de Veteranos 2021 e do Campeonato do Mundo de Judo de Katas 2021, tendo sido o Estádio Universitário de Lisboa escolhido como palco para ambas as provas, que decorreram de 21 a 24 de outubro e de 26 a 27 de outubro, respetivamente.

No Campeonato do Mundo de Veteranos, que contou com 369 concorrentes provenientes de 43 países de 4 continentes, Portugal arrasou por completo ao alcançar o primeiro lugar da classificação geral de medalhas e ao conquistar um total de 21 medalhas: 12 medalhas de ouro, 3 medalhas de prata e 6 medalhas de bronze.

Entre os portugueses medalhados contam-se três atletas do Judo Clube de Ponta Delgada, cuja prestação nesta competição, a mais importante organizada pela Federação Internacional de Judo para veteranos, merece o nosso reconhecimento.

Além de Marco César Ávila, que se tornou o primeiro açoriano a ganhar esta

competição, sagrando-se campeão do mundo na categoria M5 -100Kg, também Nuno Carvalho se sagrou campeão do mundo na categoria M2 -73Kg, e Luís Paz vice-campeão do mundo na categoria M8 -90Kg.

Na categoria M5 (50/54 anos) -100kg, Marco César Ávila entrou a vencer na prova, superando o azeri Azar Asgarov no seu combate inaugural, onde pontuou 2 'wazari' em 1 minuto. Encontrou o belga François Latour na semifinal, voltando a dominar com um 'ippon' em menos de 40 segundos. Na final da sua categoria, num combate difícil apenas resolvido após o tempo regulamentar, o português revelou-se superior ao moldavo Grigore Postiga, repetindo o triunfo por 'ippon'. Com este resultado, Marco César Ávila saiu do Pavilhão n.º 1 do Estádio Universitário de Lisboa como Campeão do Mundo e com a Medalha de Ouro ao peito.

Nuno Carvalho (M2 -73kg) começou com uma vitória por 'ippon' sobre Daniyar Taiyr, do Cazaquistão. Somou a sua segunda vitória na semifinal, derrotando o francês Fabien Fornell por duplo 'wazari'. Na grande final da categoria, o judoca açoriano encontrou Mammadov, do Azerbaijão. Após um confronto equilibrado, decidido em 'ponto de ouro', Nuno Carvalho conseguiu projetar o azeri e alcançar o 'ippon' que lhe garantiu a Medalha de Ouro, sagrando-se Campeão Mundial.

Luís Paz (M8 -90kg) estreou-se com duas vitórias nos seus dois primeiros confrontos, derrotando o francês Allain Curien por 'ippon' e o croata Rade Krnjeta por decisão dos juízes. Na luta pelo Ouro contra o moldavo Vladimir Pregelza (ambos com dois triunfos), Luís Paz sofreu dois 'wazari', terminando na segunda posição e conquistando a Medalha de Prata.

A vitória destas três medalhas prestigia os Açores e soma às muitas conquistas que o Judo Açoriano tem realizado, numa clara trajetória de crescimento na nossa Região que devemos reconhecer e apoiar. Reconhecemos, designadamente, a importância da representação açoriana num evento que prova que o Judo é uma modalidade para todas as idades.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação aos atletas do Judo Clube de Ponta Delgada Marco Ávila, Nuno Carvalho e Luís Paz pelos resultados alcançados no Campeonato do Mundo de Judo de Veteranos 2021.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos atletas Marco Ávila, Nuno Carvalho e Luís Paz, e ao Judo Clube de Ponta Delgada.

Os Deputados, Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uso a palavra, da parte do Partido Socialista, para dizer que nós acompanhamos o voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP, que nos traz aqui a valorização da prática desportiva, a valorização da prática de atividade física na nossa Região e o contributo válido que os clubes desportivos e que as associações desportivas dão para prestigiar a nossa Região e elevar o nome dos Açores a nível nacional e a nível internacional.

Também peço a palavra para, neste âmbito, saudar, acima de tudo, os atletas Marco Ávila, Nuno Carvalho e também Luís Paz pelo percurso que têm, pelo percurso que continuam a ter e por aquilo que é o seu trabalho diário, o seu trabalho que contribui também para que os Açores, hoje, continuem a ter o seu nome gravado além-fronteiras naquilo que diz respeito ao desporto e outras modalidades.

Saudar também o Judo Clube de Ponta Delgada pelo trabalho, por aquilo que tem desenvolvido, mas, acima de tudo, esse voto de congratulação significa também

que nós, enquanto Região, devemos continuar a investir, a apostar no desporto açoriano, a apostar também naquilo que é a prática de atividade física. E por isso é que este voto também traz aqui uma chamada de atenção para aquilo que deve ser a contínua aposta, o contínuo investimento no desporto e também naquilo que a Região pode trazer de tão bom que é a prática, que é o nome dos Açores ser levado a bom porto e também ser reconhecido além-fronteiras.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP, que regista os feitos desportivos de três atletas do Judo Clube de Ponta Delgada, o Marco Ávila na categoria de -100kg, o Nuno Carvalho na categoria de -73kg, com títulos mundiais de veteranos, assim como o Luís Paz, vice-campeão mundial na categoria de -90kg, resultados esses que vêm na senda daquilo que é o histórico desportivo deste clube de Ponta Delgada, que iniciou a sua atividade na década de 1960, então por impulso da chegada aos Açores do Mestre Masatoshi Ohi, que fez implantar esta modalidade entre nós, ainda que, curiosamente, quatro anos antes de o Judo Clube de Ponta Delgada ter iniciado a sua atividade, precisamente nas Olimpíadas de Tóquio de 1964, ter sido um açoriano, um micalense, Fernando Costa Matos, a representar o nosso arquipélago e, mais do que isso, sendo o porta-estandarte da comitiva portuguesa nessas Olimpíadas, realizadas no Oriente.

A modalidade ganhou impulso sobretudo pela presença de Masatoshi Ohi, curiosamente também voltou muito recentemente aos Açores, onde ainda permanece. E, logo em 1974, passados apenas seis anos sobre o início da atividade, já o Judo Clube de Ponta Delgada conquistava um primeiro título

nacional, o primeiro de muitas dezenas de títulos que aquele clube alcançou a nível nacional e até mesmo a nível internacional. Sendo de referir que esse primeiro título alcançado pelo Judo Clube de Ponta Delgada foi pelo atleta Francisco Azevedo, um atleta micaelense, mas de ascendência jorgense, por sinal uma ilha onde a modalidade, digo, também ganhou grande expressão e, hoje, é um dos bastiões da modalidade a nível regional e, porque não dizê-lo, também a nível nacional, com títulos alcançados mesmo no plano internacional.

Dito isto, também serve a referência para mencionar que o Judo Clube de Ponta Delgada é reconhecido como entidade de utilidade pública desde 1985, precisamente por esse excelente trabalho, não só nos resultados competitivos alcançados, mas, fundamentalmente, pelo trabalho que faz junto da juventude, ganhando-a para a prática desportiva.

Permitam-me os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP de dizer que este voto deve ser completado com mais uma menção, porque, nos campeonatos do mundo de veteranos realizados em Lisboa, também houve mais um presença açoriana com um título mundial, precisamente na categoria de -48kg, através da atleta Bianca Sousa, que, representando um clube de Aveiro, nem por essa circunstância deixa de ser açorina e, portanto, também deve ser mencionada nesta congratulação que o nosso Parlamento faz a estes atletas pela distinção que eles alcançaram a nível mundial, com isso levando mais alto o nome dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a Matias Sanfona.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Matias Sanfona

Matias Sanfona, natural da cidade de Lagoa, é um jovem de 13 anos, atleta do Judo Clube da Lagoa, tendo-se consagrado campeão nacional de judo na categoria de -42 kg, no Campeonato Nacional de Juvenis 2021, prova organizada pela Federação Portuguesa de Judo, disputado no distrito de Coimbra, em novembro passado.

Mais recentemente, nos dias 4 e 5 de dezembro, nas Jornadas da Juventude realizadas em Almada, o mesmo jovem ganhou a medalha de ouro na modalidade de -38 kg.

Apesar de muito jovem, já possui um vasto registo de vitórias, atingindo agora o reconhecimento e consagração nacional do seu mérito desportivo.

Quer pelos seus resultados desportivos, quer pela sua atividade académica como aluno da Escola Secundária da Lagoa, quer ainda pela sua simplicidade e atitude, o jovem Matias Sanfona é um exemplo para a sua geração, constituindo ainda uma mais-valia pelo seu contributo para a divulgação dos Açores a nível nacional na modalidade do judo.

O Judo Clube Lagoa foi constituído a 12 de dezembro de 2012, e tem como missão desenvolver a modalidade de judo no concelho de Lagoa. Esta instituição desportiva tem apostado, desde então, no desenvolvimento da formação em camadas jovens, e tem vindo a ter uma presença regular nas competições regionais

e nacionais, com excelentes classificações.

Felicitemos o atleta e o seu Clube, desejando a continuação dos maiores sucessos. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelas brilhantes vitórias, do qual deve ser dado conhecimento ao atleta e ao seu Clube.

Horta, 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, Rui Espínola, António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições, se as houver.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para dizer que o Partido Socialista acompanha, mais uma vez, o voto de congratulação que distingue, mais uma vez, a prática desportiva, o empenho, o desporto açoriano, aqui representado pelo Matias Sanfona, um jovem que, com o seu contributo, com o seu empenho e com a sua capacidade de trabalho, está a divulgar os Açores a nível nacional e também internacional.

Isto é um exemplo que nos deve orgulhar, é uma perspetiva de que existem jovens interessados na prática desportiva, existem jovens que querem trabalhar em prol dos Açores. E também isso representa não só o trabalho e o contributo do Judo Clube de Lagoa, apesar de ter uma fundação recente, tem resultados excecionais. E este é mais um deles, que prova bem o trabalho que está sendo desenvolvido.

Mas, também, eu não poderia deixar de referenciar um aspeto que, em nosso entender, é essencial, que tem a ver com a questão de ter instalações desportivas, de existir instalações para que haja prática de treino e prática de competição na

Região. Isto é um bom exemplo de que é preciso apostar, é preciso continuar neste caminho e dar também espaço para que esses clubes possam desenvolver a sua atividade, porque se nós não encontrarmos lugar para que eles possam desenvolver, certamente, os resultados serão diferentes. E nós queremos continuar nessa senda vitoriosa dos nossos atletas.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um voto de pesar pelo falecimento de José do Couto. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

José Duarte Mendes Pamplona do Couto

José Duarte Mendes Pamplona do Couto nasceu a 23 de janeiro de 1946, na freguesia de São Pedro, em Angra do Heroísmo.

Figura emblemática do futebol açoriano, enquanto atleta e treinador dos principais clubes da Ilha Terceira. José do Couto era um defesa central de grandes recursos técnicos e com índices físicos que o colocaram entre os melhores.

Foi igualmente um praticante de referência nas modalidades de basquetebol, andebol, voleibol e ténis de mesa, tendo-se sagrado campeão em todas elas. Foi 36 vezes campeão pela Terceira, obteve 12 títulos de campeão açoriano e 4 de campeão nacional.

Trabalhou na Delegação do Desporto de Angra do Heroísmo, foi Delegado do Desporto da Ilha Terceira e foi também coordenador do Parque Desportivo da Ilha Terceira, no respetivo Serviço de Desporto. Foi ainda professor da disciplina de Educação Física.

Começou a sua atividade como atleta aos 16 anos, jogando andebol e basquetebol, no Sport Clube de Belém, da Terra-Chã. Dois anos depois, na época 1964/65, chegou ao futebol para envergar a camisola do Sport Clube Lusitânia, onde jogou até 1977. Representou então o Sport Clube Marítimo, mas voltou no ano seguinte ao clube do coração, onde totalizou 19 temporadas. Retirou-se, como jogador, na época de 1983/84. Depois disso, trilhou uma brilhante carreira de treinador, que só terminou em 2003.

Em maio deste ano, José do Couto recebeu o Galardão “Carreira de Prestígio”, instituído pela primeira vez, no âmbito da Gala do Desporto Açoriano.

Um troféu entregue pela Secretaria Regional da Saúde e Desporto, em Angra do Heroísmo, sua terra natal, onde foi enaltecida a sua carreira multifacetada e exemplar.

No futebol, José do Couto conquistou tudo o que havia para conquistar ao serviço do Sport Clube Lusitânia, apesar da sua passagem por outros emblemas da ilha Terceira.

Como foi salientado na altura, José do Couto foi uma referência do desporto açoriano, onde deixou uma marca indelével, mas dizendo sempre que recebeu mais do que aquilo que deu. E reconhecendo que a atividade desportiva o promoveu e projetou a nível social, graças a uma carreira de 25 anos como atleta e outros 25 como treinador e dirigente. “O trabalho como forma de garantir o

sucesso” foi um mote que orientou essa longa vida no desporto.

José do Couto faleceu no passado mês de outubro, deixando de luto o desporto açoriano, que serviu de forma exemplar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no mês de dezembro de 2021, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Duarte Mendes Pamplona do Couto.

Do presente voto de pesar deverá ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Rui Espínola e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Queria, em primeiro lugar, dizer que, obviamente, o Partido Socialista associa-se a este voto de pesar.

A figura de José Couto é, sem dúvida, uma referência fundamental na história do desporto açoriano.

Em momentos e em tempos em que a prática do desporto tinha condicionantes, quer de infraestruturas, quer de acessibilidade, no contexto nacional, José Couto foi, sem dúvida, uma referência pela sua qualidade, mas, essencialmente, pela sua capacidade eclética de ter um enorme potencial nas mais diversas modalidades.

Neste contexto, ele, no tempo em que foi praticante, penso que se vivesse nos dias de hoje a sua carreira desportiva teria ido muito para além da realidade regional, porque o seu potencial e as suas características eram únicas e de enorme valor.

Em segundo lugar, como deu continuidade a esse gosto e a essa atividade

desportiva, depois de atleta, enquanto dirigente e particularmente enquanto técnico, ao longo de 50 anos, promoveu, formou e ajudou a formar centenas e centenas de atletas, não só como atletas, mas, particularmente, como homens. E essa foi a sua principal característica: a preocupação de não formar apenas atletas, mas dar ensinamentos para a vida àqueles que com ele tiveram a oportunidade, o gosto e, no fundo, se calhar, porque não dizê-lo, a sorte de ser por ele formados como homens e como atletas.

Nesse contexto, penso que se nós temos referências no contexto desportivo e se temos exemplos para seguir, José do Couto é não só o atleta, o dirigente e o treinador que marca o desporto na Região, mas também é a personalidade que todos devemos seguir como exemplo em cada uma dessas suas componentes.

Por isso mesmo, este voto é extremamente oportuno, mas, particularmente, mais do que um voto de pesar, deve ser também um voto em honra de quem tanto fez pelo desporto nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo falecimento do escritor Cristóvão de Aguiar.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente:

Voto de Pesar

Falecimento do escritor Cristóvão de Aguiar

Qualquer comunidade política deve a sua existência a um conjunto diversificado de elementos identitários, que transcendem a geografia e a história, que moldam o quadro de referências comuns partilhado pela generalidade dos membros dessa comunidade.

A Região Autónoma dos Açores é um desses casos.

Os Açores e a sua Autonomia Política não podem deixar de reconhecer, acarinhar e homenagear, nem que seja na derradeira hora, os seus maiores vultos.

Os nossos heróis, os nossos escritores, poetas, filósofos, artistas, desportistas, políticos e empreendedores, de uma forma ou de outra, todos contribuem para a consolidação da nossa identidade cultural partilhada. Todos eles ajudam a proteger e a defender essa obra maravilhosa e inacabada da nossa Autonomia Regional que, simultaneamente, nos afirma como comunidade política e nos diferencia no todo nacional.

No passado dia 5 de Outubro, faleceu, aos 81 anos de idade, em Coimbra, onde fixou residência, o escritor de origem micaelense Luís Cristóvão Dias de Aguiar. Cristóvão de Aguiar nasceu no dia 8 de setembro de 1940, na freguesia do Pico da Pedra, no concelho da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel.

Cristóvão de Aguiar é considerado um dos maiores vultos da literatura de autores açorianos e um dos nomes de maior importância no panorama da literatura portuguesa contemporânea.

Licenciado em Filologia Germânica pela prestigiada Universidade de Coimbra, que frequentou entre 1960 e 1971, tendo interrompido os estudos devido à mobilização para a Guerra do Ultramar, Cristóvão de Aguiar iniciou, em 1972, uma colaboração com a Universidade mais antiga do nosso país como leitor de Língua Inglesa na Faculdade de Letras dessa Universidade. Nesse mesmo período, colaborou também intensamente com a revista de assuntos culturais

Vértice.

A carreira literária de Cristóvão de Aguiar é longa e pautada por várias obras de referência, tanto na poesia como na prosa, que o catapultaram para a consagração literária.

Prova disso foram os diversos prémios literários e medalhas de reconhecimento que recebeu ao longo da sua vida.

Algumas das distinções mais importantes que ganhou foram os prémios: Ricardo Malheiros, atribuído em 1978 pela Academia das Ciências de Lisboa, pela obra “Raiz Comovida, A Semente e a Seiva”; Grande Prémio da Literatura Biográfica da Associação de Escritores Portugueses, em 1999, pela obra “Nova Relação de Bordo: Diário ou nem tanto ou talvez muito mais”; Prémio Miguel Torga/ Cidade de Coimbra, atribuído em 2002, pela publicação de “Trasfega, casos e contos”; e o mesmo prémio, quatro anos mais tarde, pela obra “A Tabuada do Tempo, a lenta narrativa dos dias”.

Em setembro de 2001, Cristóvão de Aguiar foi agraciado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, com o grau de comendador da Ordem do Infante Dom Henrique.

Em 2005, foi homenageado pela Faculdade de Letras e pela Reitoria da Universidade de Coimbra.

Ao longo da sua vida, Cristóvão de Aguiar não se limitou ao ensino e à produção literária. Foi uma personalidade que interveio com frequência no plano cívico, através da escrita ou de entrevistas, deixando alertas e incitando a reflexões que resistiram ao passar dos anos.

Numa das suas várias entrevistas afirmou que *“Sou um crítico do sistema escolar, penso que não se pode aprender Literatura sem se saber primeiro a Língua. O que faltará ao nosso ensino é o ensino profundo do Português. O que sei é que os jovens estão a escrever cada vez pior. Não se pode amar a Literatura, amar um texto, sem saber a Língua. Neste aspeto temos de modificar o nosso ensino. Não*

digo para voltar aos métodos antigos, mas é preciso voltar ao ensino do Português”.

Cristóvão de Aguiar, através de uma produção literária pródiga e distinta, afirmou-se como um arquétipo das letras nacionais contemporâneas. Uma personalidade que, para citar o grande Camões, pertence ao restrito grupo *“daqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando”*.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores propõe o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário na cidade da Horta, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Luís Cristóvão Dias de Aguiar; reconhecendo o incontornável contributo que este distinto escritor deu à literatura portuguesa contemporânea e à cultura açoriana; enaltecendo as suas qualidades humanas e atributos pessoais que fizeram dele um cidadão ilustre; e endereçando sentidas condolências a todos os seus familiares e amigos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia do Pico da Pedra, à Câmara Municipal de Ribeira Grande, à Associação Portuguesa de Escritores, à Reitoria da Universidade de Coimbra e ao Ministério da Cultura do Governo da República Portuguesa.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, José San-Bento, Vasco Cordeiro, Miguel Costa, Sandra Faria e Andreia Costa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento do Sr. Padre Octávio Medeiros.

Tem a palavra para a apresentação do voto o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo Regional:

Voto de Pesar

Prof. Doutor Pe. Octávio Medeiros

Partiu para a morada definitiva o Padre Octávio Medeiros, um homem simples, inconformado, estudioso, defensor dos mais frágeis, amante da sua terra, a Povoação, onde nasceu, na Lomba do Botão, em 1944.

Como tantos rapazes das gerações de então, dizia, pouco tempo teve para ser menino – o Ensino Primário, bem-sucedido, caminhou a par do trabalho no campo e na construção civil.

A vocação sacerdotal, que cedo se lhe despontou, teve de aguardar quase três anos pelas condições materiais que permitiram o ingresso no Seminário Menor do Santo Cristo, em Ponta Delgada, corria o ano de 1958, pela mão do seu benfeitor e primo Padre António de Medeiros Paiva, sacerdote incardinado na Diocese de Providence, R. I. Passados dois anos, transitou para o Seminário Episcopal de Angra.

Quase a completar o curso de Teologia, abandonou precisamente esse Seminário, em discordância com a orientação pedagógico-pastoral que ali vigorava. Mas tal circunstância não lhe abalou a fé, nem o espírito de serviço à comunidade cristã.

Seguiu-se o serviço militar, como voluntário, em Angola, onde foi recebido no

Seminário de Uíje. Tendo o curso de Teologia dos Seminários concluído, após as formalidades canónicas, iniciou o caminho do diaconado até à ordenação sacerdotal, realizada em abril de 1972, por sinal, no Dia Mundial das Orações pelas Vocações. O ato religioso teve lugar no Pavilhão do Futebol Club do Uíje, dado que a Igreja Catedral era demasiado pequena para a primeira cerimónia de ordenação naquela Diocese angolana.

Regressado a São Miguel em 1977, voltou a encontrar entraves na integração no clero diocesano, experimentando dificuldades financeiras e incompreensões que, todavia, nunca o fizeram desistir da sua grande vocação.

Obtido o grau de licenciado, foi recrutado como tarefeiro de investigação pela Universidade dos Açores.

Posteriormente, por nomeação do Vaticano, veio a exercer o cargo de Vice-Reitor do Pontifício Colégio Português, em Roma.

O regresso definitivo à academia açoriana aconteceu em 1983, onde inicia funções docentes e obtém mais tarde a equivalência ao grau de Doutor em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia, que trouxera já da capital italiana.

Até 2004, na Universidade dos Açores, o Padre Octávio partilhou o seu conhecimento, inconformismo e alegria com centenas e centenas de alunos (tive o privilégio de ser um deles), produzindo ali uma vasta obra científica, com incidência nas temáticas da sociologia da religião.

No seu múnus sacerdotal exerceu, entre outros cargos, o de diretor do Instituto de Cultura Católica, de Assistente do Movimento Católico de Estudantes (MCE), para a Pastoral Universitária, Vigário Episcopal de São Miguel e Pároco da Matriz da Povoação.

Foi, ainda, presidente da direção da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, diretor da Escola Profissional Monsenhor João Maurício de Amaral Ferreira e integrou os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Povoação, Filarmónica Marcial Troféu e Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Em 2010 foi agraciado com a Medalha Autónoma de Mérito Cívico e dois anos depois com o título de Cidadão Honorário do Concelho da Povoação.

Por tudo isto e por muito que fica por dizer, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Doutor Octávio Medeiros.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, Rui Espínola, António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, Elisa Sousa Joaquim Machado e Marco Costa.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo falecimento de João Alberto de Melo Miranda.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de João Alberto de Melo Miranda

João Alberto de Melo Miranda deixou-nos no passado dia 21 de junho, em Angra

do Heroísmo. Foi lá que nasceu, a 19 de dezembro de 1930, tendo a sua vida sido pautada pelo serviço à causa pública, destacando-se a sua carreira de Engenheiro, desempenhada na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

João Alberto de Melo Miranda é também um nome querido desta Casa, por aqui ter desempenhado as funções de deputado, nos primórdios da nossa Autonomia.

Formou-se como Agente Técnico de Engenharia Civil e Minas no então Instituto Industrial de Lisboa, uma profissão que viria mais tarde a ser designada por Engenheiro Técnico.

Iniciou a sua vida profissional nas minas de volfrâmio da Panasqueira, na Beira Interior. Posteriormente, integrou a empresa “Obras Públicas e Cimento Armado, S.A”, mais conhecida como OPCA, uma das mais prestigiadas empresas portuguesas a atuar no sector da engenharia, construção civil e obras públicas, que funcionou entre 1932 e 2008.

João Alberto de Melo Miranda participou ativamente na construção das estradas da margem sul do Tejo, que dão acesso à hoje designada Ponte 25 de Abril.

Contudo, o seu amor a esta Terra, à nossa Região, no caso concreto à ilha Terceira, fez com que regressasse à sua ilha natal, tendo-se candidatado a uma vaga na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Foi lá que desempenhou e exerceu a grande maioria da sua atividade profissional, tendo iniciado funções em 1965 e tendo-se aposentado 29 anos depois, em 1994.

Esta vida de funções públicas apenas foi interrompida no período em que desempenhou as funções de deputado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na primeira legislatura da nossa Região, entre 1976 e 1980.

Enfrentou sempre com empenho e dedicação os desafios profissionais a que foi sujeito, destacando-se os decorrentes do devastador sismo de 1980.

A 1 de janeiro de 1989, foi nomeado Diretor do Departamento de Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, um cargo que desempenhou, com brio, até à sua aposentação.

João Alberto de Melo Miranda foi também um ativo membro da nossa sociedade Terceirense.

Em 1960, integrou o grupo dos 30 sócios fundadores da Associação “Os Montanheiros”, tendo participado no Grupo de Trabalho que elaborou a Proposta do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores em 1976.

Cabe-nos agora a nós recordar, com saudade e admiração, o excelente profissional e a admirável pessoa que foi João Alberto de Melo Miranda durante toda a sua vida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento de João Alberto de Melo Miranda.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua Família, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e à Associação “Os Montanheiros”.

Horta, Sala de Sessões 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, Andreia Cardoso, Sérgio Ávila, Berto Messias, Rodolfo Franca e Tiago Lopes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento do escritor e investigador Valdemar Mota.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola. Faça favor.

Deputado Rui Espínola (PSD):

Voto de Pesar

Falecimento do escritor e investigador Valdemar Mota

Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves nasceu a 11 de abril de 1933, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Angra do Heroísmo, tendo frequentado o ensino na antiga Escola Comercial e Industrial Madeira Pinto daquela cidade.

Foi um conhecido empresário, administrando a firma Frederico A. Vasconcelos, Herdeiros, Lda., de Angra do Heroísmo, concelho onde foi vereador da sua Câmara Municipal e deputado da Assembleia Municipal, sendo também membro da Comissão de Toponímia e da Comissão para as Comemorações da Batalha da Salga, assim como vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados.

Foi presidente da Real Associação da Ilha Terceira e do Conselho Particular das Conferências Vicentinas. Presidiu à direção do Recolhimento de Jesus Maria José (Mónicas) durante 12 anos, em cuja qualidade dirigiu as obras de reconstrução do edifício principal após o sismo de 1980.

Foi presidente da Confederação Operária Terceirense e da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira.

Mas foi igualmente como escritor, investigador, genealogista, jornalista, colunista e conferencista, que Valdemar Mota se notabilizou. Os jornais e as revistas da Região, assim como a imprensa da diáspora, comprovam-no, com os muitos apontamentos que relembram episódios, factos e personalidades da história açoriana e da cultura do nosso povo.

Durante vários anos dedicou-se ao jornalismo, perdendo-se quase a conta dos trabalhos publicados nos jornais angrenses “A União” e “Diário Insular”.

Escreveu para as revistas “Portugal Maior” e “Ilha Terceira”. Foi correspondente na Terceira do “Diário de Notícias” e do Jornal Açoriano de Toronto, assim como correspondente da RTP/Açores para os noticiários.

Era membro do Instituto Açoriano de Cultura, sócio do Instituto Histórico da Ilha Terceira, membro fundador do Núcleo Cultural Ferreira Drummond, do Instituto Histórico e Genealógico de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil), da Sociedade Portuguesa de Ex-Libris e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Foi distinguido pela Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, como Cavaleiro e Comendador, condecorado pela Presidência da República Portuguesa com o grau de Oficial da Ordem do Mérito – a 10 de junho de 1998 –, e homenageado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com a Medalha de Honra Municipal. Foi ainda homenageado no II Congresso da Imprensa Regional não Diária.

Em 2020, a sua obra completa foi editada pela Editora Turiscon Editora, em 3 volumes, com prefácio de D. João Lavrador, então Bispo de Angra, e uma tiragem limitada de 200 exemplares, reunindo 49 livros e/ou separatas, 15 palestras ou comunicações e mais de 600 artigos de jornal.

Valdemar Mota faleceu no passado dia 15 de setembro de 2021, em Angra do Heroísmo, aos 88 anos de idade, deixando vasta obra e um importante contributo para a cultura açoriana, para além de grandiosa obra em prol da Diocese de Angra. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2021, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves.

Do presente voto de pesar deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Instituto Açoriano de Cultura, ao Instituto Histórico da Ilha Terceira, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à empresa Frederico A. Vasconcelos, Herdeiros, Lda.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Notável escritor, jornalista, investigador, Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves faleceu no passado dia 15 de setembro, em Angra do Heroísmo, com 88 anos de idade.

Tendo numerosos e variadíssimos trabalhos publicados nos dois jornais angrenses, “A União” e “Diário Insular”, escreveu também para as revistas “Portugal Maior” e “Ilha Terceira”, foi correspondente na ilha Terceira da RTP/Açores, do “Diário de Notícias” e do Jornal Açoriano de Toronto.

Condecorado pela Presidência da República Portuguesa com o grau de Oficial da Ordem do Mérito, de entre outras distinções, Valdemar Mota Gonçalves deixa a sua importante marca na cultura açoriana, motivando o Grupo Parlamentar do PS a, muito naturalmente, associar-se ao voto de pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Até sempre.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim a apresentação e votação dos votos.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 35 minutos.

Eram 11 horas e 13 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, agora com as declarações políticas.

Eram 11 horas e 40 minutos.

É a vez do PSD fazer a sua declaração política neste período legislativo.

Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Ministra da Coesão Territorial afirmou ontem que o atual Governo da República é, e cito, «dos Governos mais centralistas que o nosso país já teve». Não é o PSD que o diz. É uma governante socialista da República.

A Ministra da Coesão Territorial disse mais: disse que o senhor Primeiro-Ministro «reconhece» que este é um dos Governos mais centralistas que Portugal já teve.

E acrescentou que, e volto a citar: «esse centralismo acentuou-se com a pandemia».

Isto foi dito – ontem, sublinho, foi dito ontem – por uma ministra que é também candidata e cabeça-de-lista do Partido Socialista nas próximas eleições legislativas nacionais de 30 de janeiro.

De facto, este Governo da República é um dos Governos mais centralistas que o país já teve. Com a agravante de se tratar de um Governo dissimulado na relação com os Açores. Enquanto fingia ser amigo das autonomias regionais, o Governo

da República do Partido Socialista desconsiderava muitas das justas pretensões dos Açores.

A ação política deste Governo da República revela um profundo pendor centralista. Foi assim durante seis anos.

Deputado Carlos Silva (PS): As Agendas são um bom exemplo disso!

O Orador: Quase todos os meses nos deparámos, nos Açores, com decisões da República que não respeitaram a nossa Autonomia. Ainda este mês, fomos confrontados com três atitudes que afrontam os Açores e o respeito pelas Autonomias.

O Governo da República do Partido Socialista criou um apoio excecional de compensação às empresas pelo aumento do salário mínimo. Mas as empresas dos Açores ficaram impedidas de aceder a esse apoio.

Desde este mês, os açorianos são obrigados a preencher um formulário sempre que viajam para o continente. O mesmo não é exigido nos voos entre aeroportos continentais. Trata-se de uma medida discriminatória e atentatória da nossa cidadania. Para os socialistas, há portugueses de primeira e de segunda.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Também este mês de dezembro foi conhecida a pretensão do Governo da República de retirar à Região todos os poderes que os Açores têm em matéria de atividades espaciais.

Não podemos aceitar um comportamento idêntico ao que foi tentado pelos centralistas com a famosa Lei do Mar.

Este assunto é demasiado importante para o país, que não pode ignorar as competências e as mais-valias que os Açores oferecem neste domínio.

Deputado António Lima (BE): O Bloco de Esquerda votou contra, ao contrário

do PSD!

O Orador: Estes três exemplos recentes não são casos isolados. Bem pelo contrário. São o culminar de uma governação marcada por um padrão centralista e de incumprimento das promessas feitas aos açorianos.

Este Governo da República do Partido Socialista é reincidente a falhar com os Açores. Nos últimos seis anos, ficaram por resolver as grandes questões da competência da República na sua relação com os Açores.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O novo cabo submarino de telecomunicações não passou do papel. O futuro estabelecimento prisional de Ponta Delgada continua inerte em bagacina.

Deputada Alexandra Manes (BE): Um terreno!

O Orador: No processo de descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira tem faltado coragem e determinação ao Governo da República para defender os interesses dos Açores e do Estado Português.

O Aeroporto da Horta ainda aguarda o cumprimento das promessas socialistas, apesar do compromisso do atual Governo para compartilhar o projeto de ampliação da pista.

A Universidade dos Açores, cuja importância é determinante para o nosso futuro coletivo, continua à espera, pois o atual Governo da República insiste em desprezá-la e em falhar com os compromissos assinados.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo da República do Partido Socialista foi o campeão das promessas, mas o lanterna vermelha dos resultados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: As eleições nacionais de 30 de janeiro próximo são muito mais do que a escolha de um governo. Trata-se de um ato eleitoral a que os açorianos serão chamados para escolher os representantes do Povo dos Açores na Assembleia da República. O compromisso dos candidatos da coligação PSD/CDS-PP/PPM é fazer de cada uma das questões açorianas uma causa nacional.

Connosco, os Açores estão acima de disciplinas partidárias e das lealdades e subserviências políticas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos sempre tirar partido pelos Açores e só pelos Açores.

O projeto político da AD/Aliança Democrática põe o bem dos Açores acima dos interesses partidários.

Porque os Açores são o nosso partido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em todas as questões em que estejam em causa os Açores, enfrentaremos os problemas, apresentaremos propostas e exigiremos resultados.

As mulheres e os homens que compõem a lista da AD/Aliança Democrática não se candidatam contra ninguém. São candidatos que vão representar o Povo dos Açores na Assembleia da República, conscientes de que se trata de uma grande responsabilidade e, simultaneamente, de um enorme privilégio.

A AD/Aliança Democrática apresenta uma equipa que está profundamente empenhada e motivada para trabalhar a favor dos Açores e dos açorianos. Trata-se de uma lista plural e representativa, composta por pessoas que querem, acima de tudo, servir a nossa Região.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: São pessoas com provas dadas nas suas profissões e nas comunidades em que vivem.

A AD/Aliança Democrática apresenta uma lista de candidatos que corresponde ao prestígio e à melhor defesa dos Açores.

Estamos empenhados em ser porta-estandarte das cores dos Açores.

Não abdicaremos de defender, sem medo, a Causa Açoriana.

Porque os Açores são o nosso partido.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a declaração política e estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faz favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD traz, aqui, nesta declaração política, como fator essencial da sua declaração, a falha dos compromissos que a República tem tido com os Açores, assim como os atentados à nossa autonomia.

E começo por dizer que defendemos, agora, como sempre o fizemos, que é necessária uma posição firme junto do Governo da República na defesa dos interesses e daqueles que são os compromissos com a nossa Região. E não podemos, também, aceitar golpes e atentados à nossa autonomia, pondo em causa o desenvolvimento da nossa Região.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Porque, como sempre o defendemos, a autonomia dos Açores é, sem dúvida, um fator de desenvolvimento para o nosso país, ou seja, para Portugal.

O Governo da República tem falhado em diversos compromissos com a nossa Região. Foram enumerados no âmbito da declaração feita pelo Deputado João Bruto da Costa. Desde o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, mas também o estabelecimento prisional da Horta. A questão dos radares meteorológicos, que tantas vezes o CDS trouxe também a esta Casa. E o compromisso que existe e que foi reafirmado por diversas vezes, da instalação dos radares meteorológicos também na ilha de São Miguel, também na ilha das Flores, continua por cumprir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: A questão do aeroporto da Horta, da Universidade dos Açores...

E a verdade é que existem diversos compromissos que continuam por cumprir.

E é bom recordar que, quando António Costa assumiu as suas funções de Primeiro-Ministro, falava-se então no novo impulso na defesa dos interesses regionais. E a verdade é que continuamos à espera desse impulso, que até agora teima em chegar à Região, na concretização dos compromissos assumidos com a Região.

E não podemos continuar a sentir que os compromissos assumidos com a nossa Região são uma mão cheia de nada e que teimam em não ser concretizados, porque estes incumprimentos, sem dúvida, hipotecam o progresso da nossa Região e o nosso futuro nos Açores.

E é fundamental, sem dúvida, também foi aflorada essa questão, uma boa relação entre o Governo Regional e os Deputados que representam a Assembleia da República, em que os Açores devem estar sempre primeiro. E é essa a nossa responsabilidade aqui perante os açorianos e também dos Deputados da Assembleia da República perante a nossa autonomia.

É isso que sempre defendemos, que sempre dissemos da nossa bancada enquanto

oposição. É isso que continuamos a defender.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do PSD, na sua segunda parte, que eu entendi que é dividida em duas partes, alerta para uma situação que se irá passar no início do próximo ano, as eleições legislativas nacionais, e alerta também para o entendimento que cada um de nós, enquanto açorianos, deverá ter sobre aqueles que serão os nossos representantes na Assembleia da República.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, efetivamente, é um assunto pertinente. Estará em causa, nessas eleições legislativas de 30 de janeiro, decidir quem, efetivamente, devem ser os nossos representantes. Não decidir quem é que deve ser o partido da eleição, mas sim quem são as pessoas que estão mais aptas, mais capazes para nos representar, porque, pior do que os centralismos que o Sr. Deputado João Bruto da Costa falou, é, efetivamente, as discriminações negativas que, por vezes, a nossa Região ou as Regiões Autónomas são alvo, como foi bem exemplo o que o Sr. Deputado João Bruto da Costa apresentou.

E dizer também que estará em causa, efetivamente, escolher quem são os deputados mais capazes de nos representar, pela experiência profissional, pelo

percurso de vida, pela capacidade de se mostrarem imparciais quando estiver em causa a defesa dos Açores e não as questões de origem partidária, e a capacidade de não vergar perante a defesa dos interesses da nossa Região. É isso que vai a votos e é isso que os açorianos deverão, efetivamente, julgar a 30 de janeiro.

Fica o alerta a todos os açorianos: que meditem. E meditem de forma convicta sobre aquilo que serão os interesses deste povo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado esgotou o seu tempo, para este período legislativo, para o PTAP. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD faz uma declaração política que começa no centralismo e acaba numa apresentação da lista da coligação às próximas eleições de 30 de janeiro.

E pensei que o objeto da declaração política fosse essencialmente discutir as responsabilidades do Governo da República na Região, mas a maior parte do tempo foi, de facto, gasto a fazer campanha eleitoral.

E nessa campanha eleitoral começo por notar que não vi nenhuma proposta em concreto. Aliás, a coligação nos Açores e o PSD a nível nacional têm-se primado por essa curiosa característica de não ter programa. Basta ter ouvido a entrevista do Rui Rio ontem, em que passou uma hora a falar de casos e não apresentou uma única solução para o país. E é o mesmo que temos aqui nos Açores com esta nova e ressuscitada AD.

Mas não quero fugir ao debate mais importante, o debate que aqui trouxe na primeira parte da intervenção, o debate sobre o centralismo. E começo por dizer que o centralismo existe, e muito, no atual Governo da República, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O seu Governo da República!

O Orador: ... como existiu, e muito, no anterior Governo do PSD e CDS.

E recordo, falando de centralismo e de ataques à autonomia, que um dos maiores ataques à autonomia teve o voto favorável, aliás, o poder de iniciativa do Governo do PSD e do CDS. A Lei do Mar, caso não se recordem, foi aprovada na Assembleia da República com os votos contra do Bloco de Esquerda e com o voto favorável do PSD, do CDS e do Partido Socialista.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É mentira!

O Orador: É bom que a história seja afirmada e não se esqueça, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor está a mentir!

O Orador: ... porque falar quem fala é preciso também fazer *mea culpa*.

Mas falemos de outros ataques, e falou muito bem o Sr. Deputado João Bruto da Costa sobre o ataque que se prepara relativamente aos poderes da Região sobre as atividades espaciais, que pretende o Conselho de Ministros e o Governo da República retirar todo e qualquer poder da Região sobre o que se faz na área espacial nos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor está a faltar à verdade! O senhor não é sério! Isso não é verdade!

O Orador: E é por isso que o Bloco de Esquerda já apresentou, com caráter de urgência, uma proposta, um projeto de resolução para que esta Assembleia se pronuncie contra esse projeto de decreto-lei.

Mas também não posso deixar de avaliar o que é que esta maioria e o que é que este Governo tem feito para defender os Açores desse mesmo centralismo que criticou o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Falou do estabelecimento prisional de Ponta Delgada. Não posso deixar de recordar o famoso terreno que tanto também criticava o PSD quando estava na oposição. E o que é que fez o Governo

para tentar mudar isso até agora? Para além de uma declaração do Sr. Presidente no início do mandato, não vimos mais nada. Tudo continua exatamente na mesma e desconhece-se qualquer intervenção pública sobre essa matéria.

E quando se trata de defender os Açores e os açorianos, principalmente aqueles que trabalham e que têm salários baixos, que vivem do salário mínimo, este Governo diz que não vale a pena mexer nestas situações porque, e cito, “aquilo que os açorianos que ganham o salário mínimo descontam para o IRS”, o Governo, através do Sr. Secretário das Finanças, acha que “é apenas simbólico e que não valeria a pena fazer nada”.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): O senhor está desatualizado!

O Orador: E o Governo deixou passar esta situação, que, felizmente, foi corrigida!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): O senhor está distraído!

O Orador: Não estou distraído, Sr. Secretário. Felizmente, foi corrigida, mas não foi pelo senhor, porque o senhor disse que esse era um assunto em que não havia qualquer vantagem em mexer, porque os trabalhadores descontavam um valor meramente simbólico. Sr. Secretário, pode ser para si meramente simbólico, mas 10 euros para quem recebe o salário mínimo faz muita falta.

E é lamentável que o Governo Regional não tenha a coragem de, sim, enfrentar o Governo da República quando é para defender os açorianos.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Muito bem!

O Orador: Porque o Bloco de Esquerda já alertou para esta situação no ano passado. O que é que fez o Governo Regional? Nada!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Faz favor, Sr.

Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate político é sempre saudável e a discordância é bem-vinda ao debate político. A falsidade e faltar à verdade é que não é bem-vindo ao debate político.

Deputado António Lima (*BE*): Qual é a falsidade?

O Orador: E o Sr. Deputado António Lima falta à verdade quando disse, por exemplo, que o CDS votou a favor da Lei do Mar, na República. É falso! O CDS absteve-se, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (*BE*): Quem era a Ministra do Mar?

O Orador: O senhor está a confundir duas coisas, está a confundir a Lei de 2014 e depois está a confundir esta última alteração, onde, aliás, a Dra. Ana Paula Vitorino era a grande impulsionadora dessa Lei do Mar e dessa alteração. E, portanto, o senhor confundiu duas coisas.

Quanto ao mais, Sr. Deputado, o seu Governo da República, que o senhor faz parte integrante e que se zangou há pouco tempo, mas que fez parte integrante até agora, aprovando e viabilizando orçamentos, portanto, a sua quota responsabilidade é do seu Governo da República, Sr. Deputado.

Efetivamente, o Sr. Deputado vem aqui, faz afirmações que não fundamenta e anda desatualizado, porque, relativamente às taxas de retenção de IRS, o Sr. Deputado se andasse entretido a ver as notícias que são reais, em vez de andar a divulgar relatórios confidenciais, o Sr. Deputado talvez estivesse mais atento e assim seria melhor e mais assertivo nas suas intervenções, Sr. Deputado. O relatório confidencial que o senhor divulgou...

Deputado António Lima (*BE*): Não divulguei coisa nenhuma!

O Orador: ... é aquele que foi entregue a esta Assembleia, em que o senhor fez declarações públicas sobre dados confidenciais de um relatório. E isso é

inaceitável, sabe porquê? Porque descredibiliza as instituições, Sr. Deputado.

Presidente: Isso está no âmbito, Sr. Presidente?

O Orador: E relativamente às outras matérias, o senhor não pode falar, porque o seu Governo da República maltratou a Região e o senhor nunca disse nada nessa matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o CDS, aqui, sempre foi coerente, Sr. Deputado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sempre estive ao lado dos Açores e dos açorianos, nunca claudicou, ao contrário do partido de V. Exa.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...

Deputado António Lima (BE): Interpelação.

Presidente: Interpelação. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, eu vou fazer chegar à Mesa o resultado da votação da Lei de Bases do Mar, com os diversos sentidos de voto, para que fique claro que o que disse não é mentira.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Assim que a Mesa rececionar, será distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados e pelos Srs. Membros do Governo.

A Mesa não tem mais inscrições. Não sei se há mais inscrições...

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pela voz do seu líder parlamentar, trouxe a esta tribuna uma declaração política sobre a qual se pode dizer várias coisas, desde as mais simples e evidentes, de que é uma declaração que corresponde à “fruta da época”, mas também em relação a outras que me parece importante, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, referir. A primeira delas é que eu, talvez, ainda, não tenha atingido o grau de experiência política do Sr. Deputado João Bruto da Costa para ver a atividade política de forma tão maniqueísta, ou seja, de um lado estão os bons e de outro estão os maus. E neste caso, de um lado estão os bons, que é o PSD, a coligação, e do outro lado estão os maus, que é o PS e os outros partidos. É pena que o faça desta forma. E tenho pena de não ter atingido ainda esse grau de perfeição na análise política que me possa levar a ver as coisas assim, a preto e a branco. Suspeito que não é bem assim, mas para lá vamos.

Em segundo lugar, o que gostaria de dizer é que esta declaração releva mais por aquilo que não diz e demonstra do que por aquilo que diz. E o que esta declaração, desde logo, demonstra é a dupla face, a duplicidade desta maioria no relacionamento com o Governo da República. Porquê? Porque dizem uma coisa em Lisboa e dizem outra aqui nos Açores.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Em Lisboa, dizem, pela voz do Sr. Presidente do Governo, que há um relacionamento institucional impecável com o Governo da República do Partido Socialista, cooperante e com sentido de responsabilidade. Aqui, o que dizem é exatamente o contrário, que o Governo da República do Partido Socialista é o pai de todos os males da autonomia.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não é verdade!

O Orador: Bom, fica ao vosso critério e fica, sobretudo, bem demonstrativo desta duplicidade de dizer uma coisa em Lisboa e de dizer o seu contrário aqui nos Açores, nomeadamente na Assembleia Legislativa da Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Em terceiro lugar, há uma coisa que a minha experiência política me ensinou: é que centralistas há em todos os partidos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): É verdade!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Ora aí está!

O Orador: E levantar-se V. Exa. do seu lugar para ir àquela tribuna dizer que o Governo da República do Partido Socialista é centralista, mas nós não somos...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Eu não disse isso!

O Orador: Ó Sr. Deputado, esses truques eu também conheço, mas não os uso! ... mas nós não somos, dizia, só lhe fica mal, porque reduz a clarividência que deve haver na defesa dos interesses dos Açores e da nossa autonomia face a esses centralistas.

E, curiosamente, é a propósito das eleições legislativas que V. Exa. se levanta em defesa da postura profundamente respeitadora das autonomias do seu partido a nível nacional, quando, curiosamente, foi o líder do seu partido a nível nacional que, atropelando aquilo que deveria ser, na minha modesta opinião como açoriano, um poder e uma competência do seu partido a nível regional, anunciou o cabeça de lista à Assembleia da República.

Foi o seu líder a nível nacional que, a propósito dos Açores, disse, e cito: “Valem 12 mil votos, não é fortuna nenhuma.”

Foi o seu partido a nível nacional que, em anteriores Governos da República, limitou e castrou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas nos poderes que a autonomia devia ter.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: É de um Governo do seu partido a nível nacional que resultou a versão inicial da Lei do Mar.

E, portanto, Sr. Deputado, V. Exa. pode ter a vontade de dizer o que quiser, mas os factos não sustentam aquilo que V. Exa. quer fazer parecer e quer transmitir.

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

O Sr. Deputado Joaquim Machado, em aparte, invoca o exemplo do Aeroporto da Horta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a universidade? O contrato que o senhor assinou com a universidade, enganando os açorianos, todos!

O Orador: Mas o senhor quer maior duplicidade e pactuar com uma postura centralista, ter um Governo Regional que diz: não se preocupem, nós pagamos 40% daquilo que é a ampliação do Aeroporto da Horta?! Acha isso correto?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga, diga, o contrato que o senhor assinou!

O Orador: E no caso da Universidade dos Açores, por exemplo, acha correto silenciar aquela que tem sido uma postura de não dar à Universidade dos Açores aquele que tinha sido um compromisso com o anterior Governo Regional?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Assinou, enganando toda a gente!

O Orador: Ninguém assinou nada! V. Exa. está mal informado!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Partido Socialista, a posição e a postura é clara e, sobretudo, é coerente e constante. O nosso compromisso e a nossa lealdade é com os Açores e com os açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Afrontamos quem quer que afrontemos e, sobretudo, ouvimos aquilo que ainda temos de ouvir, de dizer que queremos fazer um acerto de contas com o Governo da República do Partido Socialista, conforme referiu o Sr. Presidente do Governo numa declaração há tempos. Mas não se iluda e, sobretudo, não caia nesse erro de julgar que os centralistas estão apenas do lado de um partido. Olhe, até lhe digo mais, oxalá que V. Exa. tivesse razão, mas, infelizmente, não tem. Centralistas, há-os em todos os partidos.

E o tempo e a função desta Casa é fazer exatamente o contrário daquilo que V. Exa. fez daquela tribuna, é, acima dos partidos, para além dos partidos, ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... colocar acima de tudo a defesa dos interesses dos Açores e dos açorianos! E, sobre isso, o Partido Socialista está, como sempre esteve, na linha da frente!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como eu costumo dizer, todos os partidos têm o seu Marques Guedes.

Mas neste debate, o que me fez pedir a palavra, e que me perdoem lá em casa os açorianos pela ligeireza do discurso, é que parecem aqueles dois irmãos que sujaram a cueca, mas um fê-lo na rua e o outro fez em casa. E um diz para o outro: não, eu também sujei mas foi na minha casa, tu fizeste na rua. É mais vergonhoso fazer na rua do que fazer em casa.

Vamos a votos pela 17.º vez em eleições legislativas nacionais. Eu arriscaria dizer que pela 5.ª ou 6.ª vez vamos fazer os mesmos discursos, as mesmas exigências, as mesmas reclamações. Já os ouvimos aqui, os estabelecimentos prisionais, a Região teve que comprar um terreno para dar à República para ela cumprir uma função do Estado, exclusiva do Estado na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso já não é centralismo!

O Orador: Em tempos, houve a necessidade de a Região adquirir viaturas para as forças policiais. As Câmaras Municipais têm que adquirir e ceder imóveis para as esquadras de polícia, para salas de audiências dos tribunais. Tudo funções que são exclusivas do Estado. O Estado Português não cumpre com os cidadãos da Região Autónoma dos Açores há anos!

E há anos que os açorianos vão a votos, pela 17.º vez. E eu arrisco que escolherão entre os mesmos, três de um lado, dois do outro. É altura de os açorianos começarem a fazer essa reflexão. Há centralistas, de facto, em todos os partidos, mas é preciso fazer também nisto a diferença, é preciso alterar o sentido de voto para que não sejam sempre os mesmos na República, ora mais centralistas, ora menos centralistas, a queixarem-se do centralismo do outro partido!

Não tenhamos dúvidas, o poder em Portugal exerce-se no eixo longitudinal Belém/São Bento/Terreiro do Paço! Não tenhamos dúvidas disso! Mas nós aqui temos que saber afirmar a nossa diferença e saber exigir da República que cumpra, de uma vez por todas, com aquelas que são as suas responsabilidades para com o povo açoriano!

E perdoem-me V. Exas., mas não cabe nem ao Partido Socialista nem ao PSD fazer essas exigências, porque estão no poder na República desde 1975 e não souberam fazer essas exigências e fazer a República cumprir com a Região Autónoma dos Açores, cedendo, inclusivamente, na Lei do Mar, cedendo, agora, talvez, na Lei do Espaço, cedendo em todas aquelas matérias em que a República se mete e que são do interesse específico da Região, mas não fazendo as

exigências necessárias para que a república cumpra naquilo que é da estrita responsabilidade da República!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

A declaração política que o PSD no trouxe hoje foca um conjunto de problemas que o PPM considera que são vitais no âmbito da defesa da autonomia dos Açores. Referenciou V. Exa. a questão da legislação sobre as atividades espaciais, em que os Açores são completamente despidos de competências. E isso é absolutamente inaceitável. E isso é uma posição centralista que tem que ser combatida. E tem que ser combatida com muita afirmação pelo conjunto deste Parlamento e pelo Governo Regional. Nós não podemos aceitar esse tipo de posicionamento por parte do Governo da República!

E é preciso dizer que V. Exa. tem razão. Este Governo, tal como outros, tem vindo a acentuar uma postura cada vez mais centralista. E já o fazem de forma desavergonhada. É preciso um combate político muito forte a este tipo de atitudes. E o que se espera é que também o Partido Socialista possa condenar este tipo de atos. Não pode ficar calado quando são publicitados...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nunca ficou!

O Orador: Não ficou? Já tomou uma posição política sobre esta matéria?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nunca ficou!

O Orador: Eu não vi. Eu ainda não vi uma posição política sobre esta matéria. Posso estar enganado, posso estar desatento, mas eu não vi uma posição de condenação do Partido Socialista nos Açores sobre essa questão, que é um autêntico escândalo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Depois, dizer o seguinte: sobre o aumento do salário mínimo nacional,

em que o Governo da República cria contrapartidas apenas vigentes para o território continental e não para o conjunto do território nacional. O aumento é a nível do território nacional, as contrapartidas deveriam ser criadas para todo o conjunto do território nacional. Esse posicionamento também é um escândalo e é inaceitável.

Por isso, eu considero que estes dois exemplos, e existem muitos outros, têm que ser combatidos de forma muito afirmativa por parte da autonomia dos Açores, pelo conjunto dos partidos que aqui estão representados.

Eu também quero dizer, com seriedade, que estas posturas centralistas são posturas centralistas deste Governo do Partido Socialista na República, mas também é verdade que já tivemos Governos da direita que tiveram posturas igualmente centralistas.

Deputado José Ávila (PS): É verdade! Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Também é verdade!

O Orador: E, portanto, aqui não há que enganar, não há que ter aqui uma posição em que, não só reconhecem também que na nossa própria área política, em Lisboa, se tomaram posições centralistas muitas vezes, e elas são públicas, inclusivamente os partidos aqui representados, o PSD, o CDS e o PPM, tiveram a oportunidade de acompanhar e de votar contra esse tipo de posições e de tomar posições políticas fortes para combater também aquelas que foram as posturas centralistas dos Governos da direita, em Lisboa. Portanto, é um problema de regime, é um problema que se tem vindo a acentuar, na minha perspetiva.

Nós temos, o Parlamento do Açores criou um instrumento, que é um instrumento de revisão destas matérias. O que se pretende é aprofundar a autonomia dos Açores. Temos um combate político muito importante no próximo ano. É um combate político em que esta Casa, o Parlamento dos Açores, o conjunto dos partidos aqui representados têm uma grande responsabilidade. Quem ganhar em

Lisboa, nós vamos ter do outro lado, com certeza, uma postura centralista.

E, portanto, cabe-nos a nós, também, no âmbito do projeto que estamos a elaborar, ter uma postura muito afirmativa, porque a verdade é que, e esta é a minha postura absolutamente honesta, eu acho que da parte de Lisboa cada vez mais se acentua uma postura centralista e de desrespeito pelas competências da Região Autónoma dos Açores, em contraponto com o que acontece em toda a Europa. Há uma afirmação muito forte das autonomias regionais em toda a Europa, com mais meios financeiros, com mais meios do ponto de vista da autonomia política. E nos Açores, o que nós temos vindo a conhecer é um grave atropelo das nossas competências.

E mais, não nos é possível continuar a crescer do ponto de vista daquelas que são as nossas competências, em que nós temos uma projeção daquilo que podemos fazer. E o que nós temos vindo a demonstrar ao longo destas décadas todas é que aquilo que fazemos aqui nos Açores fazemos melhor do que Lisboa faz. Basta olhar para os serviços que são da responsabilidade da República e verificar o estado em que se encontram e comparar com aqueles que são feitos por parte da Administração Regional e verificar que nós, aqui na Região Autónoma dos Açores, fazemos melhor do que os serviços que são da competência do Governo da República.

Por isso, esta é uma batalha muito importante. O próximo ano é um ano muito importante do ponto de vista da afirmação da autonomia.

E, da parte do PPM, nós estaremos ao lado dos verdadeiros autonomistas, combatendo o centralismo.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto de Costa para encerrar esta declaração política. Faz favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de ter tempo para responder a todos os desafios que foram feitos no âmbito da declaração política proferida pelo PSD, mas vou-me cingir aqui a dois ou três aspetos que me parecem fundamentais.

Esta declaração política teve, nitidamente, sem esconder, a intenção de demonstrar que, para a Aliança Democrática formada nos Açores para concorrer às próximas eleições legislativas nacionais, existe apenas um propósito: a defesa intransigente dos interesses dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É um compromisso que não é de hoje e que tem tradição nestes partidos, de defesa intransigente dos interesses dos Açores. Talvez seja esse maniqueísmo que V. Exa., Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não compreende. É que na defesa dos interesses dos Açores nós só temos um lado, é o lado dos interesses dos açorianos e não qualquer circunstância partidária.

Devo lembrar que nesse aspeto já tivemos Deputados na República, eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores, a votar contra a disciplina partidária que existe na Assembleia da República.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Lembra-se de algum Deputado do Partido Socialista dos Açores que algum dia tenha feito uma circunstância dessa natureza?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Aliás, nós temos é dificuldade, ao longo das legislaturas sucessivas, em lembrarmo-nos quais foram as defesas dos interesses dos Açores feitas pelos Deputados eleitos pelo Partido Socialista. Temos, de facto, muita dificuldade. Estes últimos dois anos foram exemplo disso, sem qualquer margem para dúvidas. Quando os Governos da República são do Partido Socialista, nós não conhecemos os Deputados eleitos pelo Partido Socialista nos Açores. E a verdade é essa, não conhecemos posições de defesa dos Açores, não conhecemos posições de defesa dos interesses da autonomia.

Quando os Governos da República, sejam do PSD, sejam, como já foi, de coligação com o CDS-PP, sejam que Governos forem, de que partido forem, os Deputados eleitos pelos Açores nas listas de que o PSD faz parte defendem intransigentemente os interesses dos Açores, mesmo contra os centralistas, que há com certeza em todos os partidos.

E isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós aí estamos na linha da frente.

Deputado José Ávila (PS): “Presunção e água benta, cada um toma a que quer!”

O Orador: Estamos na linha da frente. E V. Exa. teve a oportunidade de agora se mostrar na linha da frente, mas esqueceu a grande maioria dos assuntos que nestes últimos anos violaram os interesses desta autonomia e violaram os interesses dos Açores.

E, mais do que isso, V. Exa. fez aquilo que fazia quando era Presidente do Governo: na relação com a República, o Governo da República fingia que dava, e V. Exa. fingia que recebia. Foi assim com a Universidade dos Açores, foi assim

com o Aeroporto da Horta, foi assim com tantas outras circunstâncias...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade! Seja sério na sua argumentação!

O Orador: ... em que V. Exa. teve a oportunidade de estar na linha da frente e esteve apenas interessado em salvaguardar os interesses do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Uma coisa é discordar, outra coisa é distorcer os factos!

O Orador: A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que, quando nós criticamos o centralismo, criticamos porque ele chegou ao ponto de ser afirmado por uma Ministra da República, com todas as letras, ontem. Não foi há 20 anos. Não foi há 10 anos. Não foi sequer há 2 anos. Foi ontem! A Ministra da Coesão Territorial do Governo do Partido Socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP enquanto lhes deu jeito, afirmou, ontem, e cito novamente: “Este é dos governos mais centralistas que o país já teve.”

Portanto, não transfira para o PSD ou para a Aliança Democrática a crítica ao centralismo, que deve ser feita, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eu não transferi nada! Sr. Deputado, está a perder faculdades!

O Orador: ... porque essa crítica resulta da afirmação perentória e inequívoca de uma Ministra do seu partido, que, inclusivamente, vai ser candidata pelo seu partido...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas foi especificamente sobre essa questão que a senhora falou?

O Orador: ... para esta questão do centralismo. E, portanto, quem é centralista, por vezes esconde-o na sua relação com os Açores. Infelizmente, chegamos ao ponto do centralismo se afirmar com toda a sua magnitude pela voz e pela boca de uma Ministra do Governo do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor consegue fazer melhor do que isso!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em coligação, apresentando uma

Aliança Democrática para defesa dos interesses dos Açores, não temos qualquer dúvida, pelos candidatos que foram anunciados e apresentados por esta Aliança Democrática, que temos os melhores para a defesa intransigente dos interesses dos Açores, conforme já o provamos no passado e conforme o continuaremos a provar no futuro, sempre, inequivocamente, em defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Apoiado!
Fortemente apoiado!

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):
Fortemente apoiado!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado António Lima, muito rapidamente, para lhe dizer o seguinte: é verdade que, de vez em quando, o Bloco de Esquerda apresenta iniciativas, como esta urgência que apresentou nesta sessão legislativa, de defesa dos interesses dos Açores. Infelizmente, isso acontece habitualmente quando estamos em vésperas de eleições nacionais. Infelizmente, isso não é recorrente. Nós, aliás, só temos atividade nacional do Bloco de Esquerda nos Açores quando há eleições nacionais. De resto, parece que há um limbo em que nada acontece.

Deputado José Ávila (PS): Não há vergonha!

O Orador: Nós exortamos este Governo a defender os interesses dos Açores. E este Governo tem demonstrado que, com respeito institucional, com correção e com sentido de dever, defende os interesses dos Açores sempre e em qualquer circunstância. E é isso, Sr. Deputado Carlos Furtado e Sr. Deputado Nuno Barata, que faremos nesta Aliança Democrática, com uma candidatura de gente nova, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A começar pelo cabeça de lista!

O Orador: ... empenhada e com uma representação, sem dúvida, inequívoca de pessoas que deram contributos à sociedade e que dão e que têm carreiras e formação...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não vá por aí!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa...

O Orador: ... para poder defender, efetivamente, os interesses dos Açores para lá de qualquer outro interesse político-partidário...

Deputado José Ávila (PS): Agora é que é!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Fica-lhe mal isso!

O Orador: ... ou de qualquer outra conjuntura de política de interesse exclusivo de um único partido.

Nós, aqui, estamos cientes de que o nosso partido são os Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada, assim, esta declaração política.

Avançamos para a próxima declaração política, do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto-Lei n.º 16/2019, aprovado pelo Governo da República liderado por António Costa, estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais em Portugal.

Na sequência e nos termos daquele Decreto-Lei, nomeadamente do artigo 27.º, três meses depois, a 11 de abril de 2019, esta Assembleia aprovou o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019/A, que regula o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais na Região Autónoma dos Açores.

No ano de 2020, o Governo Regional aprovou a regulamentação deste regime jurídico através do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2020/A.

Já no presente ano, a Assembleia Legislativa aprovou uma alteração daquele regime jurídico através do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2021/A.

Assim, esta Assembleia deu continuidade a um trabalho e a um investimento que vinha sendo realizado pelo Governo Regional dos Açores desde o ano de 2008.

O Governo Regional, por seu lado, apresentou, no passado mês de novembro, a estratégia dos Açores para o Espaço como um dos objetivos centrais do XIII Governo dos Açores neste setor. Uma estratégia alinhada com os objetivos e eixos da Estratégia Nacional “Portugal Space 2030” e do Programa Europeu para o Espaço que visa aproveitar as oportunidades que o sector aeroespacial oferece para o desenvolvimento económico e social dos Açores e explorar o potencial da Região, em termos de geolocalização, infraestruturas, recursos humanos e naturais.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Esta estratégia possibilita contribuir de uma forma marcante para o progresso económico, social e científico da Região e consequentemente do país, envolvendo a comunidade nacional e internacional, garantindo o uso responsável e seguro do nosso território e do Espaço.

Ora, no passado dia 9 de dezembro, para nossa surpresa, esta Assembleia rececionou um Projeto de Decreto-Lei, também ele do Governo da República liderado por António Costa, que altera profundamente o enquadramento legal que suporta a legislação regional que referi anteriormente.

Trata-se de uma alteração cirúrgica que faz desaparecer o enquadramento jurídico para a legislação regional já produzida desde 2019.

Pior, desta forma, o Governo do Partido Socialista usurpa o exercício da autonomia política e administrativa dos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... e ainda por cima fá-lo num momento em que a Assembleia da República já se encontrava dissolvida.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Na falta de melhor definição, estamos perante uma traição política do Governo Socialista de António Costa, que no espaço de três anos concede e retira competência legislativa às Regiões Autónomas.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Esta proposta denota que o Governo de António Costa não sabe qual a estratégia que quer para o desenvolvimento de atividades espaciais no país. Mas uma coisa ficamos a saber: António Costa não quer que as atividades espaciais se desenvolvam nos Açores, sem o controlo centralista do Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em novembro de 2018, a 11 meses do fim do mandato, o Governo de António Costa não tinha dúvidas sobre o regime que deveria regulamentar as atividades espaciais em Portugal e isso incluía a autonomia das Regiões Autónomas na gestão dessas atividades.

Em 2021, a um mês do fim do mandato, com a Assembleia da República já

dissolvida, o Governo Socialista de António Costa quer retirar às Regiões Autónomas as competências que tinham na regulamentação do exercício de atividades espaciais nos seus territórios e quer instituir um regime transitório de licenciamento de operações de centros de lançamento, por um período de 18 meses, tudo isto controlado centralmente pelo Governo da República.

As Regiões Autónomas passam de uma situação com competência para regulamentar nos seus territórios para uma circunstância em que apenas serão consultadas!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vivemos num território descontínuo, disperso e ultraperiférico. Esta circunstância coloca dificuldades e desafios ao desenvolvimento das nossas ilhas, da nossa economia e da sociedade Açoriana.

Sabemos que cada ilha é particular, tem as suas características, fraquezas, mas também potencialidades.

Há anos que falamos em coesão. Há muitos anos que falamos na necessidade de um desenvolvimento harmónico da Região. Não nos cansamos de dizer que esse desenvolvimento harmónico só é alcançável se potenciarmos as especificidades de cada ilha.

A exploração do Espaço é uma área emergente. Os Açores possuem uma localização geoestratégica e infraestruturas que potenciam o desenvolvimento de atividades de exploração espacial.

O desenvolvimento da exploração espacial é um projeto importante para o desenvolvimento dos Açores, porque é inovação, é tecnologia, é ciência, é conhecimento! Por tudo isto, uma mais-valia para a nossa Região e, sobretudo, uma grande oportunidade para os jovens açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Vice-Presidente do

Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Assim, só podemos lamentar que o Partido Socialista de António Costa tenha decidido trair as Regiões Autónomas e em particular os Açores, que estão a desenvolver um elevado investimento no setor da exploração do Espaço. Torna-se emergente defender a nossa autonomia, defender os Açores, defender os Açorianos!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Pinto.

Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Esta declaração política, oportuna, do CDS-PP vem demonstrar duas realidades: a primeira é de que se pode estar no Governo da República ignorando os poderes e aquilo que são as incidências próprias das autonomias regionais; e pode-se estar no Governo Regional tendo um sentido institucional da relação com a República, defendendo aquilo que é o potencial e o interesse para os Açores da atividade espacial. Isso é bem notório no que se está a passar em termos desta concreta situação.

Por isso mesmo, nós temos que exaltar aquela que tem sido a postura de franco diálogo institucional promovida por este Governo Regional e que, infelizmente, tem tido, por parte de alguns membros do Governo da República, dificuldade em

ser compreendida.

Não são só os Açores que ficam a perder nesta situação, é, eventualmente, o país. E na defesa do superior interesse do Estado, mas da intransigente defesa do interesse dos Açores, esta Assembleia não pode deixar de ter uma palavra de apreço do desenvolvimento que tem sido feito do envolvimento por parte deste Governo Regional, mas também de crítica sem medo perante aquilo que tem sido o sacudir de responsabilidades por parte do Governo da República, não respeitando aqueles que são os poderes e a autonomia dos Açores.

Esta é uma matéria demasiado importante para o futuro, para que esta Assembleia não deixe também nesta declaração política de dizer que está ao lado daquilo que tem sido o trabalho feito por este Governo Regional, mas tem que estar frontalmente em oposição àquela que tem sido a atitude centralista e de desrespeito pela autonomia por parte do Governo da República.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que aqui nos traz o Grupo Parlamentar do CDS-PP é uma declaração política atual, mas é, sobretudo, uma declaração política que, parece-me, erra na forma. Não erra no conteúdo, erra na forma. E erra na forma, porque aquilo que, na opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se deve

colocar neste momento, antes da questão da argumentação política, é a questão da inconstitucionalidade flagrante desse projeto de decreto-lei. E já passo a explicar porquê, quer do ponto de vista lógico, quer do ponto de vista de evitar que nos possam ser contrapostos argumentos que fragilizam a posição da Região.

Do ponto de vista lógico, deve anteceder as considerações políticas sobre este projeto o facto de, no entender do Grupo Parlamentar do PS, ele violar o artigo n.º 228.º, n.º 2, da Constituição, o qual dispõe que, “na falta de legislação regional própria sobre matéria não reservada à competência dos Órgãos de Soberania, aplicam-se nas Regiões Autónomas as normas legais em vigor”.

Na nossa interpretação, o que este número quer dizer, *a contrario*, é que, sempre que houver legislação regional, não se aplica legislação nacional. E esta deve ser, antes de todas as considerações políticas, a base da argumentação e, no âmbito de um processo de audição dos Órgãos de Governo Próprio, que ainda está a decorrer, ser esta a posição que a Região deve manifestar.

O facto é que, em primeiro lugar, não é considerado como reserva de competência dos Órgãos de Soberania essa matéria e, em segundo lugar, já existe legislação regional aprovada sobre esse assunto e aprovada por esta Assembleia.

E por que razão é que isso deve anteceder as considerações políticas, sem prejuízo de elas também serem feitas? Porque, para contrapor a esta iniciativa legislativa, havendo a possibilidade de ir mais além e de invocar outros argumentos, não devemos ficar apenas por aquilo que são considerações políticas.

Mas há uma outra razão: é porque, quando nós centrarmos a nossa argumentação no plano dos argumentos políticos, há um dado que é inquestionável e que julgo que fragiliza a posição da Região, que é o atraso que leva uma decisão por parte dos Órgãos de Governo Próprio sobre a questão espacial.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E isso fragiliza a posição da Região. Há razões para esse atraso, nomeadamente um processo intentado nos tribunais. Mas também há formas de

ultrapassar essa situação. E o facto é que elas não foram ativadas, porque o Governo entende não o fazer, naturalmente. Elas não foram ativadas até este momento.

E, portanto, colocar a discussão apenas no plano do pronunciamento político é um mau serviço que prestamos à defesa dos interesses da Região. Podemos avançá-lo, devemos avançá-lo, no âmbito de um processo de audição que está a decorrer, como salientou o Sr. Deputado João Bruto da Costa, porque, também, no âmbito da correção institucional, é essa a forma que deve ser utilizada para nós nos pronunciarmos, num primeiro momento, sobre este assunto. É a nossa opinião, naturalmente, discutível, é lógico, mas é aí que se deve colocar. E que se deve colocar da forma o mais incisiva e fundamentada possível.

E é por isso que considero que a declaração política que V. Exa. proferiu, Sr. Deputado Pedro Pinto, embora na substância seja uma matéria atual, é na forma um erro, porque ultrapassa aquele que é um processo que está a decorrer, porque se fundamenta em argumentos pouco sólidos face àquilo que nós estamos a discutir, porque invoca argumentos que podem ser virados contra a Região e, por último, porque não respeita aquilo que, no nosso entender, devia ser a via principal para nos pronunciarmos neste momento.

Acresce um último argumento: este assunto, previsivelmente, suspeito eu, não acabará por aqui. E nós necessitamos de ter à nossa disposição, dentro daquilo que é a gradação que essas coisas devem ter, a possibilidade de passar à fase seguinte. Não o fazer, parece-me, é não ter a consciência, em primeiro lugar, que o processo não morre aqui, oxalá que morresse, mas não morrerá aqui, e, em segundo lugar, de todos os aspetos e razões que tive oportunidade de avançar e que leva a considerar que, do ponto de vista daquilo que constitui este projeto de decreto-lei, é indiscutível, ...

Já termino, Sr. Presidente.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... mas que a forma como a questão foi colocada fragiliza a posição da Região. E eu acho que nós devemos ter cuidado de, nessa defesa, ter a consciência de que precisamos de todos os argumentos, os argumentos mais fundamentados, nesta fase, para conseguir contrapor a esta iniciativa da parte do Sr. Ministro da Ciência.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro é um deputado e um político experiente e engenhoso.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito engenhoso! Muito!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Cuidado, há bocas que fazem elogios!

O Orador: No bom sentido.

E, por isso, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro faz aqui um exercício, que é o seguinte: não transformem esta questão numa questão política, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não!

O Orador: ... porque há outro formalismo, há outras coisas a considerar. Há, normalmente, as questões legais e constitucionais. E porque é o Sr. Deputado não quer que se transforme num problema político? Porque não lhe convém!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não disse isso!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Não lhe convém que seja um problema político, porque é um Governo

da República do Partido Socialista que, a poucos dias das eleições regionais, toma uma posição prejudicial para os interesses dos Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Por isso é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem aqui com algodãozinho a ver se isto passa em relação a esta matéria. Porque eu imagino, quando recebeu a notícia, o grau de irritação com que V. Exa. terá ficado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Desfaleceu!

O Orador: Isto é uma bomba que lhe caiu nas mãos a poucos dias das eleições. E o candidato do Partido Socialista, que anda a gritar aí aos sete ventos que irá contra os interesses do Governo da República, entretanto, não disse nada! Está escondido! Não disse nada sobre isto! O candidato, o cabeça de lista do Partido Socialista não disse nada sobre isto!

Deputado Mário Tomé (PS): Isso fica-lhe mal!

O Orador: Porque é que fica mal?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A gente já esclarece!

Deputado Miguel Costa (PS): Francamente!

O Orador: Muito bem. Sobre esta matéria...

Deputado Sérgio Ávila (PS): Haja respeito!

O Orador: Eu não percebo, o candidato, o cabeça de lista produziu alguma afirmação sobre isto? Eu não ouvi!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque é que ele não está aqui?

O Orador: O que eu quero dizer é que, sobre esta matéria, ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro não lhe convém que seja um problema político, mas é um problema político, porque o Governo da República está a desrespeitar aquelas que são as competências da Região nesta matéria e está, obviamente, a querer ficar com o

negócio, que acha que é um negócio do futuro, que vai render muitos milhões. E a República quer regulamentar inteiramente esta questão e quer ficar com os proveitos, que é o que já fez também na questão do mar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Por isso é que V. Exa. não quer que se discuta.

E o que eu esperava, aqui, de V. Exa. era uma condenação política firme em relação a esta matéria, que V. Exa. não fez! V. Exa. devia ter dito: isto está errado, isto é tentar... Como V. Exa. um dia disse que existia aqui um exercício de pirataria. V. Exa., aqui, o que eu esperava, agora, neste contexto, é que V. Exa. tivesse condenado firmemente esta decisão do Governo da República! Que lhe caiu muito mal, num momento muito mau, em que é difícil para os candidatos do Partido Socialista afirmarem que estão a lutar para dar uma maioria a um Governo que está a fazer isto aos Açores!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E que cada Deputado do Partido Socialista que se conseguir eleger nos Açores irá beneficiar um Governo da República que ficará, obviamente, com maior força parlamentar quanto mais deputados conseguir eleger.

E, portanto, o que há a dizer ao povo dos Açores é que uma forma de combate político a esta medida é não eleger candidatos do Partido Socialista que deem força política ao Sr. António Costa para implementar estas medidas políticas!

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Isto é que há a dizer. Portanto, em primeiro lugar, sim, isto é um combate político! Sim, um Governo da República, um partido que toma estas decisões não deve ter o apoio dos açorianos! Sim, é neste momento que se deve fazer este combate! Já se deve fazer este combate! E este combate faz-se já nas

urnas! E, portanto, os açorianos devem ser chamados a repudiar este ato, dando um resultado negativo, o mais negativo possível ao Partido Socialista, para que o Partido Socialista e António Costa não tenham a força política para implementar esta medida, que prejudica gravemente os Açores!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pede a palavra para...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o Sr. Deputado Paulo Estêvão ultrapassou os limites, não nas considerações que fez sobre a minha intervenção, mas, propositadamente, por, na circunstância presente, criar a ideia de que o cabeça de lista do Partido Socialista às eleições legislativas e deputado desta Casa, Francisco César, não aparecia sobre esse assunto.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ele não disse isso! Nunca se pronunciou!

O Orador: E para que conste, o Sr. Deputado Francisco César não está presente neste debate, nem nesta sessão plenária, porque está ausente, em Lisboa, no funeral de um parente próximo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação.

Presidente: Faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu acho esta intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro lamentável.

Em primeiro lugar, aproveito a oportunidade para dirigir as minhas condolências ao Sr. Deputado Francisco César, que eu desconhecia em absoluto essa questão familiar.

Deputada Joana Pombo (PS): Veja as notícias!

O Orador: Aproveito para dirigir essas condolências.

Depois, em segundo lugar, eu não disse nada do que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse. Eu disse que estava desaparecido sobre este assunto. Sobre este assunto! Que nada dizia sobre este assunto!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Escondido!

O Orador: E, portanto, utilizar esta questão, que é uma questão lamentável (já aqui apresento as minhas condolências à família), utilizar isto no debate parlamentar para tentar proveito político desta questão é lamentável, Sr. Deputado Vasco Cordeiro! É lamentável da sua parte, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Eu falei apenas e referenciei apenas a questão do desaparecimento político, de não se ter pronunciado sobre esta matéria.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não disse isso! Escondido!

Deputada Ana Luís (PS): O senhor não disse dessa maneira! Se o tivesse dito assim, não havia este protesto!

O Orador: Portanto, não vale tudo no debate parlamentar! E, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, lamento profundamente que tenha esse registo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, não vamos prolongar essa questão. Já está tudo esclarecido. Agradecia que passássemos à frente relativamente a este assunto e voltássemos àquilo que estávamos, efetivamente, a discutir, que era a declaração política. A Mesa não tem, neste momento, mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tentarei ser muito breve, até porque este assunto será, ainda, espero, discutido nesta sessão plenária.

A declaração política do CDS tem um objeto, que é uma proposta do Governo da República, que ainda não foi aprovada, mas que está, percebe-se, em vias de o ser. Uma proposta que, para o Bloco de Esquerda, é absolutamente...

(Aparte inaudível)

Não disse nada, Sr. Deputado. Não, não falei em dias.

... é absolutamente inaceitável, porque constituiu um ataque intolerável à autonomia. À autonomia, mas principalmente dirigida à Região Autónoma dos Açores, porque é na Região Autónoma dos Açores que ela tem tido e, presume-se, terá no futuro uma aplicação muito mais efetiva.

E foi por isso, como já referi na declaração política anterior, que nós consideramos que, para além do debate político, que é legítimo e que é importante sobre esta matéria, através de uma declaração política, para além do processo de audição, previsto constitucionalmente, que está em curso, este Parlamento também deve

ter um debate mais aprofundado e uma tomada de posição deste Plenário. Foi por isso que apresentamos a proposta que apresentamos. Uma proposta de pronúncia para que este Parlamento se pronuncie contra aquela proposta.

E, como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o assunto não ficará por aqui. E importa também que neste debate que estamos a ter, mas que ainda teremos, não só agora, mas também no futuro e até durante a campanha eleitoral, fique claro o que é que cada partido, e não falo apenas dos Deputados eleitos pela Região, mas o que cada partido fará na Assembleia da República sobre esta matéria para defender a autonomia.

Sr. Presidente, eu gostaria de tentar terminar, mas, aqui, a conversa está animada. O que é necessário também é que fique claro, neste debate, nesta sessão legislativa e durante a campanha eleitoral que se seguirá, o que é que cada partido, o que é que cada deputado, mas não só os partidos regionais e os deputados eleitos pelos Açores, farão sobre esta matéria na Assembleia da República, porque vale pouco um voto contra a bancada e uma declaração de voto quando, no fim, a decisão é exatamente a mesma.

O que é importante é que os açorianos, quando votarem, saibam o que é que a bancada parlamentar, na sua totalidade, ou o Governo que for eleito, fará sobre este assunto. E é este debate que é preciso que fique claro durante a campanha.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O seu Governo é que apoiou isso!

O Orador: É preciso que fique claro qual é a posição.

A posição do Bloco de Esquerda é já muito clara, não é de ânimo leve que apresentamos uma proposta e não é de ânimo leve que dizemos que somos contra esta alteração.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O seu partido é que apoiou!

O Orador: O CDS ficou incomodado. Já vi que não terá apoio da sua bancada parlamentar a uma alteração a esta proposta, se for aprovada.

Mas também é preciso que nós comecemos a debater o que é que está em causa e que interesses é que estão em causa neste processo das atividades espaciais. O que é que leva um Governo, qualquer que ele seja, a apagar ou tentar apagar do enquadramento jurídico nacional toda e qualquer competência do Governo Regional e desta Assembleia sobre este assunto? Que interesses é que estão em causa quando um Governo, com a Assembleia da República dissolvida, o que é que leva a que se intente e que se ataque dessa forma uma autonomia constitucional, sem que uma palavra seja dita quando às intenções que subjazem a essa proposta?

O que nós temos que começar a refletir é o que é que está aqui em causa, que interesses económicos e que interesses militares é que estão aqui em causa. Esse debate temos que começar a fazê-lo, porque aquilo que se percebe é que os Açores são, mais uma vez, vistos como a plataforma, o sítio no meio do Atlântico, que não chateia ninguém e onde é possível instalar aquilo que não queremos ou que não querem noutros territórios. Não é para isso que os Açores servem. E não foi para isso que se criou a autonomia. Por isso, esse é um debate que nesta Assembleia e que nos Açores temos que começar a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Apesar de já termos atingido a nossa hora regimental, peço autorização à Câmara para encerrarmos esta declaração política. Não havendo oposição, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Quero, em primeiro lugar, em nome do Governo, saudar o Sr. Deputado Pedro Pinto pela declaração política, o seu conteúdo e oportunidade.

O interesse da Região Autónoma dos Açores é um interesse nacional.

A autonomia política das Regiões Autónomas foi um desidrato democrático da nossa revolução, uma confirmação constitucional, da qual não abdicamos.

E é por isso que qualquer avaliação sobre iniciativas de tendência, sim, maniqueísta, de tudo podemos no centralismo, nada queremos dar à descentralização, não pode senão merecer o protesto e a censura...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... política, em primeiro lugar, e depois o respetivo fundamento jurídico confirmativo.

E neste quadro, o XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, confrontado com esta iniciativa ou esta tentativa de iniciativa legislativa do Governo da República, já manifestou, e aqui declaro a esta Câmara, o parecer profundamente negativo, tendo já sido comunicado ao Governo da República, bem como também, é bom dizê-lo, divulgado mediaticamente.

E é por isso que é meu entendimento, desde Governo, que o Parlamento não pode afastar a sua posição política e o seu argumentário jurídico deste protesto e desta crítica, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... porque o que nós esperamos é que esta tentativa possa ser, no que diz respeito à diminuição das competências da autonomia, um nado morto, uma tentativa que não chega ao fim, porque nós, com vontade política e razão jurídico-constitucional, não deixaremos passar. É este o objetivo, de forma inequívoca, da parte deste Governo.

E nós estamos a defender o interesse nacional, porque este é um interesse dos Açores, é um interesse nacional, é, aliás, um interesse comunitário, um interesse da ciência, um interesse da economia, um interesse, aliás, também, do desenvolvimento dos Açores, de Portugal e do contexto da competitividade

européia em matéria da nova economia espacial.

Ora, sim, é facto que nós vivemos fruto da batalha e da conquista constitucional que também realizamos, que nós vivemos o primado do direito regional quando, em matéria de competência da autonomia, são os atos legislativos das regiões que prevalecem. E, portanto, nós temos um primado de direito regional nesta matéria. E é supletivo, é no regime do direito supletivo que pode intervir qualquer iniciativa, mais que nacional, continental, relativamente a esta matéria. Este é um quadro argumentativo que nós não abdicaremos.

Aliás, aproveito esta circunstância, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para lançar já desafio para futuro, num quadro de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa. É que nós defendemos, já na anterior revisão da Constituição, que o que devia prevalecer era uma reserva de soberania definida, listada na Constituição da República, para, depois, concorrência legislativa no que diz respeito ao que esteja para além desta lista de reserva de soberania. Nós defendemos isso no debate nacional sobre esta matéria!

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os centralistas evitaram esta possibilidade, quiseram que fosse no quadro do Estatuto Político-Administrativo que fosse definida uma lista de competências para a autonomia, ela, sim, limitadora.

O que é preciso, e ficam todos desafiados, todos os partidos políticos, é que possamos insistir neste desafio de, numa futura revisão constitucional, trabalhar-se uma lista de reserva de soberania e deixar concorrência legislativa para os poderes autonómicos, com o primado do direito regional nesta matéria.

É assim que tratamos, não só um caso concreto que é uma afronta, como também fazemos do mesmo um alerta para um pensamento estratégico autonómico numa futura revisão da Constituição da República Portuguesa.

É, por isso, uma bela oportunidade, a de transformar esta tentativa num nado morto, mas, também, aproveitar esse debate para uma reflexão sobre uma revisão constitucional quanto ao reforço autonómico e ao poder das competências legislativas.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não tendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, querendo, para encerrar esta declaração política. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão, de há alguns anos a esta parte, a fazer um caminho, um investimento no campo da exploração espacial. Aliás, foi o próprio Partido Socialista que começou esse caminho. Esta coligação está dando continuidade a esse trabalho, e muito bem. É uma área emergente e tecnológica. É uma opção de futuro para o desenvolvimento dos Açores. É uma opção de futuro para o desenvolvimento da coesão dos Açores. E é uma opção de futuro para os nossos jovens qualificados.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, discordo de V. Exa. quando diz que

não há lugar aos argumentos políticos, pelo menos nesta fase. O que eu fiz foi uma declaração política e, portanto, obviamente, apresentei argumentos políticos, com os quais V. Exa. não discordou.

Há, nesta Assembleia, uma iniciativa para que esta Assembleia se pronuncie de forma formal. Aí, sim, será o lugar dos argumentos jurídicos.

Portanto, há um tempo para tudo. Há um tempo para os argumentos políticos e há um tempo para os argumentos jurídicos.

E o que eu fiz, nesta tribuna e, hoje, nesta Assembleia, foi apresentar os argumentos políticos contra esta traição que o Partido Socialista está fazendo às Regiões Autónomas, nomeadamente à Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: E reitero que não podemos ficar calados. Não podemos. Temos que defender a autonomia. Temos que defender os Açores. Temos que defender os açorianos. E isso faz-se, diariamente, com argumentos políticos e também com argumentos jurídicos, que não têm que ser pronunciados no mesmo tempo e em sequência um do outro, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... pois há lugar para uns e há lugar para outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Encerrada que está a declaração política, também encerramos os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas. Até logo e um bom almoço.

Eram 13 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a Agenda.

Eram 15 horas e 07 minutos

Entramos no ponto 3, conforme deliberado, ontem, pela Conferencia de Líderes: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – “Regime Jurídico de Transporte Marítimo de Animais na Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação da iniciativa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão em torno do transporte marítimo de animais tem observado um movimento crescente nos últimos anos e 2021 foi, particularmente, profícuo em mudanças auspiciosas nesta matéria: o governo britânico anunciou o fim do transporte marítimo de animais, conjuntamente com um Plano de Ação para o bem-estar animal e reconhece formalmente a senciência dos animais, isto é, a capacidade para desenvolver sentimentos, incluindo dor e sofrimento, como já é reconhecido em Portugal pela mão do PAN. Tal e qual como qualquer ser humano nesta sala.

Estas mudanças ocorrem após a saída da União Europeia, que servia de travão para a pretensão britânica no que concerne a proteção e bem-estar animal, assumindo o compromisso de banir a exportação de animais vivos para abate e engorda.

Também outra ilha, Nova Zelândia, anunciou, em abril, o fim do transporte de animais, amplificando a pressão, por parte da sociedade civil, sobre a Comissão

Europeia, para seguir o mesmo exemplo.

Não estamos, como se pode verificar, sozinhos nesta demanda pelo fim do transporte de animais vivos por mar quando o propomos para a Região Autónoma dos Açores. Nem tão pouco somos irrealistas. Com um Governo empenhado em investir na fileira da carne e em matadouros e estruturas de abate em várias ilhas em Plano e Orçamento, consideramos que as condições para suspender o transporte marítimo para fora do arquipélago começam a agregar-se para originar uma realidade organizada a curto prazo.

Aliás, os próprios números corroboram essa tendência, se compararmos o ano com mais saídas de animais vivos dos Açores para o exterior desde que há memória (2000), com o último ano com dados da SREA (2019), verificamos uma redução de 529% da saída de animais vivos da Região. Se analisarmos a saída em carcaça, houve um aumento de 1818% entre 2019 e 2000, invertendo totalmente a estratégia económica dos produtores.

A retórica de que é necessário a exportação de animais vivos para alavancar a economia da Região é uma falácia, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... uma inverdade, uma tentativa em criar cortinas de fumo para enganar a opinião pública. Esta vertente de envio de animais é, neste momento, totalmente residual.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não é, não!

O Orador: Tal como afirmado pela própria Federação Agrícola Regional (façam as contas, por favor) a exportação tem observado uma expressiva diminuição e poderia, inclusivamente, terminar, mas é, simultaneamente, agraciada e defendida como uma componente irrenunciável da economia regional, que alguns desejam manter em nome da expedição de bovinos puros de raças leiteiras e de carne resultado de melhoramento genético, assim como, de animais para a engorda.

Acrescendo que, na semana passada, foram conhecidas as conclusões do relatório

final da Comissão de Inquérito para bem-estar animal durante o transporte, do Parlamento Europeu, e que após investigação de 18 meses, conduziram os Eurodeputados a defenderem uma transição para um sistema mais eficiente e ético, dando primazia ao transporte de material genético em lugar de animais para apuramento; carcaças no lugar de animais vivos para abate. Instaram, ainda, a Comissão a processar a uma mudança célere, adicionando uma proposta para a criação de apoios que minimizem os impactos socioeconómicos, denunciando que as regras da União Europeia estão desatualizadas, enganosas e mal aplicadas.

Ainda segundo a mesma Comissão de Inquérito, a União Europeia é incapaz de garantir o bem-estar animal no transporte marítimo transfronteiriço. O transporte marítimo “*é o buraco negro do bem-estar animal*”, tal como foi afirmado pelo Eurodeputado Thomas Weitz, membro da Comissão.

O transporte, *per se*, é algo que causa um stress intenso num animal. Não são raros os relatos de contentores sobrelotados, privação de local de repouso, de abeberamento e comida; ferimentos graves por espezinhamento; amarrações desnecessárias e traumáticas; embarque e desembarque com mau tempo ou horas exageradas de permanência em espera para viajar. Todas estas conclusões foram apontadas pela Comissão de Inquérito e são as mesmas falhas que encontramos no transporte na nossa Região.

Os animais de pecuária, maioritariamente alvo de transporte comercial marítimo entre as ilhas e destas para o exterior, são unicamente considerados, por uma parte da comunidade, como animais de consumo e não dignos da mesma visão holística que muitos dos animais domésticos já usufruem. Contudo, este diploma não proíbe o transporte dentro da Região Açoriana.

Mas muitas mudanças podem já observar-se na forma como se olham estes animais e na ausência de assimetrias na escala do seu uso como um mero meio para um fim. Há que fomentar a literacia para a sustentabilidade ambiental, para que as futuras gerações deixem de olhar para a natureza como uma grande fábrica

de onde se extraem todos os recursos possíveis.

Urge, pois, à luz de um novo paradigma que afasta a visão instrumentalizada do animal, dar um passo que simboliza um salto civilizacional na mudança de abordagem aos animais que partilham o mesmo plano biodiverso.

Independente da sua finalidade, mas tratar os animais de consumo com o máximo de dignidade até ao fim da sua vida é uma obrigação de qualquer entidade governamental.

Deste modo, porque é necessário e desejável melhorar todas as condições que regulamentam o transporte e acomodação de animais de pecuária, propomos um aperfeiçoamento da legislação em vigor.

Assim, atendendo às características arquipelágicas açorianas, considerando a qualidade autonómica existente, onde a sinergia entre ilhas que produzem e das ilhas que têm infraestruturas para receber os animais produzidos, absorvendo e solucionando o problema das ilhas mais pequenas, importa proceder à adaptação da legislação em conformidade com a realidade da Região, tornando-a pioneira, a nível europeu, na defesa do bem-estar animal no que respeita ao seu transporte.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo a contemporaneidade das ideias do Sr. Deputado Pedro Neves e do Partido das Pessoas, Animais e Natureza. No entanto, permita-me, Sr. Deputado Pedro Neves, que lhe recorde que os casos, os exemplos que o senhor nos trouxe são de ilhas com realidades completamente diferentes da realidade das ilhas açorianas.

E mesmo que o senhor utilize a estatística como argumentário para esta sua

cavalgada, eu diria que a estatística, apesar de ser uma ciência importante para avaliarmos as nossas realidades, é uma ciência pela qual o senhor acabou de almoçar duas galinhas, eu comi apenas dois chicharros, mas segundo a qual ambos comemos uma galinha e um chicharro. E é disso que estamos aqui a tratar.

Aprovando este diploma, ficam extremamente prejudicadas as ilhas de Pico, Terceira, Santa Maria e Flores. Os produtores dessas quatro ilhas, mas em especial os das ilhas de Pico, Santa Maria e Flores, ficam extremamente prejudicados e ficam, inclusivamente, à mercê dos importadores, quase monopolistas, que existem nas outras ilhas, nomeadamente Terceira e São Miguel.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Se há tema em que a Região tem percorrido um caminho exemplar, é precisamente este. Só nos últimos 10 anos (e não vou buscar a estatística, como o senhor foi buscar, dos últimos 20), entre 2010 e 2020, a redução da exportação de animais vivos da Região foi de 50%. O que quer dizer que estamos no bom caminho. Deixemos o mercado funcionar e vamos lá chegar.

Além disso, foram bastante melhoradas as condições de fiscalização do bem-estar animal no embarque e no desembarque destes animais, como, aliás, o PAN deve saber, porque não raras vezes tem ocorrido ao Porto de Ponta Delgada quando chegam animais das Flores e até do Pico.

Deputado Pedro Neves (PAN): Você sabe que é mentira o que está a dizer!

O Orador: Não é mentira o que eu estou a dizer.

Agora, o que aqui temos é (eu vou usar uma palavra forte) uma irresponsabilidade mesmo em relação principalmente aos produtores de gado bovino, que fizeram um esforço enorme de melhoria genética e de melhoria das condições das suas explorações nas ilhas de Pico, Santa Maria e Flores e que veem bastante valorizada a sua produção com a exportação de gado vivo, pelo menos enquanto não tivermos condições de abate, de comercialização e de consumo dessas

carcaças na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Deputado Pedro Neves, reconhecimento, de facto, alguma contemporaneidade nesta medida. Eu gostava, de facto, que atingíssemos este nível de evolução, que espero que seja para breve, mas, neste momento, não é hora de fazermos esta alteração.

Por isso, não conte com o voto favorável na Iniciativa Liberal nesta medida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Temos em apreciação um Projeto de DLR, do PAN, que visa regulamentar o transporte marítimo e rodoviário de animais na Região Autónoma dos Açores.

No fundo, não havendo legislação produzida por esta Assembleia nesse sentido e apesar de, em abono da clareza, não haver qualquer vazio legal, como já foi até bem explicado numa intervenção, durante a manhã, pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é, sem dúvida, pertinente e meritória esta iniciativa do PAN.

Não obstante do mérito, não podemos deixar de afirmar que o Projeto de DLR que estamos a apreciar, na prática, não pretende regulamentar o transporte de animais vivos, mas, sim, acabar de vez com essa prática. O que seria também legítimo. O PAN tem toda a legitimidade para propor a esta Assembleia e aos açorianos o fim do transporte de animais vivos. Consideramos é que não é a mesma coisa tentar acabar com essa prática, obstaculizando por forma, na prática, a impossibilitá-la, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

O Orador: ... ou seja, pelas necessidades de investimento que daí que possam advir e que daqui advinham, seja pela impossibilidade real de alocar recursos humanos especializados a esta atividade.

Poderia apresentar, o PAN, um DLR muito mais simples, quase de artigo único, em que dizia que é proibido o transporte de animais vivos na Região Autónoma dos Açores.

Mas pior do que essa forma indireta de o fazer, é fazê-lo apenas para impor uma posição ideológica. Não traça uma única alternativa à produção e valorização da fileira da carne, por exemplo. No fundo, o que é que os produtores fazem com os animais nas ilhas onde não há condições para o abate ser valorizado?

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu não respondi a isso, mas já respondo.

O Orador: O CDS sempre defendeu a criação de uma cadeia de valor que permitisse que o rendimento económico ficasse na Região e que ficasse em cada uma das ilhas por forma a valorizar os produtos e aumentar o retorno económico da atividade e reduzindo com isso, obviamente, a necessidade de transporte de animais vivos.

Agora, não nos parece sensato fazer essa proposta de acabar com o transporte de animais vivos sem dar uma alternativa real e concreta aos produtores e sem criar, no fundo, essa cadeia de valor, uma vez que as condições não estão reunidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas passando então à análise deste projeto e para clarificar aquilo que nós afirmamos, passo a enunciar alguns artigos desta proposta do PAN.

Por exemplo, no artigo 5.º – Obrigações, temos no ponto 1: “É obrigatória a instalação de sistema Circuito Fechado de Televisão nos locais onde os animais se encontrarem acondicionados, por forma a permitir a sua observação.”

Temos no artigo 6.º – Higienização: “Quando a duração da viagem for igual ou superior a oito horas, é obrigatória a higienização dos locais onde os animais são acondicionados.” E ela tem que ser feita de quatro em quatro horas, ou seja, estamos a falar, por exemplo, estar no mar e termos que ter espaço, eventualmente, para mobilizar animais e jaulas, de umas para as outras.

Depois, o Tratador, ponto 1, artigo 9.º: “É obrigatória a existência de Tratador a

bordo no navio.” E, depois, no ponto 2 diz: “O Tratador tem formação certificada em comportamento e bem-estar animal ou curso especializado em auxiliar de veterinária, preferencialmente.”

Depois, artigo 10.º – Operações de carga e descarga dos animais, diz que “a Direção Regional da Agricultura nomeia o médico veterinário que acompanha as operações de carga e descarga de animais” e que “é obrigatória a presença e supervisão de um médico veterinário e um elemento de qualquer força de segurança pública nas operações de carga e descarga”. Pelo menos, felizmente, aqui há a apontar que retirou da proposta inicial o artigo 8.º, em que colocava o médico veterinário a viajar a bordo de um navio de transporte durante toda a viagem. Isso foi retirado, felizmente.

Deputado Pedro Neves (PAN): Se isso foi retirado, não sei porque é que está a falar nisso!

O Orador: Mas, no fundo, o propósito vai no mesmo. Nós não temos veterinários sequer para assistir aos partos dos animais, mas, pronto...

Depois, no ponto 11: “É obrigatória a disponibilização dos seguintes elementos no sítio online da Direção Regional da Agricultura com cinco dias de antecedência do embarque: identificação do transportador rodoviário; número de autorização válida; matrículas dos veículos rodoviários e dos reboques; número de animais a transportar e estimativa do peso; e comprovativos dos certificados de aptidão profissional dos condutores.”

Depois, artigo 14.º – Proibições: “É proibido o transporte marítimo de animais quando for de prever, com antecedência mínima de duas horas, a existência de condições meteorológicas adversas durante o período de viagem confirmadas pelo IPMA.” Quem é que faz este contacto? Há um departamento do IPMA para responder aos armadores? Quem é que é o responsável por garantir esta premissa? É o armador? É o produtor?

Depois, poderíamos aqui continuar a esmiuçar este projeto, mas, no fundo, fica

claro que não seria fácil para o CDS aprovar um documento com esta carga ideológica, que visa apenas, e repito, obstaculizar o transporte de animais vivos sem oferecer qualquer alternativa ao setor.

Por outro lado, não podemos passar ao lado do facto de o PSD ter um projeto de Decreto Legislativo Regional, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Oh, a sério?! Quando? A semana passada!

O Orador: ... do mesmo teor e que deu entrada na Comissão competente e que apenas carece de relatório.

Deputado Pedro Neves (PAN): Esteve 24 anos a fazer oposição e a semana passada é que inseriu!

O Orador: Exato. O senhor também demorou, eventualmente, esse tempo todo a chegar ao Parlamento Açoriano.

E refiro apenas pelo facto de, não retirando a legitimidade ao PAN e de ver este Projeto de Decreto Legislativo Regional aqui debatido nesta sessão plenária, para o CDS seria preferível discutir estas duas propostas conjuntamente, uma vez que poderíamos beneficiar, na especialidade, de uma melhoria do diploma. E dou-lhe como exemplo, por exemplo, o artigo 14.º do Projeto de Decreto Legislativo do PAN, que refere no seu ponto 3.º, por exemplo, que “é proibido o embarque de fêmeas prenhes com período de gestação igual ou superior a 50% ou fêmeas que tenham parido há menos de 10 dias”, que nos parece uma proposta bem mais sensata do que aquela que consta, por exemplo, do Projeto de DLR do PSD. E em especialidade poderíamos, eventualmente, conjugar aquilo que são as virtudes de cada um destes diplomas.

Deputado Pedro Neves (PAN): Poderia!

O Orador: E, por isso, refiro que não será possível ao CDS acompanhar esta iniciativa, nem sequer propor alterações, porque, no fundo, consideramos que já se encontram vertidas muitas delas num diploma que em muito pouco tempo será debatido nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu respondo já ao Sr. Deputado Rui Martins, do CDS. Relativamente à alternativa dada, a alternativa não foi dada sequer pelo PAN. A alternativa foi dada até pelo Governo anterior e que está a ser replicada por este Governo relativamente à rede de abate com as infraestruturas que nós temos nas ilhas.

E nós temos, obviamente, duas posições relativamente àquilo que é produzido nos Açores e não uma alternativa aos produtores. Essa alternativa já foi dita durante vários anos, sobre a reconversão que até se quer que seja para carne. E que essa economia fique nos Açores, nas ilhas onde possam ter essa capacidade, ou não, porque assim a economia fica cá. Agora, existe aqui uma diferença, que eu sei porque é que existe essa diferença para as ilhas mais pequenas.

E sem dúvida que o Deputado da IL, por um lado, compreende porque é que eu o fiz, mas não compreende a situação que eu estou contra os produtores. Então, eu pergunto a mesma coisa ao Sr. Deputado, que é liberal, mas que, supostamente, sabe que você recebe mais dinheiro...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Você não. O Sr. Deputado.

O Orador: ... à cabeça, um produtor, para enviar para o continente do que estarmos a sustentar a nossa economia. Então, você não é pela sustentabilidade económica?! Você não é um liberal?!

Deputado Nuno Barata (IL): Liberal!

O Orador: Então, eu não entendo, se é um liberal, você ganha o prémio à cabeça para enviar para fora, fica fora da economia.

Sr. Deputado do CDS, isto não foi um aproveitamento político só com um único artigo, isto é um regime jurídico que nós não tínhamos na Região. Nós simplesmente fizemos um regime jurídico. E esse é o regime jurídico que nós fizemos. Não era só ter um artigo. Nós quisemos, obviamente, aperfeiçoar.

E você, que fez parte da mesma Comissão que eu, viu que nós aperfeiçoamos a iniciativa inicial com vários aportes, até, nomeadamente, do Sr. Secretário da Agricultura, sobre o regime jurídico da parte terrestre, que nós também juntamos. Agora, para mim, dá-me vontade de rir você achar, à partida, que não quer fazer propostas de alteração, que foi o discurso que a coligação teve o mês passado relativamente ao PS, sobre o Decreto do gasóleo agrícola, porque é que o PS com 25 deputados não fazia proposta de alteração. Mas a coligação não fez uma única proposta de alteração relativamente ao PAN! É chumbar logo à partida!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Calma!

O Orador: Então, onde é que está a coerência?

Aliás, Sr. Deputado Bruto da Costa, você, no Orçamento, disse que eu era hipócrita. Você não sabe o que é hipocrisia!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Sabe, sabe!

O Orador: Se você soubesse o que é que essa palavra quer dizer, você nunca dizia isso! Hipocrisia, eu vou-lhe dizer o que é: é estar 24 anos na oposição, não fazer uma única vez regime jurídico de transporte marítimo e terrestre de animais vivos, não fazer absolutamente nada, ver uma iniciativa do PAN, introduzida a 14 de maio nesta Assembleia, e a semana passada fazer uma iniciativa similar à do PAN em vez de fazer propostas de alteração.

Então, se conseguem melhorar a iniciativa do PAN, se querem retirar a proibição do transporte apenas para o exterior, podiam fazer à iniciativa do PAN, não

precisavam de, a semana passada... Aliás, um partido com 21 deputados, uma coligação com 26 ou 25 deputados, foi necessário esperar estes meses todos para fazer um acompanhamento do Decreto do PAN, para a semana passada entrar. Não conseguiu entrar agora, não queriam que a do PAN entrasse neste Parlamento para atrasarmos mais um mês. De maio até janeiro, um ano por causa de uma iniciativa.

Esta é, sem dúvida, a pluralidade desta coligação. Esta é, sem dúvida, a centralidade que a coligação quer para esta Assembleia Regional.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sim, senhor. Levou 24 anos para chegar aqui, mas valeu a pena!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma interpelação.

Presidente: Interpelação? Tem a palavra para uma interpelação. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação, Sr. Presidente, apenas para solicitar à Mesa que esclareça a Câmara até quando e até que momento parlamentar é que podem dar entrada as propostas de alteração aos diplomas que estão a ser debatidos em Plenário.

E não querendo usar de figuras regimentais como a defesa da honra ou o protesto, que acho que é escusado para a excitação parlamentar por parte do Sr. Deputado Pedro Neves, sugeria ao Sr. Deputado Pedro Neves, através de V. Exa., que se acalme relativamente ao diploma que estamos a discutir, ...

Deputada Ana Luís (PS): Agora já dá ordens à Mesa! Temos de acatar!

O Orador: ... porque temos, não só uma proposta do PSD já entregue nesta Assembleia e, naturalmente, que a informação de V. Exa. será, obviamente,

sugestiva o suficiente para o Sr. Deputado Pedro Neves, do Partido dos Animais e Natureza, perceber que ainda há muito tempo para apresentar propostas de alteração.

Deputado Pedro Neves (PAN): Pessoas, Animais e Natureza.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

As propostas de alteração que ainda não deram entrada a este diploma podem entrar até ao final do debate na generalidade.

Quanto à calma do Sr. Deputado Pedro Neves, a Mesa ainda não tem calmantes, portanto...

Sr. Deputado Pedro Neves, pede a palavra para uma interpelação ou para participar no debate?

Deputado Pedro Neves (PAN): Uma interpelação.

Presidente: Interpelação? Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, como Presidente da Mesa, eu só queria agradecer. E que diga ao Sr. Líder Parlamentar do Grupo Parlamentar PSD que o meu Partido é Pessoas, Animais e Natureza e não é Partido dos Animais e da Natureza.

Deputada Alexandra Manes (BE): Ele sabe!

O Orador: E sobre a minha forma nervosa ou até um bocadinho de excitação, isto não tem a ver, obviamente, com a parte regimental, tem a ver, se calhar, um pouco com aquilo que se diz que é a calorosa pluralidade desta Assembleia, que é um bocado diferente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Vamos dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Gustavo Alves, a quem dou a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM subscreve as preocupações gerais relacionadas com o bem-estar animal, como acredito que seja a vontade de todos nesta Casa.

Mas, Sr. Deputado Pedro Neves, não precisava ir tão longe. Entre não existir um regime jurídico e basearmo-nos na legislação europeia e no Decreto-Lei n.º 158/2008 e, agora, passar a existir o regime jurídico criado por V. Exa., é uma grande diferença e com exageros legislativos, no nosso entender. Metade dessas medidas, pelo menos referentes ao transporte marítimo, teriam sido mais do que suficientes para ser, como V. Exa. diz, um documento de bitola. Mas nestes moldes, com esta legislação por si pretendida será difícil de, julgo, esta Câmara aprovar, mesmo na generalidade.

O seu objetivo ou a sua pretensão é robustecer o direito animal com a proteção e bem-estar animal entre estarem livres de fome, sede, desconforto, dor, como qualquer humano, como qualquer animal, que todos nós defendemos.

À primeira vista pode parecer um diploma que, passo a citar um excerto da sua exposição de motivos, “simboliza um salto civilizacional na mudança de abordagem aos animais não humanos que partilham o mesmo plano biodiverso que os humanos”. Bem, isto suscita ao nosso Grupo Parlamentar algumas dúvidas devido, depois, numa análise na especialidade, ao excesso de regulação.

Não querendo repetir nesta Câmara o que o Sr. Deputado Rui Martins já referiu, mas existem vários artigos que foram um pouco radicais, demasiado à frente dos passos que deverão existir para que o setor também se ajuste, como isto das câmaras de videovigilância, que tem as suas complicações.

A higienização de quatro em quatro horas, pois, eu andei em navios e torna complicado também tratar desse assunto obrigatoriamente nessas horas e com animais de grande porte em espaços confinados, em cima do mar. Pronto.

E alimentação, artigo 7.º, tudo de acordo, sem dúvida, exceto o n.º 3, que passo a citar: “O navio de transporte possui sistema de bombagem de água potável em

caso de falha do sistema primário.” Bem, julgo que sejam especificações técnicas demasiado avançadas.

Existe também o artigo 14.º, nas proibições, que ao proibir o transporte marítimo de animais para o exterior da Região faz com que as ilhas menos populosas tenham graves problemas na gestão do seu setor pecuário, como foi referido pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal.

Se isto fosse elaborado de uma maneira menos, vamos dizer, avançada, se tivesse sido mais um pouco genérico, talvez seria mais bem aceite. Nestes moldes, a aprovação deste diploma será mais uma agravante para os agricultores da pecuária, que, juntamente com a inflação já existente, fará com que os agricultores terão problemas gravíssimos no seu setor.

A intenção do PAN é excelente na parte do direito animal, na proteção e bem-estar animal, com medidas protecionistas, completamente legítimo, mas torna-se excessivo para um primeiro regime jurídico o exagero legislativo e de difícil aplicação.

Sendo assim, necessita de uma maior reflexão, no nosso entender, com medidas menos radicais e tendo em conta as dificuldades e realidades envoltas na gestão dos navios.

É unânime que se pode e deve melhorar as condições de embarque, transporte e descarga, desde que exequíveis, realistas e possíveis.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PPM, forçosamente, terá que votar contra, no sentido de não prejudicar os agricultores. Mas saudamos a Representação Parlamentar do PAN pela iniciativa, excluindo os exageros referidos.

E que este diploma possa ser avaliado e trabalhado de uma outra forma, em que seja mais realista com, passo a redundância, a realidade do setor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, saudar o Sr. Deputado, V. Exa., do Partido dos Animais e da Natureza, por trazer, no meu entender...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Bloco de Esquerda: Pessoas, Animais e Natureza!

O Orador: Pois, eu, às vezes, tenho dificuldade em decorar estas coisas. Peço desculpa.

Dizer-lhe, Sr. Deputado: há o mundo real, permita-me a brincadeira, e depois há o mundo do Peter Pan. Não leve como ofensivo, tenho muita consideração por si, como sabe, e amizade.

Deputado António Lima (BE): Nota-se!

O Orador: No mundo ideal, pois, esse projeto, sim, senhor... E tem este mérito, eu não lhe quero retirar o mérito. Não é dono da verdade. Não é o único partido que defende o bem-estar animal. E eu não vou falar aqui de Pituco e muito menos das galinhas, mas nós todos, um pouco, falamos nisto. Todos, um pouco, queremos o melhor para os nossos animais.

Depois, o mundo real é o que já aqui foi dito um pouco por vários partidos.

E nós, no momento em que tanto discutimos, enfim, o caos em que a lavoura anda, que não tem outro nome, eu penso que não é adequado. Eu penso que é um primeiro passo, mas não é adequado porque nós precisamos de resolver primeiro o problema das pessoas, que são os lavradores, das famílias que vivem disto, das várias ilhas que podem até depender disto, e depois criar o tal mundo ideal, com a legislação adequada, para que as pessoas possam proteger os animais no seu

transporte.

Eu ouvi aqui uma série de coisas, como os veterinários, etc. Está tudo muito bem. Eu quero é saber onde é que eles andam. Isso é um pouco como os médicos, como os professores. Isto é tudo muito bonito. Nós queremos um médico em cada freguesia, mas não há. Nós queremos um veterinário, não há. Depois, nós queremos que os animais cheguem a qualquer sítio nas melhores condições e que sejam as tais vacas felizes, mas, às vezes, não é possível.

E prejudicar algumas ilhas com uma coisa que apenas proíbe e é ideológica, pois, da minha parte, não contem muito com este apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Gustavo, do PPM, nós não temos artigos radicais. Todos os artigos ou já existem em termos da Comunidade Europeia, neste caso, em termos de regimento europeu, ou vão ser vertidos já, imediatamente.

Se você vir o relatório relativamente à Comissão de Inquérito do Transporte Marítimo de Animais que foi feito a semana passada, neste caso a 2 de dezembro e que fizeram a publicação a semana passada, tudo aquilo que o PAN inseriu neste regime jurídico foi exatamente o que os eurodeputados andam a queixar-se, de todos os países.

Isto não é algo radical. É algo que é mensurável, também houve uma investigação da parte do PAN. Não é ideológico, não estamos aqui a falar de uma ideologia.

Falamos das ilhas mais pequenas. As ilhas mais pequenas, nós não estamos a descorar as ilhas mais pequenas, pelo contrário, aquilo que é dito mesmo pelo próprio Governo, do qual o PPM faz parte, é que nós queremos, obviamente, que haja um benefício em termos de economia, mas ao mesmo tempo beneficiar as

ilhas mais pequenas com uma sinergia com as ilhas que têm matadouro, sejam elas Faial, Terceira ou São Miguel. Faial não pode estar exatamente no mesmo campo devido à geografia, mas temos Terceira e São Miguel. Em vez de estarmos a enviar para o continente, estamos a enviar... A economia que devia ficar nos Açores, estamos a enviar para o continente. Essa é que é a diferença.

O CCTV é algo pedido já pelo Parlamento Europeu. Está no inquérito, Sr. Deputado Rui Martins. Não é algo irrealista. Não é algo radical. Isto é algo que já é pedido há vários anos, por várias bancadas, por várias famílias europeias.

E nós queremos, obviamente, verter algo, que é uma das economias mais importantes nos Açores, logo, é necessário termos um regime jurídico em vez de estarmos sempre a adaptar aquilo que é uma lei nacional.

Sobre a água, Sr. Deputado Gustavo, a água é um plano de contingência. Isto porquê? Não sei se o Sr. Deputado sabe, mas, no mês passado, houve vários animais que saíram da sua ilha e desembarcaram em Ponta Delgada. Por acaso, exatamente como o Sr. Deputado da IL disse, o PAN estava lá, não é esporádico.

Deputado Bruno Belo (PSD): O PAN está sempre lá! O senhor sabe porquê, não sabe?

O Orador: O PAN está lá várias vezes, obviamente, como uma forma de fiscalizar. É isso que os partidos fazem. É isso que os deputados fazem! Fiscalizar, obviamente.

E reparamos que as autoridades autuaram por falta de abeberamento! Por falta de água, a GNR autuou! Foi paga uma coima!

Deputado Bruno Belo (PSD): A pessoa que lhe disse...

O Orador: Ó Sr. Bruno Belo, você tem tempo, o seu Grupo Parlamentar. Use, por favor, o tempo do Grupo Parlamentar do PSD.

E água é algo importante, obviamente, porque se não houver esse abeberamento, como o Sr. Deputado sabe, os animais podem beber água do mar, como acontece muitas vezes e depois há falência dos rins e morrem. Morrem, pura e

simplesmente. Peço desculpa, mas existem vários imediatos das empresas que fazem esse transporte, neste caso para Lisboa, não estou a falar inter-ilhas, que há falência de rins por parte das vacas quando há falta de abeberamento porque começam a beber água do mar. Isso acontece. Nós temos, eu posso-lhe mostrar os relatórios. E faço passar ao Grupo Parlamentar do PPM.

Eu só quero demonstrar é que isso não é algo irrealista, não é algo que não foi pensado, que não foi, obviamente, investigado, nem é ideológico. Aquilo que nós queremos mesmo é que houvesse um regime jurídico de transporte marítimo de animais e ao mesmo tempo que houvesse sustentabilidade económica nos Açores para que a economia açoriana fique nos Açores. É simples.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também pedi a palavra para participar neste debate dando a opinião do Governo sobre esta matéria do bem-estar animal.

Naturalmente, é de todos sabido, o bem-estar animal é um tema que ganha força legislativa em todo o mundo, ganha força opinativa e, portanto, é um tema de sensibilidade das atuais comunidades. É um tema presente, é um tema de vanguarda e é um tema basilar. É um tema do qual os consumidores decidem sobre as normas e as regras de bem-estar animal no processo produtivo pecuário.

Ora, tendo isto bem presente, o Governo Regional tem vindo a apostar no bem-estar animal como uma bandeira no processo da bovinicultura de carne nos Açores, na sua imagem, na sua promoção e na sua afirmação nos mercados de proximidade, mas também nos mercados mais afastados.

Por isso mesmo, nós já formamos, no âmbito do bem-estar animal, 16 auditores internos. Como sabem, queremos, até finais de 2022, certificar as explorações pecuárias dos Açores no âmbito de um selo internacional do bem-estar animal.

Neste momento, está em processo conclusivo para a certificação do welfare animal os matadouros da ilha Terceira, do Pico e de São Miguel. E está também em processo de certificação final o matadouro da Terceira e do Pico no âmbito da empresa McDonald's.

E, portanto, os processos de bem-estar animal, até mesmo no abate, são necessários para serem reconhecidos.

Também, temos um investimento previsto no Plano e Orçamento para 2022 no valor de cerca de 12 milhões de euros, que prevê a construção de um matadouro em São Jorge, a ampliação do matadouro do Pico e aperfeiçoamentos no matadouro de São Miguel.

Ora, é verdade que o PAN tem, de facto, o mérito de trazer este tema e criar um regime jurídico regional que não havia, transpondo aquilo que é a legislação nacional e comunitária para o âmbito regional. E esse mérito é, de facto, do PAN. E há aspetos positivos que estão dentro daquilo que deve ser a racionalidade e a razoabilidade quando se trata de animais de produção. Desde logo, é positivo o facto de evidenciar que os animais devem ser os últimos a carregar e os últimos a descarregar. É positivo, de facto, que o diploma traga a necessidade de maior clarificação de que animais podem coabitar nos contentores. E é, de facto, positivo que o diploma também preveja que nos transportes exista sempre à disposição água e alimento. É tudo verdade e é tudo necessário.

Mas também achamos que é muito limitativo e exagerado o facto de proibir o transporte marítimo de animais vivos. Isto porquê? Porque é uma mobilidade básica que não se deve limitar numa Região que tem uma dispersão de territórios, a sua pequenez de territórios e também porque o processo de produção das explorações pecuárias ainda é muito sazonal, prevendo a falta de alimentação

nalgumas ilhas. E é preciso escoamento. Escoamento que, por vezes, a única saída é o transporte marítimo para o exterior, para o continente, e em vivo, porque também, em alturas de crise como esta que estamos a viver em que há um aumento exagerado, constante e especulativo das matérias-primas, os 60 engordadores que temos na Região, continuando este custo no processo produtivo, vão diminuir a sua produção de engorda de animais. E só fica uma única alternativa, que é o transporte vivo. Limitar é, de facto, levar a que esses animais, não sendo engordados na Região, também terão um preço muito baixo as explorações pecuárias e serão um fator de entrave e de aumento de densidade naquilo que são os apoios comunitários, portanto, em alturas de crise como esta.

E a verdade é que também a Região se está a afirmar como uma região de alto valor genético. E esta é uma saída económica para as explorações pecuárias. Nós temos 40 anos de melhoramento genético. E esse melhoramento genético, que se aperfeiçoa muito mais na bovinicultura de leite, é uma forma económica também para Região, que se está a afirmar a nível europeu e a nível mundial. E, portanto, limitar o transporte marítimo é limitar também essa possibilidade económica.

Nós todos queremos que, na Região, se pudessemos abater, qualquer que seja o Governo, assim o desejo que na Região se possa produzir, se possa engordar, se possa abater e transformar, no âmbito da pecuária de carne, porque ficam todas as mais-valias e os ganhos económicos, com a criação de emprego e a fixação de pessoas. Mas não é possível.

Mas estamos num caminho, como o Sr. Deputado disse, e muito bem, disse 2010 e eu posso recuar um pouco mais atrás, a 2005, entre 2005 e 2020, o decréscimo da expedição de animais vivos foi cerca de 85%. No final de 2020, saíram da Região, vivos, 9066 animais e foram abatidos 77 743 animais. Já em 2021, comparando o mês de novembro com o mês homólogo de 2020, saíram da Região 7722 animais e foram abatidos 77 848. Desses animais abatidos, 65% são destinados à expedição em carcaça e 35% para consumo local.

Há aqui um caminho efetivamente positivo nessa diminuição da exportação em vivo, mas limitar essa exportação, com todos os constrangimentos de uma região arquipelágica, que importa alimentos para alimentação animal, é, de facto, criar constrangimentos no processo produtivo, até mesmo em alturas de crise como agora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Luís Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A salvaguarda do bem-estar animal não é uma preocupação exclusiva de uma força partidária. Muito pelo contrário. A causa da proteção dos animais tem vindo a obter um consenso cada vez mais alargado das sociedades modernas. É também assim nos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Aliás, os nossos agricultores são os primeiros a dar o exemplo nessa matéria. Nos Açores, as questões relativas ao bem-estar animal têm vindo a ser cada vez mais acauteladas, quer pelos privados, quer pelas entidades públicas.

A legislação nacional e europeia relativa ao bem-estar animal está a ser cumprida na Região. Isso, no entanto, não invalida que o Parlamento dos Açores dê um passo em frente e comece a trabalhar num regime jurídico próprio do transporte de animais vivos.

O Grupo Parlamentar do PSD defende a criação de um regime jurídico que atenda à dispersão geográfica e realidade arquipelágica dos Açores.

Por outro lado, a legislação regional que venha a ser criada por esta Assembleia também tem que ter em linha de conta o elevado número de animais criados na nossa Região.

Trata-se de um setor de atividade económica muito importante, que se assume

mesmo como um dos pilares da economia das nossas ilhas, com destaque para a criação de bovinos.

A necessidade de transportar animais vivos com regularidade, tanto por via marítima, quer por via terrestre, justifica a necessidade da criação de um regime jurídico que regule essa prática, mas que seja equilibrado.

Ora, o diploma que é aqui apresentado pelo PAN nada tem de equilibrado. Bem pelo contrário. Trata-se de um regime jurídico proibicionista, perverso e que levanta uma suspeição sobre classes profissionais.

É proibicionista porque proíbe o transporte de animais vivos para fora da Região, aniquilando uma importante e expressiva atividade económica, principalmente das ilhas mais pequenas.

É perverso, porque diz querer salvaguardar o bem-estar animal e faz precisamente o contrário. Veja-se o exemplo da imposição da ordenha das fêmeas aleitantes de 6 em 6 horas a bordo de um navio. No seu habitat natural, sem estar sujeito a qualquer fator de stress, o animal é ordenhado de 10 em 10 ou de 12 em 12 horas. Quando está a bordo de um navio, uma fêmea aleitante está sujeita a um grau de stress que a inibe na produção de leite. Sujeitar o animal a ordenhas de 6 em 6 horas é, no mínimo, um caso de maus-tratos, regulado por lei.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por último, este diploma lança suspeita sobre classes profissionais, nomeadamente veterinários e forças de segurança.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ao impor a presença de elementos de ONG's nas operações de carga e descarga de animais, o diploma coloca em causa o profissionalismo dos veterinários e elementos das forças de segurança que já acompanham essas operações.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já têm essa obrigatoriedade há muito tempo!

O Orador: Em suma, este diploma do PAN é perverso e proibicionista, pois não

acautela o bem-estar animal e prejudica gravemente a economia regional.

Por estes motivos, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra o diploma e continuará a trabalhar para que seja criado um regime jurídico verdadeiramente equilibrado.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, os números, quem disse de 2010 acho que foi o Sr. Deputado Nuno Barata. Eu falei de 2000. Aliás, nós temos dados até de 84, salvo erro.

E aquilo que eu disse, que não era um aumento de 80%, de 2000. Os dados que eu usei de 2000. Porquê 2000? Porque é o ano em que nós tivemos mais envio e transporte de animais e menos em termos de carcaça. E foi o ano em que nós tivemos mais nos Açores.

E usei também o ano de 2019, como o ano com mais carcaça e o ano com menos transporte marítimo de animais vivos.

E nós sabemos, à partida, que, em 2000, foram 56 635 animais de saída dos Açores, de animais vivos. Em 2019, tivemos 10 750. Daí os 539% que eu disse.

Sr. Deputado Luís Soares, você faz acusações extremamente graves. Primeiro, sobre as forças de segurança. Pelo contrário, nós nunca dissemos... aliás, o PAN chamou as forças de segurança a última vez que nós estivemos no Porto de Ponta

Delgada, porque nós, obviamente, queremos as forças de segurança para verificarem e fazerem cumprir a lei. Por isso é que fizeram os autos que fizeram, tanto por causa do abeberamento, como também da comida.

Sobre os veterinários, nós não somos contra os veterinários, tanto que, como você deve imaginar, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado!

O Orador: ... como V. Exa. deve imaginar, nós temos até vários veterinários no PAN.

Agora, vamos ser sinceros, nem todas as pessoas são profissionais. Nós temos veterinários bons profissionais e maus profissionais. Nós temos médicos bons profissionais e maus profissionais. Nós temos pessoas na política maus políticos e bons políticos. É como em tudo na vida, Sr. Deputado.

Agora, dos veterinários, isto é simplesmente uma forma de não dar mais peso de responsabilidade em cima dos veterinários e das forças de segurança.

Agora, diz que é perverso apenas porque nós metemos o tratador? Diz que é perverso apenas porque nós metemos o regulamento europeu? Nós não podemos dizer que é perverso. Aquilo que supostamente pedimos é apenas um tratador com alguma formação em termos de bem-estar animal.

Sobre o PAN, dizer que é o único partido que fala sobre bem-estar animal, eu nunca disse absolutamente isso, Sr. Deputado.

Deputado Luís Soares (PSD): Está a fazer crer! Às vezes, não precisa dizer, basta fazer crer!

O Orador: Obviamente que qualquer partido pode fazer sobre o bem-estar animal. Mas isto não é uma iniciativa de bem-estar animal, isto é uma iniciativa de transporte marítimo de animais, obviamente, tentando meter o bem-estar animal também dentro da esfera desta iniciativa, que é algo completamente diferente.

Mas dizer que é perverso, Sr. Deputado, é um bocado grave essa acusação.

Obrigado.

Deputado Luís Soares (PSD): As coisas ao contrário, é sempre perverso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional pretende criar um regime jurídico relativamente ao transporte de animais vivos, inicialmente transporte marítimo, mas na versão de substituição incluindo também o transporte terrestre.

Existe já, felizmente, no nosso país, um consenso bastante amplo quanto à sciência animal e uma evolução clara, não só das mentalidades, mas também do próprio enquadramento legal sobre a questão do bem-estar animal.

Esses avanços têm sido fundamentais e têm sido levados a cabo em várias áreas, inicialmente mais numa lógica relativa aos animais de companhia, mas que, naturalmente, tem que avançar e tem que incluir também animais de produção, com as diferenças, obviamente, que existem e que são naturais na legislação e que têm que existir na legislação.

O transporte de animais vivos é, naturalmente, uma atividade que causa perturbação aos animais, que lhes causa stress. Evidentemente, esses fatores, seja no transporte terrestre, seja no transporte marítimo, devem ser minimizados ao máximo, por forma a salvaguardar o bem-estar animal, que é, de facto, uma preocupação cada vez mais premente e cada vez mais evidente.

E nos Açores nós temos, já foi aqui referido, investido, ao longo dos anos, os vários Governos, e bem, temo-lo dito várias vezes, numa rede de abate, que é bastante abrangente e que pode ainda ser melhorada, que evita não totalmente, mas evita muito do transporte que é feito na Região. E é evidente que esse deve ser o caminho a seguir, ou seja, que o transporte seja a exceção e não a regra. Ele

será, evidentemente, necessário e existirá em algumas situações, principalmente, como já foi referido, em algumas ilhas, mas essa deve ser cada vez mais a exceção e não a regra.

Daí que nós vemos esta proposta como uma proposta que vai no bom sentido. É uma proposta que tem aspetos importantes de garantia do bem-estar animal e também de criação de um quadro legal mais restrito, para que, efetivamente, nós caminhemos no sentido de que o transporte seja essa exceção e não a regra.

É evidente que as regras mais apertadas tornarão mais difícil, mas, no fundo, o objetivo é que a rede de abate seja, por um lado, cada vez mais utilizada em detrimento do transporte, e o objetivo é aquele que é o essencial, o bem-estar animal.

Esta proposta, evidentemente, é uma proposta complexa, com muito pormenores. Algumas das medidas são de aplicação difícil, é verdade. E a proposta poderia ser, efetivamente, melhorada no sentido de uma melhor aplicabilidade e do ponto de vista técnico também ser um pouco mais trabalhada. Isso não retira, não só o mérito, como o sentido positivo que ela revela.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta proposta, porque, de facto, vai no sentido que nós consideramos que deve ir esta área na Região, ou seja, reduzir ao máximo o transporte de animais vivos, neste caso o transporte marítimo, porque, efetivamente, também do ponto de vista do produtor, esse deve ser o caminho que se deve seguir, ou seja, a exportação de carne não deve ser uma exportação de animais vivos, deve ser a exportação já, obviamente, da carne.

Do ponto de vista do bem-estar animal, é uma proposta que vai, efetivamente, no bom sentido. E é isso que nós consideramos que deveria ser feito.

Bem sei que há uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, que chegará cá a seu tempo e a seu tempo também será analisada, uma vez que esta já se percebeu qual é o seu destino.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

Deputada Joana Pombo (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos, com anteriores Governos Regionais, verificou-se um elevado investimento na rede de abates, com melhoria e construções de matadouros e salas de desmancha em todas as ilhas do arquipélago.

Há uma inversão do que era a tendência, com um decréscimo de animais exportados vivos. Em 2005 foram 46 000 animais em comparação aos 9066 animais exportadas no ano de 2020.

Como considera um dos auditados durante a discussão do presente diploma em Comissão, “com as melhorias nas condições de produção, da seleção genética e dos investimentos de construção e remodelação da rede regional de abate, a expedição de animais inter-ilhas e da Região para o território continental e o arquipélago da Madeira tem observado uma expressiva diminuição. A título de exemplo, entre os anos de 2010 e o de 2019 (período pré-pandémico) essa redução foi de 40%. E se recuarmos a 2005, esse valor passa a 80%.”

Considerando que partimos de um tempo em que menos de 100 animais eram abatidos na Região Autónoma dos Açores, percorremos um grande caminho até aos dias de hoje, sendo que até à data e em 2021 foram 77 884 o número de cabeças abatidas.

A preocupação do bem-estar animal durante o seu transporte, seja ele marítimo ou rodoviário, é sem dúvida nossa preocupação, indo de encontro à preocupação regulamentada no Regulamento n.º1/2005, do Conselho Europeu, de 22 de dezembro de 2004, que estabelece a proteção dos animais durante o transporte e operações afins.

Estabelece ainda este regulamento requisitos nas condições de carga, transporte e descarga dos próprios animais, as condições de alimentação, assim como a credenciação de todo o processo do transporte.

A nível nacional são estabelecidas as regras de exceção, do Regulamento n.º 1/2005, do Conselho, de 22 de dezembro de 2004, através do Decreto-Lei n.º 265/2007, de 24 de julho, e que no seu artigo 12.º aplica disposições especiais a serem aplicadas no transporte marítimo de animais entre o continente e a Região Autónoma dos Açores, e entre ilhas.

De momento, como foi dito, a regulamentação a nível da União Europeia está ela própria em discussão, para que os Estados-membros reforcem os seus esforços no sentido de melhorar as condições do bem-estar animal durante o transporte e atualizar as regras da União Europeia.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende esta preocupação e concorda com esta preocupação do bem-estar animal, não devendo a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores antecipar-se, extemporaneamente, às resoluções da União Europeia, e aguardar pela nova regulamentação, que se espera que seja discutida em sessão plenária já em janeiro de 2022. No entanto, reiteramos que é nossa preocupação o bem-estar animal, principalmente durante o seu transporte marítimo.

No entanto, e por via de todo o investimento efetuado, pelas condições até aqui criadas e pela evolução que se tem testemunhado do aumento de abates na Região, verifica-se já a diminuição da exportação de animais vivos para fora da Região, valorizando cada vez mais o produto nesta mesma região, com melhoria de rendimento para os nossos criadores e produtores. No entanto, esta exportação é ainda necessária e importante para os produtores de algumas ilhas da Região.

Em conclusão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, embora reitere a importância da matéria versada no diploma em apreço, considera não estarem criadas um conjunto de condições e fatores para terminar com a expedição para

fora da Região.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, eu esqueci-me também aqui de referir algo positivo, que já tinha escrito antes, mas faltou-me, que são os aspetos positivos do seu diploma: a criação do próprio diploma, tudo bem; deixar em letra de lei aspetos do bem-estar animal relativo ao transporte marítimo de terrestre, tudo ótimo; e a criação de um guia de boas práticas. Fora alguns artigos que estão coerentes, que estão realistas. Tudo bem.

Mas tem os aspetos negativos, que são: o excesso de legislação comprometedor e até lesiva para o setor pecuário; e obrigações irrealistas e de enorme dificuldade de aplicação.

Em relação às leis europeias trazidas para a nossa Região, que V. Exa. diz que se baseou nisso, tudo bem, mas o norte da Europa, por exemplo, é diferente do sul da Europa. Inglaterra é diferente de Espanha e de Portugal. Tem vários artigos aqui. Esse, por exemplo, das câmaras de filmar, nota-se que é de um país mais evoluído, um país com uma outra mentalidade. Trazer isso de forma demasiado rápida para o nosso contexto atual, julgo que não seja positivo para o setor.

Em relação à questão da água salgada, fiquei sem perceber, e peço também que depois me faculte os documentos, como é que num navio servem água salgada...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não servem, não!

O Orador: Ok. Então, essa questão da água salgada tem que ser...

No entanto, o seu ponto 3, acho que está mal enquadrado. Só por via de uma situação encontrada por si e que tem que ser devidamente esclarecida. Se for

crime, tem que ser autuado por isso. Quem fez esse crime tem que ser autuado por isso.

Mas julgo que os navios têm água, não digo potável, mas têm tanque de água normal, para tomar banho... Não se deve beber, mas os tanques são revestidos com uma tinta especial para a água. Portanto, nessa parte da água não há grande problema.

E a questão da bombagem também julgo que não faz muito sentido, na minha opinião.

Eu percebo a sua intenção de melhorar o setor e deixar a economia aqui nos Açores. Sem dúvida alguma, isso é extremamente positivo. A questão é ser um passo muito grande com a criação deste regime jurídico. Portanto, se este regime fosse aprovado, tem vários artigos aqui que ou estão mal redigidos ou estão mal pensados. Se fosse aprovado...

Por exemplo, aqui, o tratador, é obrigatória a existência do tratador, tudo bem. Se não for um tratador dentro das ilhas, há sempre alguém que tenha essa responsabilidade dentro do navio.

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso já é obrigatório.

Deputado Carlos Furtado (Independente): Isso já é obrigatório.

O Orador: Já é obrigatório. É um bom sinal.

A obrigação de o tratador ter a formação, isto é uma questão de redação, que não estou muito habituado, mas deveria ter. Pronto, porque a aplicação deste diploma, ao ser aprovado, quando for publicado em diário, fará com que seja necessário o tratador ter este curso. Já é uma certa complicação.

No artigo 10.º – “Operações de carga e descarga de animais: É imediatamente suspensa a viagem ou o transporte quando a entidade fiscalizadora verifique que não estão cumpridas todas as condições.” É imediatamente suspensa a viagem, a viagem do contentor, não será a viagem do navio. Mas suscita-me dúvidas.

Outra questão simples... não será simples, mas no contexto do navio será muito

difícil. Artigo 12.º – “Outras condições de transporte: A estiva dos contentores é realizada através de passagens de fácil acesso aos mesmos pelos tratadores, médico veterinário e animais.” Muito difícil. Com a arquitetura do navio é muito difícil essa questão.

Outra, em relação à morte: “Em caso de morte durante a viagem, o animal é acondicionado em contentor destinado a esse fim para realização de necropsia, sendo separado dos animais vivos.” É possível. Sem dúvida que é possível, mas também é de difícil aplicação ou terá custos para alguém.

Também: “Os animais devem ser transportados, preferencialmente, em navios com estabilizadores.” Lá está, se calhar, os estabilizadores no norte da Europa existem. Existem em navios de contentores ou navios de animais. Percebo que diz preferencialmente, mas aqui será muito difícil. Não é uma obrigação, tudo bem.

Finalizando, aqui, no artigo 14.º – “Proibições: É proibido o transporte marítimo de animais quando for de prever, com antecedência mínima de duas horas, a existência de condições meteorológicas adversas.” Isto aqui deixa ao livre-arbítrio o cancelamento da viagem de uma série de contentores com uma série de animais, que prejudicará, certamente. Por ser de livre-arbítrio, segue o navio com contentores de carga e com tripulação, mas deixa atrás os animais. Alguém vai ser prejudicado com essa situação.

Por agora, é o que me apraz dizer.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, acho que todos já percebemos o destino do seu Projeto de Resolução, mas não posso deixar de felicitá-lo pelo facto de o senhor ser apenas

um deputado nesta Casa, a defender um partido, e pelo facto de o senhor estar, à data que apresentou esse documento nesta Casa, apenas há seis meses aqui também. E teve o trabalho de pesquisa, de elaborar o documento que apresentou, que terá erros, com certeza, terá alguma componente ideológica, eu assumo que sim, mas que apresentou. Um só deputado, estando apenas há seis meses nesta Casa. Outros não o fizeram, de partidos maiores não o fizeram.

Agora, tem 30 alterações propostas, 20 alterações para propor. Agora, aparecem as alterações. Onde é que estavam essas alterações até o senhor apresentar o seu documento? Porque é que, durante toda a tramitação que levou até hoje o seu processo, essas alterações nunca apareceram? Pois, essa é uma pergunta complicada, que nem todos vão querer responder a ela.

De qualquer forma, uma realidade ninguém lhe pode tirar: podem aparecer documentos melhores do que o seu, se calhar, mais realistas, se calhar, de mais fácil execução, mas o seu foi o primeiro. E para todo o sempre o senhor poderá dizer que foi o senhor que foi a locomotiva desse documento maravilha que há de aparecer por algum dos partidos grandes.

Portanto, a minha felicitação ao facto de ter conseguido fazer aquilo que conseguiu fazer, percebendo que já está a defender uma causa perdida, mas defendendo a sua dama, defendendo as suas convicções.

Obviamente que não quero com isso dizer-lhe que concordo com todo o documento, porque tive a oportunidade de o ler, de fazer algumas observações, que, no meu entender de leigo, também não são de fácil execução, mostram até alguma desconexão com a realidade, é certo, no meu entender, mas reconheço-lhe que foi o senhor que teve a coragem de trazer esse assunto a esta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de participar no debate e contribuir para a reflexão à volta deste diploma, não só, mas, também, porque a matéria de que ele trata é merecedora de que cada um dos partidos possa expor o mais possível o seu entendimento em relação a estas matérias, seja na concordância, seja na discordância, em relação à proposta que aqui está apresentada. E isso já traduz, em si, também, na minha opinião, o respeito que a proposta nos merece, independentemente de concordarmos, ou não, com ela.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode acompanhar esta iniciativa do PAN, entende que não deve acompanhar esta iniciativa do PAN, por argumentos específicos e por um argumento geral.

Argumentos específicos que se prendem, desde logo, com uma abordagem total à proibição de transporte de animais vivos para fora da Região. Nós entendemos que o caminho que está a ser feito é um caminho que deve ser aprofundado, o de, em igualdade de circunstâncias, se reduzir ao mínimo possível e, preferencialmente, eliminar-se por completo o transporte de bovinos vivos para fora da nossa Região.

Mas, no atual contexto, circunstâncias há, e isso prende-se com alguns argumentos específicos, em que o transporte de bovinos vivos para fora da nossa Região constitui condição essencial para a sua valorização. Não me refiro às questões do acabamento em instalações agropecuárias no continente, mas refiro-me, por exemplo, para aquilo que historicamente tem sido o transporte e a exportação de bovinos vivos para o norte de África, em que alguns deles são abatidos segundo o método *halal*, e, por esta via, é condição para o seu abate o facto de serem transportados vivos e abatidos por esse método. Poderiam ser abatidos segundo o método *halal* também cá, não há nada que impeça isso, mas o

facto é que, tendo em conta o volume, essa é uma das circunstâncias em que, no atual contexto, o transporte de animais vivos e a sua exportação, nomeadamente para o norte de África, para alguns países em que a carne abatida segundo este método é a carne consumida, é a carne que tem valorização, acaba por tornar o transporte de bovinos vivos como uma condição para a sua valorização posteriormente.

Separo e entendo que deve ficar absolutamente clara essa distinção. Naquilo em que seja um fator de valorização, compreendemos. Naquilo em que não é um fator de valorização, aquilo que nós achamos que deve ser feito é caminhar-se para a eliminação total do transporte de animais vivos para fora da nossa Região.

O segundo argumento que foi avançado aqui tem a ver com o facto de isso dizer respeito apenas a algumas ilhas. Nós discordamos. Achamos que o impacto desta legislação, a ser aprovada, tem a ver com todas as ilhas da nossa Região. Porquê? Porque, efetivamente, nós estamos a falar num potencial de transporte de animais vivos, já foi aqui salientado, nomeadamente no âmbito do setor leiteiro, bovinos também, que constituem e podem constituir uma fonte alternativa de rendimento para os nossos agricultores. E esse transporte deve ser feito, obviamente, com a salvaguarda de todas as condições.

Terceiro argumento: a legislação não o distingue e, por isso, abrange, também, o transporte de outras raças que podem constituir boas oportunidades de negócio na nossa Região, nomeadamente aproveitando aquelas que são algumas condições, designadamente sanitárias (refiro-me, por exemplo, a equinos), em que o território da Região Autónoma dos Açores tem condições favoráveis para a exploração desse negócio.

Por esse motivo, esta proposta não merece o acompanhamento da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Mas é legítima a questão. Então, se é assim, façam uma proposta e alteração e eliminem a questão da proibição. Houve várias manifestações de discordância que

se centraram nesse aspeto.

Nós entendemos que há um argumento geral que também nos impede de acompanhar esta proposta do PAN. E esse argumento geral é o seguinte: não é correto dizer-se que não existe, também já foi aqui referido, regulamentação do transporte de animais vivos. Existe é um regulamento comunitário que, e aí discordo do Sr. Deputado Gustavo Alves, por ser um regulamento comunitário, não necessita de qualquer tipo de transposição e aplica-se de forma direta e imediata em todo o território da União Europeia.

E aqui chegados, coloca-se a questão de termos legislação específica e um regime específico, neste momento, na nossa Região, que possa traduzir-se em medidas mais apertadas para o transporte de animais vivos.

Deixem-me colocar a questão um bocadinho antes: faz sentido? Faz. Mas faz sentido quando este regime mais apertado, mais rigoroso e mais exigente puder ser, se não um argumento para a valorização do gado abatido na Região ou para o gado transportado, não ser, pelo menos, um fator de penalização.

E o facto é que a introdução de um regime jurídico mais apertado na Região Autónoma dos Açores, neste momento, traduzir-se-á numa perda de competitividade das explorações agropecuárias de produção de carne ou na qual a produção de carne tem algum impacto na Região Autónoma dos Açores.

Deve ser feito? Deve. Mas deve ser um ponto de chegada, não deve ser um ponto de partida.

Isso obriga a que o Governo Regional, nomeadamente, aprofunde, desenvolva e inove num conjunto de medidas que podem valorizar esse aspeto do bem-estar animal, mais do que ele tem sido valorizado neste momento ou mais do que ele foi valorizado até este momento, nomeadamente nas questões da carne.

É por isso que o facto de não acompanharmos esta proposta do PAN não se centra apenas com a questão de um argumento específico quanto à proibição, centra-se, também, num argumento geral, genérico, quanto ao facto de, neste momento, esta

proposta, face àquilo que poderia ser o seu potencial de valorização económica da carne dos Açores, de bovino, poder-se traduzir num fator de perda da competitividade das explorações agropecuárias dos Açores.

É um caminho que deve ser feito? É. É um caminho que deve ser feito. Temos condições para dar este passo neste momento? Não. Na nossa opinião, não temos, ainda, essas condições.

A isso acresce um último argumento e que tem a ver, fundamentalmente, com o processo que está a ser desenvolvido a nível comunitário, que pode conduzir a uma alteração do Regulamento n.º 1/2005. O Parlamento Europeu desenvolveu, e isso foi tornado público recentemente, um estudo de avaliação do impacto, *assessment* do impacto da aplicação desse regulamento comunitário. Daí é previsível que surjam alterações.

O que nós consideramos adequado é que, pelo menos, aguardemos para saber o sentido dessas alterações ao nível de regulamentação comunitária, que se aplicará a todo o território da União Europeia, a todos os mercados concorrenciais com, nomeadamente, o transporte de gado bovino dos Açores, para, depois, então, sabermos os passos que podemos dar no sentido, não apenas da proteção do bem-estar animal, mas, concomitantemente, de equilíbrio face ao impacto económico que essas alterações podem ter na competitividade das explorações agropecuárias dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste diploma.

Vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – Regime Jurídico de Transporte Marítimo de Animais na Região Autónoma dos Açores. Uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII foi reprovado, na generalidade, com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal; 2 a favor do BE e 1 do PAN; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente: Tendo sido reprovado na generalidade, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos avançando para o ponto 5 da nossa Agenda. Como ontem já debatemos e votamos o ponto n.º 4, avançamos para o **Projeto de Resolução n.º 69/XII – “Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Informo que houve uma substituição integral atempadamente distribuída.

Para a apresentação do diploma, dou a palavra à Sra. Deputada Célia Pereira. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O relatório publicado pela UNICEF em outubro passado, sobre a saúde mental das crianças, adolescentes e cuidadores no século XXI, *mais do que uma reflexão alargada*, constitui um alerta para os impactos e efeitos perniciosos da pandemia COVID-19 na saúde mental e no bem-estar das crianças e jovens.

Esse alerta exige de nós, de todos nós e de toda a sociedade, uma resposta concreta

– e é nesse sentido que hoje aqui apresentamos esta proposta.

Em situações de crise/pandemia, tende a verificar-se a ocorrência de um aumento da prevalência de algumas doenças mentais e o aumento da taxa de suicídio em alguns setores da população. Pelo que importa atuar de forma célere e preventiva dado que existe um grau de continuidade entre muitas perturbações da infância, principalmente entre as da adolescência e as da idade adulta.

Conforme refere a Ordem dos Psicólogos no seu parecer a esta iniciativa, e passo a citar: *“Antes da pandemia, os Açores já detinham indicadores estatísticos que apontavam para a necessidade de mais investimento na saúde psicológica e mental. No Inquérito Regional de Saúde de 2014 e da Direção-Geral da Saúde (2014) os dados indicavam alterações psicológicas em um terço da população açoriana, entre os 20 e 74 anos, e uma taxa de suicídio em jovens do sexo masculino, com idades entre os 15 e os 24 anos, acima dos 10/100 000, bem como a taxa mais elevada de todo o país na faixa etária entre os 35 e os 44 anos (41,6/100 000).”*, fim de citação.

Por tudo isto, a nossa iniciativa constitui uma chamada de atenção, no quadro pandémico que a Região Açores ainda enfrenta, e que no nosso entender não pode ser ignorada ou desconsiderada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

É certo que, conforme algumas das personalidades e entidades auscultadas em sede de Comissão de Assuntos Sociais referiram, nos Açores e no continente não existe um estudo epidemiológico pós-pandemia sobre a prevalência das perturbações mentais na infância e na adolescência.

No entanto, se atendermos à prevalência de perturbações emocionais e do comportamento nessas idades, conforme documentado em vários estudos, embora os valores variem consideravelmente, é possível estimar que entre 10 a 20% das crianças tenham um ou mais problemas de Saúde Mental.

Dados muito preocupantes, nomeadamente, se atendermos que, conforme referido pela Casa de Saúde de São Miguel e pela Casa de Saúde de São Rafael, e cito “Cerca de 50% das doenças mentais que se manifestam ao longo da vida têm o seu início na adolescência, e 70% delas antes dos 24 anos de idade.”

São estes os dados de que dispomos e que naturalmente tendem a agravar-se no contexto pandémico que enfrentamos.

Mas, faz sentido apresentar a presente Proposta de Resolução quando na anterior legislatura vigorava já o *Plano Regional de Saúde 2014-2016 com extensão a 2020*, no qual estão previstas as linhas estratégicas orientadoras de ação e intervenção nos domínios da Saúde Mental, da Área de Intervenção na Saúde Infantojuvenil e da Área de Intervenção na Promoção da Saúde em Contexto Escolar?

É pertinente trazer a esta Câmara esta Proposta de Resolução quando, conforme avançado pelo Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto, está a ser trabalhado pela Comissão Regional de Saúde Mental, a “*Estratégia de Promoção da Saúde Mental e Prevenção de Doenças Psiquiátricas?*”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A estas duas questões a nossa resposta é afirmativa. Entendemos que as recomendações que aqui apresentamos não desconsideram ou ignoram estes documentos, tão pouco o trabalho feito e/ou em desenvolvimento na Região.

Assumimos esta Proposta de Resolução como um contributo, atentos aos efeitos do atual quadro pandémico na saúde mental das crianças e jovens.

Consideramos, portanto, como fundamental acompanhar a evolução e desafios que a Região enfrenta também neste domínio. Desafios que crescem, ao já de si preocupante, agravamento das desigualdades e vulnerabilidades preexistentes.

Como eventual suporte às recomendações desta proposta, não podemos deixar de referenciar o estudo VIDA+ que, salvaguardando as especificidades e

particularidades de cada um dos concelhos das nove ilhas dos Açores, propõe uma intervenção multinível e apresenta um conjunto de medidas para a promoção da saúde mental, como o recrutar das forças vivas da comunidade, envolvendo-as na resolução dos problemas com base em Fatores de Proteção e em Fatores de Risco previamente identificados.

É, portanto, essencial investir na promoção da Saúde Mental das nossas crianças e jovens como pilar de uma sociedade de futuro e com futuro.

É essencial investir na formação de agentes educativos para deteção de sinais de alerta de mau estar psicológico, e investir nas escolas como base de trabalho de atitudes e competências mais do que comportamentos.

Pelo que, propomos que esta Assembleia recomende ao Governo Regional:

1. Que, no âmbito da criação de um Plano Regional de Apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens, concretize os seguintes aspetos:
 - a) Medidas de aplicação diferenciada para cada freguesia e/ou concelho da Região, alargadas à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, de forma a garantir uma ampla rede integrada de ação e intervenção junto das crianças e jovens, com vista a assegurar respostas públicas face ao impacto negativo e expectável do atual contexto pandémico e das suas consequências;
 - b) Introduza nos estabelecimentos de educação e ensino um reforço de apoio à saúde mental, através da contratação de profissionais especializados com experiência e formação na área da psicologia da educação e na área da psicologia clínica;
 - c) Realize uma campanha de deteção precoce e referenciação para a avaliação mental global das crianças e jovens, integrada em protocolos que prevejam o encaminhamento dos rastreios positivos para serviços de Saúde Mental e que possam assegurar no imediato a intervenção e acompanhamento psicológico adequado;

- d) Integre a presença de várias entidades pública e privadas (que não discriminarei agora aqui);
- e) Estabeleça o envolvimento ativo das entidades representativas das forças vivas da comunidade em cada freguesia e/ou concelho da Região e dos agentes educativos, na implementação das medidas específicas e pragmáticas necessárias ao contexto local em que se inserem;
- f) Desenvolva ações de formação direcionadas a capacitar os agentes educativos para as competências de identificação de indicadores ou fatores de risco que possam ser reflexo de uma necessidade de intervenção e de proteção das crianças e jovens e dos contextos onde estão inseridos;
- g) Garanta ações de informação, sensibilização e prevenção para os problemas de Saúde Mental em cada um dos estabelecimentos de educação e ensino da Região Autónoma dos Açores;
- h) Crie, expanda e reforce a concretização de mecanismos sistematizados de consulta à distância, telefónica ou digital de psicologia, servindo como facilitadores de intervenção e acompanhamento do estado de Saúde Mental das crianças e jovens, mantendo esses mecanismos mesmo após a resolução da crise sanitária provocada pela COVID-19.

Disse.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Informo a Câmara que já deve estar nos vossos emails uma nova substituição integral deste diploma. E é sobre ela que devemos incidir o nosso debate e votação.

Estão abertas as inscrições... Peço desculpa, eu já tenho várias inscrições (isto não está fácil hoje).

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução que é aqui trazida, com as alterações que foi sofrendo e com base naquilo que parece que será a versão final, traz-nos para o debate algo que é muito relevante e importante abordarmos em termos de políticas.

Desde logo, o XIII Governo Regional dos Açores aborda a saúde mental de uma forma diferente, de acordo com aquilo que entendemos que deve ser a abordagem deste tempo relativamente à saúde mental, uma abordagem mais envolvente da comunidade em termos gerais, mais impactante na sociedade, acentuando aquilo que é uma perspetiva geral para a saúde e que na saúde mental deve ser avaliada de uma forma muito precisa e intensa, que tem a ver com a prevenção.

É essencial que a ação política na saúde seja cada vez mais prevenção da doença do que apenas e só cura. E na saúde mental isto é muito determinante, a questão da prevenção, havendo também uma aposta muito clara, por isso mesmo, nos cuidados primários e na proximidade.

Se isso é uma perspetiva geral para a saúde, na saúde mental, de uma forma integrada, conforme temos defendido ao longo deste tempo, ainda é mais premente.

Entendemos que deve haver uma abordagem da saúde mental em termos sistémicos, interligados e coerentes em toda a área da saúde. E na saúde mental para jovens e crianças também de uma forma sistémica, interligada e coerente com toda a abordagem de saúde mental em geral.

Isto é muito importante que seja assim para ser eficaz. Qualquer abordagem parcelar torna-se menos eficaz e com os riscos de incoerência. E é por isso importante criarmos este plano global.

A importância e necessidade de intervenção em saúde mental está bem demonstrada pela intervenção da Sra. Deputada. Portugal é um dos países com maior prevalência de doenças psiquiátricas na Europa. Os números recentes: 16% da carga global de doenças do país é representada por doenças psiquiátricas.

E uma outra nota, esta, sim, ainda mais preocupante: cerca de 70% dos doentes psiquiátricos em Portugal não consegue acesso adequando aos necessários tratamentos. Estamos a falar em 70%.

Estamos a falar aqui de uma intervenção que é muito necessária e emergente. Nos Açores, os números não estão identificados desta forma, mas não fugirão muito a este plano global de preocupação relativamente à saúde mental, com o acréscimo de que vivemos em nove ilhas com diferentes realidades, com diferentes abordagens, com um défice de profissionais de saúde mental em termos de psiquiatras, psicólogos, de enfermeiros especializados nesta área.

E todo este défice de recursos humanos, atendendo a esta realidade, torna ainda mais complexa a intervenção e, sobretudo, mais emergente a necessidade dessa intervenção.

Tudo isto, conforme aqui foi referido, ainda mais acentuado pelo período pandémico que vivemos, o que torna esta intervenção, de facto, como algo de prioritário ao nível da ação política em saúde.

Os números mundiais, pelos estudos mais recentes, determinam que é esperado um aumento de cerca de 53 milhões de casos de depressão neste período e cerca de 73 milhões de perturbações de ansiedade neste período, decorrentes da pandemia. Estamos a falar de números assustadores.

E se no mundo é assim, a pandemia, pela própria origem etimológica da palavra, afeta-nos a todos, é uma pandemia, não só na questão meramente sanitária da infeção do vírus, mas também de uma forma muito impactante ao nível daquilo que é a saúde mental.

Tudo isto tem que ser feito, por isso, como dizia, de uma forma integrada,

sistémica, não sectorial ou parcelar, como era o pressuposto do texto original da Resolução em discussão e que agora é corrigido com este texto ora apresentado, conforme, de resto, defendem os peritos que foram ouvidos em Comissão e os peritos todos que temos ouvido sobre todas essas questões ligadas à saúde mental, que entendem que esta abordagem deve ser uma abordagem sistémica, integral, coerente, para que, pelo facto de ser abrangente, não deixe de ser profunda, e pelo facto de ser geral, não deixe de ser impactante. Por isso, abrangente quanto profunda, geral quanto impactante, mas uma ação política ao nível da saúde mental que seja, de facto, eficaz.

O Governo Regional, conforme já foi aqui referido, está, neste momento, numa fase final de elaboração do Plano Regional de Saúde. O Plano Regional de Saúde, que é o documento base de toda a intervenção em saúde, será apresentado de forma genérica no primeiro trimestre de 2022. De resto, até de uma forma mais avançada do que aquilo que acontece com o Plano Nacional de Saúde.

E o Plano Regional de Saúde Mental, já temos aqui o primeiro relatório preliminar, que foi entregue no início deste mês, o primeiro relatório preliminar do Plano Regional de Saúde Mental. O Plano Regional de Saúde Mental, aproveito para anunciar, será posto a discussão pública no mês de janeiro. Já no mês de janeiro, para que no mês de janeiro todos possam dar um contributo positivo, construtivo, conforme foi aqui referido, para esta abordagem de saúde mental.

Este relatório preliminar, como disse, está já apresentado. O Plano Regional de Saúde Mental será objeto de discussão pública no primeiro mês de 2022. Está também já em fase de criação da estrutura de missão para a saúde mental. E o que se pretende é que se proceda à implementação efetiva de tudo isto.

Obviamente que há aqui uma parte concetual que está a receber e que está a ser enriquecida por contributos dos mais variados profissionais de saúde ligados à saúde mental e também, obviamente, envolvendo a literacia em saúde, que é uma

área que entendemos prioritária para toda a intervenção em saúde.

Conforme temos afirmado, a saúde deve ser cada vez menos vista apenas exclusivamente assente no binómio profissionais de saúde-utente/doente, mas de forma transversal em que todos os cidadãos sejam agentes de saúde.

E também em saúde mental essa intervenção ao nível da literacia é decisiva, de uma forma muito particular na saúde escolar, conforme é referido também aqui na Proposta de Resolução em apreciação.

E esta abordagem integra tudo aquilo que é a abordagem do Plano Regional de Saúde Mental.

Para esta implementação, para este investimento, está em curso, conforme também já é público e já foi assumido, a contratação de psicólogos. Há treze processos que já estão iniciados. Este processo, conforme referi em sede de Comissão, quando esse assunto foi debatido e, de resto, parece-me, também, no Plenário, noutras circunstâncias, iniciou-se com o compromisso de contratação desses vinte psicólogos. De seguida, foram solicitadas as necessidades de todas as unidades de saúde – unidades de saúde de ilha e hospitais –, que fizeram chegar essas necessidades. Foram iniciados os procedimentos e, neste momento, já temos treze procedimentos iniciados. E os outros sete procedimentos também serão iniciados nos próximos dias, nos próximos tempos, de forma a cumprirmos aquilo que é o nosso compromisso de contratar vinte psicólogos para reforçar de uma forma mais efetiva o Serviço Regional de Saúde.

Tudo aquilo que referimos aqui é importante, é relevante, é essencial que se faça essa abordagem e esse diagnóstico, mas sem recursos humanos suficientes não poderemos implementar isto. Por isso, tudo isso para ser implementado necessita de profissionais de saúde. E haverá, conforme prometemos e estamos a cumprir, a contratação de vinte psicólogos e também de 3 psiquiatras para o Serviço Regional de Saúde, que também já estão autorizados esses procedimentos de contratação de 3 psiquiatras.

Por isso, com recursos humanos e com planos estruturados, consistentes, coerentes e eficazes, entendemos que estamos a dar um contributo para o envolvimento de todos aqueles que são agentes de saúde, em melhores condições de saúde mental, para que este problema deixe de ter a gravidade que tem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando falamos em saúde mental, falamos da resolução de conflitos emocionais, da capacidade em reconhecer limites, da capacidade de adaptação a novas circunstâncias de vida, na base do bem-estar geral. Aliás, não é à toa que existe a expressão “mente sã, corpo sã”.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, Portugal é o segundo país com maior prevalência de doenças psiquiátricas da Europa, onde cerca de um quinto dos portugueses sofre de uma perturbação psiquiátrica, estimando-se que entre 10 a 20% sejam crianças e jovens.

É do conhecimento público que a crise pandémica veio agravar ainda mais esta problemática. Aliás, a própria UNICEF adverte no seu novo relatório sobre a saúde mental, “A Situação Mundial da Infância 2021 – Na minha Mente: promover, proteger e cuidar da saúde mental das crianças”, para o facto de que as crianças e jovens irão sentir o impacto da pandemia na sua saúde mental e no seu bem-estar durante muitos anos.

A Diretora Executiva da UNICEF, Henrietta Fore, ressaltou que: “o impacto é significativo, e é apenas a ponta do iceberg. Mesmo antes da pandemia,

demasiadas crianças eram sobrecarregadas com o peso de problemas de saúde mental não resolvidos.” Ainda acrescentou: “Os governos estão a investir muito pouco para fazer face a estas necessidades críticas. Não está a ser dada a devida importância à relação entre a saúde mental e os resultados da vida futura.”

Ainda no início deste mês, o Presidente do Conselho de Especialidade da Ordem dos Psicólogos, Miguel Ricou, veio dizer que Portugal está a enfrentar “um tsunami” na área da saúde mental como consequência da pandemia da Covid-19. Considerando que a resposta continua a ser “pouca” para a procura, a organização “débil” e a reação “muito tardia”, receando o que poderá “vir por aí”.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda só pode reconhecer a importância de que sejam tomadas medidas urgentes que visem a resolução dos problemas de saúde mental das crianças e jovens, partilhando das opiniões da UNICEF e do Conselho de Especialidade da Ordem dos Psicólogos.

Esperar, como referiu o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, em sede de Comissão, pela implementação de um Plano Regional de Saúde Mental, poderia desencadear perturbações mentais nas crianças e jovens, tais como défice de atenção, hiperatividade, ansiedade, autismo transtorno bipolar, transtorno de conduta, depressão, distúrbios alimentares, incapacidade intelectual, esquizofrenia. Este seria o custo!

Aliás, para um Governo que arroga que “antes ser excessivo na prudência do que negligente na ação”, não fazia sentido ser negligente com esta geração.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, há duas formas de delinear e executar planos: partindo do geral para o particular ou partindo do específico para o particular.

Por isso, não se compreende a sua relutância relativamente à proposta inicial.

Sabendo as consequências e os custos futuros à sociedade relativamente a esta problemática, nas crianças e jovens, emerge a necessidade de tomar medidas com urgência de combate aos problemas de saúde mental.

Só podemos defender que é necessário agilizar o processo e agir no imediato.

Infelizmente, só conseguimos ter novidades acerca do Plano Regional de Saúde Mental através da intervenção do Sr. Secretário, que até agora se desconhecia. Só sabíamos o que estava em sede de Plano e Orçamento, as quantias que estavam lá.

Para além de tudo isto, quando não se providenciam os recursos necessários, sejam físicos ou humanos, também para a saúde mental, não se podem inverter os números relativos ao insucesso e ao abandono escolar. Dificilmente este será conseguido sem saúde mental. Não queremos que uma geração seja fortemente penalizada no futuro, pela inércia do presente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há saúde sem saúde mental.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A promoção da saúde mental para as crianças e jovens é essencial, assim como a promoção da saúde mental de forma generalizada. E, como tal, partilhamos a preocupação que é trazida por esta iniciativa, porque sabemos que, sem dúvida, nem sempre as questões relacionadas com a saúde mental foram devidamente valorizadas e existe um grande estigma, muitas vezes, relativamente a esta matéria.

Os números relativos às questões da doença mental já, antes da existência da pandemia, eram números preocupantes a nível nacional e a nível regional, certamente que a pandemia também veio agravar esses números, mas já existiam números preocupantes, quando temos cerca de 50% das doenças mentais que se manifestam ao longo da vida e que têm o seu início na adolescência e que 70%

delas antes dos 24 anos de idade, quando o suicídio é a terceira causa de morte entre os 15 e os 35 anos, ou até mesmo, aquando do inquérito de saúde em 2014, tínhamos que os dados indicavam alterações psicológicas em um terço da população açoriana entre os 20 e 74 anos, assim como as taxas de suicídio elevadas em jovens na nossa Região. E, portanto, o cenário, já mesmo antes da pandemia, já era preocupante.

E por estes números e outros números desta área, claro que tem de existir uma premissa, por parte do Governo Regional, seja este Governo Regional, tenha sido o anterior, de existir um investimento na questão da promoção, também, da saúde mental. Como tal, é essencial a integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários. É preciso e defendemos um plano integrado em que a prevenção e a promoção são fundamentais para reduzir fatores de vulnerabilidade. E precisamos de uma estratégia de prevenção e intervenção precoce, que requer uma verdadeira articulação entre todas as partes, quer ao nível da promoção, quer ao nível da prevenção, quer ao nível da ação.

Defendemos, sim, que deve existir, ao contrário daquilo que foi dito pela Sra. Deputada Alexandra Manes, a criticar o Sr. Secretário, a dizer que não percebia qual era a relutância do Sr. Secretário por existir planos avulsos, nós defendemos, sim, que deve existir uma estratégia concertada.

Esta substituição integral que o Partido Socialista apresentou parece-nos a nós mais sensata, integrar estas medidas direcionadas para as crianças e jovens no Plano Regional de Saúde Mental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Acho que deve ser essa a estratégia.

E quando a Sra. Deputada fala em agir no imediato, parece-nos a nós que existem planos, existe um trabalho que já tem vindo a ser feito também pelas escolas, pela Saúde. E, sim, agir no imediato, o que precisam é de mais recursos humanos para dar resposta àquilo que está, muitas vezes, até já identificado até ao momento.

E, portanto, parece-nos que a estratégia deve assentar em, primeiramente, desmistificar as questões da saúde mental, combater o estigma que está relacionado com a doença mental. É preciso, depois, inventariar, no nosso entender, os recursos existentes e as atuais necessidades. É preciso fazer e concluir a avaliação da situação atual relacionada com estas questões da saúde mental. E, depois, reforçar as estruturas já existentes da Saúde, educativas e sociais, contratando mais profissionais na área da psicologia da educação e clínica. Para quê? Para garantir a capacidade de resposta que é necessária dar dos diversos serviços e fazendo uma intervenção multinível com todos os intervenientes.

E consideramos que a estratégia é essa, que muitos dos contributos que são dados aqui nesta iniciativa são válidos e são importantes, realmente, para a promoção da saúde mental, para uma melhor resposta e uma adequada resposta aos problemas que traz a falta de saúde mental. E parece-nos, de todo, mais assertivo que estas sejam integradas no Plano Regional de Saúde Mental.

Sabemos que, realmente, existe um défice de profissionais nesta área, que existe uma dificuldade em angariar profissionais nesta área. Foi mencionado nas audições que fizemos no âmbito do trabalho de Comissão, mas estramos certos de que, efetivamente, se conseguirmos dotar todas as valências com profissionais desta área, quer na área educacional, quer na área clínica, certamente, teremos melhores resultados. Como tal, apoiamos e defendemos, exatamente, que exista essa estratégia global, integral e integrada, que tal nunca pode passar por uma estratégia avulsa. Por isso, vamos votar a favor desta substituição e da proposta do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que, depois da grande atenção que tivemos, aqui, há pouco, com o diploma do PAN, não estava à espera que, tratando-se de saúde mental, um problema dos humanos, a sala ficassem quase sem quórum. Perdoem-me, mas eu tenho que dizer isto.

Deputado António Lima (BE): Ó senhor, não se pode ir à casa de banho?

O Orador: Pode, o senhor pode ir aonde o senhor quiser! E eu sou livre de dizer aquilo que eu quiser aqui nesta Casa! Era o que mais faltava, o senhor agora é que me vai dizer o que é posso dizer e o que é que eu não posso dizer! Não o ofendi!

Deputado António Lima (BE): Não se pode ir à casa de banho.

O Orador: Mas que me chateia, chateia, pronto. Faz-me lembrar o “Almirante sem Medo”. Eu também sou um homem destemido. Chateia-me, pá!

Concordando, tendo em conta aquilo que foi dito pela Sra. Deputada Célia Pereira e coadjuvado pelo Sr. Secretário e pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, não me vou aqui alongar, mas, de facto, a saúde mental é um dos principais problemas mundiais, não é nacional, nem regional, é da humanidade, um dos principais problemas de incapacidade e de morbilidade e um daqueles de mais difícil resolução.

Nesse sentido, essa Proposta de Resolução, documento bastante melhorado, digamos, quer na sua exposição de motivos, quer nos seus pontos resolutivos, pelo menos no primeiro ponto resolutivo e as suas sete ou oito alíneas têm, da parte da Iniciativa Liberal, a concordância total.

Já o segundo ponto resolutivo, 45 dias para aplicar, já começa a ficar assim um

bocadinho mais apertadinho. Mas se o Sr. Secretário não disse nada, as bancadas da situação também acham que é possível, não sou eu que vou levantar este problema. Até porque os meios não estão aí à discrição.

Independentemente da necessidade e da pertinência dessa Resolução, o que é facto é que a Região tem já um programa de saúde mental, nomeadamente uma equipa de saúde escolar que está no terreno a trabalhar, principalmente nessas áreas que, aqui, hoje, estamos a tratar.

Sendo este um problema identificado a nível mundial, como disse já há pouco, sendo este um momento mais traumático para principalmente a comunidade escolar, aqueles que foram mais sacrificados, no fim de contas, com as medidas de combate à pandemia foram precisamente as crianças e os idosos. Estes são, talvez, os dois setores da nossa sociedade que mais precisam de ser apoiados neste momento.

Por isso, tem, essa Proposta de Resolução do Partido Socialista, não só o voto favorável, mas o aplauso na Iniciativa Liberal.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz-nos aqui um Projeto de Resolução com recomendações para a promoção da saúde mental para crianças e jovens.

Ora, é facto e foi dito pela Sra. Deputada Célia Pereira que, realmente, não existem dados fiáveis sobre a prevalência de perturbações mentais na infância e na adolescência. E também sabemos que não há dados estatísticos que comprovem essa relação entre algum aumento de perturbações mentais devido à pandemia. Mas nós sabemos que os problemas existem e não os podemos ignorar. Aliás, sempre existiram. Se calhar, agora, são mais visíveis ou poderão ser daqui a algum

tempo.

Por isso, é, realmente, urgente nós agirmos. Mas não podemos pensar que nada está a ser feito, porque há um trabalho que já está a ser levado a cabo. Agora, a resposta eficaz passa, naturalmente, e já foi aqui sublinhado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, pela prevenção. É aí que temos que trabalhar, obviamente, não ignorando os casos em que também temos de intervir.

E também a questão da intervenção precoce. Ora, é preciso um envolvimento direto também das famílias e de todos os agentes educativos para os capacitar de forma a que consigam, realmente, ver os sinais, que já acontece, e encaminhar para quem de direito.

Por isso mesmo, nós saudamos o Partido Socialista por trazer a esta Câmara este assunto, esta preocupação, que também é nossa.

E dizer que em boa hora o Partido Socialista refletiu e apresentou uma proposta de alteração, aliás, uma substituição integral ao projeto inicial. E isto porquê? Muito simples. Porque a criação de mais um plano seria duplicar aquilo que são as ações, dispersar os recursos humanos, comprometendo assim a resposta que pode ser dada, comprometendo uma resposta de qualidade.

Ora, eu terei, contudo, de deixar aqui uma nota mais política em relação a esse Projeto de Resolução: os meios deixados pela governação socialista, de facto, não são compatíveis com algumas das exigências que agora são apresentadas neste Projeto de Resolução, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pois é!

A Oradora: ... a ausência de recursos especializados na área em questão e que está a ser agora resolvido.

Para além disso, o primeiro passo a dar quando se faz algo desta natureza é também inventariar aqueles que são os recursos atuais e quais as necessidades específicas, ou seja, perceber onde é que nós estamos, para onde é que nós queremos ir e, para tal, o que é que nós necessitamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E é um facto, também, que as crianças e os jovens passam a maior parte do seu tempo nas escolas. Portanto, faz sentido investir, e aí concordamos totalmente, na formação dos agentes educativos, para estarem mais alerta para esta questão.

Dizer também que o trabalho, realmente, não se esgota na escola, mas, pelos motivos que já referi, que é lá que as crianças e os jovens passam a maior parte do seu tempo, dizer que já foram introduzidas algumas medidas que é preciso não esquecer.

E podendo parecer estar a falar de um assunto completamente diferente, não estou quando me refiro ao plano de recuperação de aprendizagens, que não se limita apenas aos conteúdos curriculares, aliás, é também uma forma de criar ambientes propícios à aprendizagem dos alunos.

Portanto, a redução do número de alunos por turma é uma medida que é muito eficaz. E passando pelas várias escolas, auscultando os órgãos de gestão, todos eles são unânimes em referir que trouxe vantagens, há uma maior aproximação com os alunos, aqui pode-se trabalhar a parte da inteligência emocional, algumas competências sociais.

Não esquecer que a partir de janeiro teremos o coaching educativo. E aqui também teremos trabalhos de vários domínios, em termos do autoconhecimento, autogestão, consciência social, relação interpessoal, tomada de decisão responsável. Portanto, são tudo aspetos que vão levar a que se encontrem menos comportamentos desviantes, por assim dizer, e que haja um melhor ambiente para as crianças e os jovens.

E é aí que eu não posso, então, concordar com aquilo que a minha estimada colega Alexandra Manes nos disse, não é? Porque traçou aqui um quadro muito negro quando explicou que não podíamos estar à espera de um plano regional. Não, é precisamente ao contrário, portanto, há trabalho que já está a ser feito, não

podemos é ter intervenções avulsas. Temos que ter um plano regional que sirva de suporte regional, para que possamos depois integrar também essas recomendações e agirmos em conformidade, porque as escolas não estão à espera que surja um plano para atuarem. Cada uma já está a atuar da sua forma, cada uma já está a atuar de acordo com as especificidades que tem e a dar resposta àquilo que são os problemas que encontra no seu local de trabalho.

Obrigada.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM saúda o Grupo Parlamentar do Partido Socialista por nos trazer aqui a esta Câmara este Projeto de Resolução, com as suas devidas alterações até ao momento, que nos traz um conteúdo cada vez mais atual, que é a saúde mental.

Esta saúde mental é muito abrangente. Neste caso, neste Projeto de Resolução, versa mais na parte da educação, na parte das crianças e dos jovens que foram mais afetados com a pandemia.

Com ou sem pandemia, a saúde mental dos açorianos necessita de ser debatida de modo a ganharmos mais conhecimento comum sobre o tema e terminando os estigmas que ainda surgem um pouco por todo o lado.

Nos Açores, não temos dados concretos e atualizados, mas existe um estudo que refere, o estudo da Health Market Research, que, baseando-se num painel de 2440

farmácias, que corresponde a 84% do país, assinala que, entre os 55 anos e os 79 anos, existe o maior consumo de antidepressivos do nosso país.

Isso demonstra, não que seja novidade, que isto é um tema demasiado abrangente, que vai a todas as faixas etárias.

Ao longo da vida, quem é que pode ser afetado? Todos nós podemos ser afetados com maior ou menor gravidade.

Em que fases da vida isso pode acontecer? Pode acontecer na entrada da escola, pode acontecer na adolescência, pode acontecer, no caso das mulheres, na menopausa, no envelhecimento, na pobreza, no divórcio, no desemprego, qualquer uma dessas situações pode suscitar problemas graves de saúde mental.

Quais são as dificuldades dessas pessoas? O que é que enfrentam essas pessoas na sociedade? Para além do problema que enfrentam dentro de si, enfrentam o estigma, enfrentam a discriminação, a exclusão social, a falta de apoio e integração nessa mesma sociedade. Por isso, essas pessoas refugiam-se e isolam-se socialmente, acabando por sofrer sozinhos.

Existe na faixa etária mais jovem uma série de problemas que têm que ser identificados, não por um Governo, não por uma autarquia, mas têm que ser identificados pelos próprios pais, pelos próprios professores, que passam muitas horas com essas faixas etárias e que, tendo a tal formação explanada aqui no Projeto de Resolução, a formação sobre a saúde mental, conseguem identificar problemas que esses alunos têm e que com o passar do tempo podem-se agravar e tornar-se constrangedor para a família, para toda a sociedade.

Esses problemas nessa faixa etária mais nova, esses problemas de algumas perturbações, por exemplo, perturbação bipolar, perturbação obsessivo-compulsiva, perturbação de personalidade, perturbação de hiperatividade e défice de atenção, essas perturbações ou parte delas são muito difíceis de identificar a não ser que seja a própria pessoa mais adulta a perceber que tem problemas que estão a prejudicar a sua vida. Por exemplo, no caso de um adulto, ele consegue

identificar e consegue procurar ajuda; no caso de um adolescente ou de uma criança, têm que ser esses mesmos professores e os pais, principalmente os pais. Têm que identificar certas alterações comportamentais, por exemplo: a perda de interesse ou o abandono do convívio com as pessoas habituais; a mudança na maneira normal de funcionar na escola, no trabalho ou em casa; problemas de concentração, memória ou pensamento lógico; maior sensibilidade ao som, luz, cheiros e evitamento de locais barulhentos; falta de vontade ou desejo de participar em atividades habituais, entre outras alterações. Para se conseguir identificar um problema é preciso conseguir identificar os sintomas. É neste sentido que a saúde mental tem que ser sempre mais reforçada.

Saudamos aqui o Sr. Secretário pela informação do Plano Regional de Saúde Mental, que será debatido publicamente em janeiro. E, neste sentido, também, voltamos a saudar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo Projeto de Resolução.

E o Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente e sem reticências.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nunca tive dúvidas de que esse Projeto de Resolução do Partido Socialista fosse aprovado. O assunto que ele traz em si é demasiado sério para que houvesse movimentações de partidos que de alguma forma aproveitassem esse assunto para

mostrarem fragilidades, ou não, do documento. O que é certo é que com as alterações que foram introduzidas, é certo, tornou o documento mais abrangente e isso facilitou bastante o trabalho.

De resto, a saúde mental, nos Açores, como todos já aqui reconhecemos, é um problema extremamente grave e é um problema tanto mais grave se atendermos ao facto de que, em média, os problemas de saúde mental dos Açores excedem muito aquilo que é a média nacional. Isso é preocupante e leva-me a uma pergunta, que é: onde é que nós falhamos? Onde é que nós falhamos, porque estamos numa Região linda, vemos o mar todos os dias de perto, temos bonitas paisagens, temos o prazer de termos a família sempre perto ou a uma distância sempre curta, os trabalhos são próximos, não temos grandes deslocações, não perdemos grande tempo em filas de trânsito, entre tantas outras coisas que nos roubam qualidade de vida. Não. Nós temos tudo para termos qualidade de vida nos Açores.

E são aqueles que vêm para cá viver que reconhecem essas nossas qualidades. Quantos de nós já tiveram oportunidade de ouvir o testemunho de pessoas que vêm viver para os Açores e que dizem que aqui têm tudo para serem felizes.

E nós, infelizmente, apresentamos essa mancha negra na saúde mental do país quando apresentamos esses resultados a nível regional.

Esse é um assunto que nos deve preocupar e que, cada um de nós, não só como políticos, mas também como cidadãos dessas nove ilhas, devemos tudo fazer para que, a cada momento, a cada gesto, a cada atenção, com familiares, com próximos, com vizinhos, com colegas de trabalho, tenhamos a obrigação moral de contribuir para que a saúde mental dos Açores deixe de ser uma mancha negra a curto prazo. Por mais planos que existam, que sejam promovidos pelo Governo, que sejam aprovados nesta Casa, caberá, sempre, seguramente, a cada um de nós, também, darmos o nosso contributo enquanto cidadãos para que, a prazo, a curto prazo se possível, deixe de ser essa mais uma das manchas negras que marcam a nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Percebendo também aqui a dinâmica do debate, há aqui dois ou três aspetos que eu gostava de evidenciar, que têm a ver com alguns estudos que são públicos e que demonstram também a pertinência e a urgência deste tema. Ou seja, sabemos que um em cada dois jovens em idade escolar evidencia sinais de sofrimento psicológico. Isso tem a ver com a questão de que as escolas têm sido um cenário de forte instabilidade, face também aos diversos constrangimentos entre abrir e fechar ao longo destes dois anos de pandemia que nós estamos a chegar.

Também, o último relatório da UNICEF mostra que um em cada cinco jovens, entre os 15 e os 24 anos, mostra sinais de depressão. Ora, este diagnóstico por si só merece cuidado, merece uma sensibilidade dos agentes políticos, porque é um dado particularmente inquietante e que motivou também a apresentação deste Projeto de Resolução.

E, portanto, os últimos anos, os últimos tempos, aliás, têm-nos consciencializado para a importância da saúde mental nas novas gerações, em concreto nas gerações mais novas, essa importância e essa influência no nosso dia, no nosso bem-estar individual e coletivo.

O número de pessoas que tem caracterizado o crescente aumento de sinais de ajuda, sinais de socorro, aliás, para que possam ser apoiados no momento ou nos sinais que demonstram de evidência de saúde mental, tem aumentado, de certa forma, fruto também daquele que é o atual modelo de vida que nós temos assistido, fruto também das restrições e do modelo da pandemia que tem trazido, faz com que isso seja premente, essa necessidade, não só na questão que diz

respeito às crianças e jovens em contexto escolar, mas também em outros setores de atividade, em que há também estudos que nos dizem a questão quer do trabalho, quer também na universidade, quer também em outros aspetos da nossa vida em comunidade, têm sido fatores essenciais e têm revelado a nossa grande atenção para este efeito.

E, portanto, eu queria terminar dizendo que é premente reforçar esta intervenção junto das crianças e também dos jovens – adultos de amanhã –, mas também é premente reforçar esta nossa ação para que os Açores possam reverter o estigma que há à volta da saúde mental.

Portanto, este projeto tem esta intenção, tem este objetivo. Apesar das alterações que sofreu até chegar a este debate, ele não deixou de ter o princípio e o objetivo que foi construído.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Após ouvir aqui várias intervenções, realmente, ouviram-se várias palavras, falaram-se coisas certas, pertinentes. No entanto, continuamos com o mesmo problema. Sr. Deputado Gustavo Alves, é normal que nestas idades específicas, nestes grupos etários, crianças e jovens, eles não consigam identificar e pedir ajuda, por isto mesmo a necessidade urgente de atuar perante estas idades, porque não nos podemos esquecer que estas idades são aquelas que são determinantes para o desenvolvimento do indivíduo como projeto de futuro, como pessoa.

O que vai acontecer aqui é que, muito provavelmente, pelas palavras do Sr. Secretário, que fala num trimestre, portanto, nos primeiros 90 dias do ano de 2022, será apresentado este plano. Sr. Secretário, se não foi isso, peço desculpa. Sei que no fim de janeiro é que é colocado...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não, não!

A Oradora: Ó Sr. Secretário, a gente vai ouvir depois.

O facto é que até lá tem que haver alguma coisa. E virem-me dizer que já está a ser feito... Não, não está a ser feito. Isso que estão a fazer é que são medidas avulsas. E estão a deixar aqui passar casos bastante graves, que se irão reverter no futuro. E que a culpa vai ser somente desta sociedade, destas pessoas que estão aqui.

Eu não sei onde é que permanece o estigma da saúde mental, se ele permanece fora desta casa, se permanece aqui dentro. Ainda não percebi, sinceramente.

Depois, há uma coisa aqui, é que eu ouvi falar em 90 dias, mas o ponto 2 deste Projeto de Resolução diz: “Dê cumprimento às recomendações constantes da presente Resolução no prazo de 45 dias a contar da data da sua publicação.”

Isto vai ser publicado quando, em março? Ou é agora? É porque há aqui uma coisa que não coincide, que são os *timings*. E isso vai ter que ser explicado, se é para ser publicado em março a tempo de ser integrado no plano de saúde mental, ou como é que vão fazer isso!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Há muita coisa que já está a ser feita! Nem tudo vai ser feito agora!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental. Faça favor.

Deputada Ana Quental (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução, apresentado pelo PS, merece algumas considerações da minha parte, para além daquelas que já foram proferidas, principalmente pela

minha colega de bancada.

A promoção da Saúde Mental para ter sucesso não pode estar unicamente centrada numa determinada faixa etária. Daí que se diz que ela tem que ser abrangente e tem que ser holística.

Ela deverá iniciar-se ainda durante a gestação, onde se inclui um aconselhamento pré-natal, a intervenção precoce, a formação parental, a prevenção da violência doméstica, os abusos infantis, as intervenções familiares e a resolução de conflitos.

Os cuidados de saúde primários têm um papel extremamente importante na promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, não só na gravidez, mas ao longo de todo o ciclo vital.

Mas sabemos que os recursos em saúde são finitos, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah, afinal o problema existe!

A Oradora: ... não havendo recursos especializados suficientes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Então é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os recursos humanos, Sra. Deputada. Ouça!

A Oradora: Eu vou citar aquilo que disse o pedopsiquiatra, quando foi ouvido em Comissão: “(...) não havendo recursos especializados suficientes, a ideia de intervenções recorrentes, tira a possibilidade de intervir nos casos graves de forma rápida (...)”, daí a importância do planeamento em saúde.

É só para lhe dar resposta o que acabei de dizer.

Assim, o Plano Regional de Saúde estabelece uma lógica para a identificação de ganhos em saúde, definindo indicadores e metas, com a finalidade de determinar a adequação entre as necessidades de saúde e a resposta do Serviço Regional de Saúde.

Torna-se assim necessário um planeamento abrangente e integrado da saúde mental no Plano Regional Saúde e, conseqüentemente, nos cuidados de saúde

primários, pois é nos cuidados de saúde primários que as equipas multidisciplinares conhecem melhor e apoiam as crianças e os jovens inseridos numa família e no contexto sociocultural da sua comunidade.

A saúde mental das crianças e jovens não pode ser tratada de forma isolada, muitos dos sintomas estão associados a distúrbios familiares. Daí a importância de uma estratégia global, integral e não sectorial.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: Citando novamente o Dr. Bruno Seixas, “a ideia de que a saúde mental se faz apenas por uma carreira profissional é redutor”.

A integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários é primordial para a prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e encaminhamento específico das situações detetadas. Um dos exemplos que se criou em fase de crise foram as equipas de saúde mental comunitárias, criadas o ano passado, por orientação do Coordenador Regional, que deram um grande contributo durante a pandemia à população através de atendimentos telefónicos.

Relembrar também aquilo que diz a Coordenação Nacional para a Saúde Mental. Já em 2009, dizia que a articulação entre as equipas de saúde mental da infância e da adolescência e os cuidados de saúde primários torna-se imprescindível para um trabalho integrado mais coeso e eficiente. Se por um lado as equipas especializadas têm a competência na área da saúde mental infantojuvenil, os Centros de Saúde possuem os recursos necessários a uma intervenção na comunidade, não só pelo conhecimento das famílias e da sua trajetória de vida, como pelo conhecimento das necessidades e recursos locais.

Podemos então apontar algumas das vantagens deste trabalho de articulação:

- Detecção precoce de situações de risco e intervenção atempada;
- Maior eficácia das intervenções em situações complexas e com forte vertente social e comunitária;
- Implementação de programas de prevenção primária e de intervenção precoce;

– Formação de outros técnicos no âmbito da saúde mental infantil e juvenil.

Na prossecução destes objetivos, não podemos esquecer a importância e o grande contributo que tem sido dado pelas equipas de saúde escolar, que têm “como missão contribuir para obtenção, por parte das comunidades educativas, de níveis crescentes de literacia em saúde, educação, equidade e inclusão, bem como maior participação e responsabilização individual e coletiva no que diz respeito à saúde”.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relembrar também a existência das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que também dá o seu contributo.

Relembrar também a Coordenadora Regional para a Intervenção Precoce, que, por aquilo que me foi informado, não tem tido dados acrescidos de haver um aumento de necessidades de intervenção.

Relembrar também que o Coordenador da Comissão Regional de Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Saúde Mental, nos referiu também que não tinha dados, pelo menos escritos, de um provável aumento das doenças, nesta fase.

Isto significa só uma coisa, que há falta de articulação entre serviços e entidades envolvidas. Há falta de comunicação.

E aquilo que o Dr. Eduardo nos disse foi que “há uma cadeia de intervenção que não está a ser cumprida, que é a articulação estreita e coordenada entre os Centros de Saúde das USI e os outros promotores”.

Quando não há articulação, falha a comunicação e, conseqüentemente, falha a prestação de cuidados de saúde.

Relembrar também que, quando a 4.^a Comissão de Acompanhamento de Saúde Mental tomou posse, em outubro de 2019, a antiga Secretária Regional da Saúde referia que “esta renovação, ao fim de quatro renovações, traduz a aposta do Governo Regional na integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários

e na consolidação de parcerias com unidades do setor privado”. Bem, a legislação vem de 2007. Se ela foi feita, não está registada. Portanto, daí não há registos.

Daí querer relembrar que é importante a articulação entre serviços, a comunicação e o registo daquilo que se faz.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, maioritariamente, apoia esta iniciativa. Maioritariamente, não na sua totalidade, porque temos algumas dúvidas em algumas situações, as quais não vou elencar, já foram ditas por outros deputados de outras bancadas.

Temos algumas dúvidas relativamente, talvez, à telemedicina em termos de psicologia. Não há aquela proximidade. É feita quando não existe outra alternativa, sem dúvida, mas não podemos olhar como algo de base em termos psicológicos, porque não há essa aproximação entre o utente e o profissional.

Este diploma, como nós temos os rastreios à Covid, parece os rastreios à Covid mas a nível mental.

E temos que, obviamente, assumir, numa avaliação em termos psicológicos, três sessões de 45 a 60 minutos. E talvez aí estamos a imprimir uma pressão a todos os alunos que, à partida, não tenham pelo menos uma dúvida, em termos de psicopatologia, da parte do psicólogo. Eu acho que não podemos estar a fazer a todos os alunos de uma forma, não precoce, mas pelo menos uma pré-avaliação

que deveria ser feita.

Agora, os grupos de avaliação precoce já existem em todas as ilhas. Isso já existe. Agora, falta, um grande problema, recursos humanos. Já não falo da articulação, que a Sra. Deputada Ana tem toda a razão em termos da articulação, que não existe. Não existe articulação entre os Centros de Saúde e os outros serviços hospitalares.

Mas falamos mesmo, sem dúvida, da falta de recursos humanos, que nós necessitamos, que precisamos, obviamente, para robustecer esta iniciativa, porque sem esses recursos humanos, sem esses, para nós, psicólogos, não conseguimos concretizar, obviamente, esta medida a curto prazo. E nós precisávamos disso.

Mas, Sr. Secretário da Saúde, eu quero relembrar que o PAN fez uma medida para o Orçamento de 2021, para introduzirmos vinte psicólogos, um concurso público para vinte psicólogos dentro da Região Autónoma dos Açores, visto que o nosso fator entre psicólogo e o número de habitantes é extremamente elevado em quase todas as ilhas dos Açores.

Por isso, pedimos, encarecidamente, que se abra esse concurso público. Nós temos esses psicólogos, na sua larga maioria, que estão até à espera desse concurso público para entrar dentro do Serviço Regional de Saúde, porque, obviamente, isso vai robustecer, sem dúvida, os nossos grupos de intervenção precoce, que tanto necessitamos nos Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa ainda tem várias inscrições, mas precisamos de fazer um intervalo. Eu lembro ao Srs. Líderes que temos reunião. Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade ao nosso debate sobre o Projeto de

Resolução – Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens, iniciativa do Partido Socialista.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Célia Pereira, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Começar por dizer que, tal como a Diretora Executiva da UNICEF refere, “a saúde mental é uma parte da saúde física”. Como tal, muito do preconceito que ainda persiste e subsiste tem que ser cada vez mais contrariado e ultrapassado.

Depois, dizer, também, que sofrimento psicológico e doença mental são diferentes. Quando a Coordenadora da Task Force refere que “um em cada dois estudantes estão em sofrimento psicológico”, refere-se aqui ao facto de estarem preocupados, com receio, com stress, com medo da incerteza que a pandemia também nos trouxe. E, portanto, há um agravar do sofrimento psicológico, que pode, se não for devidamente acompanhado e tratado, avançar para alguma doença mental, como a ansiedade ou a depressão. Mas, portanto, estamos em estádios diferentes, em níveis diferentes e em categorias diferentes.

Depois, referir, aqui, relativamente a algumas críticas que foram apontadas pelo facto de não termos recursos suficientes para implementar as medidas propostas neste plano que propomos, pois, a verdade é que, quando nós pensamos os projetos, eles surgem no seguimento do diagnóstico de uma necessidade. Depois, há uma definição de estratégia, de planeamento, uma inventariação dos recursos existentes e necessários e depois é que passamos para a implementação. É este o ciclo de vida dos projetos. E, portanto, primeiro vemos que recursos é que temos e depois, em função das equipas que temos, pensar os projetos, estamos a fazer as

coisas ao contrário.

E, portanto, fica claro que a presente Proposta de Resolução tem como propósito maior recomendar ao Governo uma particular atenção a uma intervenção imediata ao nível da prevenção e da promoção da saúde mental das crianças e jovens da Região, em virtude dos efeitos da atual crise pandémica que enfrentamos.

É certo que, apesar de todos os investimentos realizados na área da Saúde e no domínio da saúde mental em particular, recorro que nós tínhamos um Plano Regional de Saúde 2014-2016, com extensão a 2020, que seguia as orientações da Declaração Europeia de Saúde Mental, de 2013, e que acompanhava o compromisso do nosso país, de tomar uma atitude política decisiva, de modo a considerar a saúde mental e o bem-estar como prioridade-chave.

Depois, dizer, também, que os estudos revelam que um maior investimento na saúde e na saúde mental das crianças e jovens reduzirá ou evitará o desenvolvimento ou agudizar perturbações de saúde mental. Isto foi aqui repetidamente assumido por quase todos os Srs. Deputados e Deputadas que intervieram.

Isto é, também, aqui, um argumento muito forte para que este processo ou para que este plano seja construído em articulação com as escolas. Porquê? Porque é na idade pré-escolar e escolar que são diagnosticadas situações que possam vir a ter impacto no desempenho escolar, como as perturbações de hiperatividade com défice de atenção. E é na adolescência que muitos comportamentos ou perturbações de comportamento assumem uma maior gravidade e são diagnosticadas, como também já aqui foi referido, muitas doenças mentais, como as perturbações do espectro bipolar ou perturbações psicóticas ou esquizofrenia.

Por último, consideramos, portanto, fundamental acompanhar a evolução e desafios que também a nossa Região enfrenta neste domínio. É por isso que apresentamos esta proposta. É por isso que também tivemos aqui a preocupação e acolher aquilo que foram as sugestões das entidades auscultadas e das forças

políticas desta Câmara.

E lembramos que os investimentos de hoje na saúde, em particular na saúde mental, traduzir-se-ão nos ganhos de uma vida mais sã e feliz no futuro individual e coletivo de todos os açorianos e açorianas.

E, por último, não resisto, Sr. Deputado Gustavo, a dizer-lhe uma coisa: as mulheres têm menopausa e os homens andropausa, mas como ainda não chegou a essa fase, portanto...

E conluo.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para dizer que, há pouco, a Deputada Alexandra Manes queria fazer a ideia de que nada estava a ser feito e que era preciso este plano regional para as crianças e jovens para se fazer alguma coisa. E isso não é verdade. E não é verdade pelo trabalho que estava a ser desenvolvido, que tem sido desenvolvido. A verdade é que temos Plano Regional de Saúde, temos também as equipas multidisciplinares nas escolas, temos as equipas de saúde escolar, temos as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Existe uma série de entidades e organismos que trabalham sobre esta matéria. E a grande dificuldade que sentem, que todos nós sabemos isso, é, efetivamente, a falta de recursos humanos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Por isso, parece-nos que o que é urgente, efetivamente, mais que

urgente, é a contratação de profissionais nestas áreas para que se possa dar uma resposta efetiva a estas crianças e a estes jovens.

É necessário um plano, uma estratégia e é necessário melhorar a questão da articulação entre todos os organismos? É. Mas, no nosso entender, mais que urgente é, sem dúvida, a contratação de profissionais nesta área.

Foi essa a preocupação que nos foi transmitida, quer nas audições presenciais, quer nos pareceres que nos chegaram no âmbito desta iniciativa, é, sem dúvida, a escassez de recursos humanos. Porque nada vai servir um psicólogo numa escola sinalizar uma situação, se, depois, na Unidade de Saúde de Ilha ou no Hospital não existe um psicólogo clínico que dê uma resposta atempada. Por isso, é muito importante, sim, a questão, no nosso entender, dos recursos humanos.

E há um trabalho a fazer. Ninguém está sentado, parado, à espera que exista um plano para poder agir. Tem-se agido no passado. Está-se a agir neste momento. É necessário, sim, este reforço de recursos humanos para dar a adequada resposta. E este caminho, que já foi transmitido pelo Sr. Secretário, no âmbito da contratação de psicólogos, de psiquiatras, é importante para podermos dar estes passos fundamentais para, sim, fazermos uma correta e uma adequada promoção e cuidar da saúde mental das nossas crianças e dos nossos jovens.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não disse nada contra o Plano Regional de Saúde Mental, atenção! O que eu referi foi que já estávamos atrasados no tempo para dar resposta a estas gerações de agora, que se viram privadas por razões alheias a elas. E nós também, não é? Mas que é urgente agir no momento e no imediato.

E o problema que existe é que, realmente, há casos que já foram identificados e que já estão a ser resolvidos. E sabe como é que estão a ser resolvidos, Sra. Deputada? No privado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Porque não há resposta no público!

A Oradora: Exatamente, não há resposta. Então, a primeira grande medida, se calhar, era começar já por agilizar o mais rápido possível para oferecer recursos humanos.

Agora, o que não se pode fazer é enganar com um Plano Regional de Saúde, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Enganar?! Enganar?!

A Oradora: ... que, em princípio, segundo as palavras do Sr. Secretário, irá a consulta pública no fim de janeiro.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ninguém disse isso! Há para aí uma confusão!

A Oradora: Que está a ser trabalhado. Que falou num prazo trimestral. E, depois, na própria Resolução, a ser aprovada, tem 45 dias a contar da sua data de publicação.

Então, afinal, o que é que sai primeiro? A minha questão é esta! Vamos ver se a gente se entende aqui! Eu não estou contra nada, tanto da proposta inicial, como a que está agora em debate.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Então explique-se melhor!

A Oradora: O que eu estou aqui é a tentar encontrar os *timings* para estas duas propostas, que não faz sentido, porque o ponto dois tem 45 dias. O Sr. Secretário da Saúde falou ali no fim de janeiro e depois num prazo trimestral. Inclusive, o

Sr. Deputado Gustavo Alves cumprimentou-o pela missiva que trazia hoje aqui relativamente ao Plano Regional de Saúde Mental.

Sras. e Srs. Deputados, eu também vou acabar a minha intervenção com uma citação que me parece bastante pertinente, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): “Mente sã, corpo são!”

A Oradora: ... que é do Sr. Presidente do Conselho da Ordem dos Psicólogos: “Quanto mais tarde se chegar às pessoas, potencialmente mais graves podem ser os quadros. Inevitavelmente, estamos sempre a perder tempo e a potenciar um maior custo económico.”

Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tentando esclarecer algumas das questões que foram aqui colocadas, desde logo a Sra. Deputada Alexandra Manes, a expressão que utilizou foi relutância. Não creio que será propriamente aquela que reproduz aquilo que foi a minha participação em sede de Comissão, mas, aceitando que seja, a prova é a alteração que foi feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Se estivesse bem, não teria sido necessário alterar. E saúdo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista por ter percebido o contexto daquilo que foi a posição do Governo Regional sobre esta matéria e de ter alterado.

O que eu não percebo é a sua posição, Sra. Deputada, que antes estava a favor de se fazer algo parcelar...

Deputada Alexandra Manes (BE): Não, não, não!

O Orador: ... e agora vai votar a favor de fazer algo mais genérico. A senhora é que tem que resolver essa sua dificuldade de encarar este problema.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não, não, o senhor é que tem que aprender a

articular planos.

O Orador: Há aqui uma questão de fundo e parece-me que esta é uma oportunidade, também, de dar aqui uma nota sobre aquilo que é o registo do XIII Governo Regional dos Açores sobre a intervenção em saúde: uma coisa, e é esse o vício de raciocínio que parece que está a fundamentar algumas posições, é uma intervenção de saúde baseada numa emergência, num caso avulso, num caso do momento, é esse o Serviço Regional de Saúde que, infelizmente, em grande medida, está implementado, é um serviço de urgência e é um serviço de resposta imediata aos problemas que se vão acumulando; nós pretendemos fazer algo diferente e algo de estrutural, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... atuar a montante, na prevenção, nos cuidados primários, na proximidade, de forma a prevenir, para que os cuidados de emergência sejam cuidados de ponta, esses, sim, cuidados hospitalares.

Transformar o Serviço Regional de Saúde num serviço de urgência é um caminho que este Governo não vai tomar!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Até ir para o privado!

O Orador: Por outro lado, quanto aos 45 dias, parece-me que está percebido. E foi essa a minha interpretação. 45 dias é para que estas propostas sejam recebidas no Plano Regional de Saúde Mental. E é isto que vamos fazer. Obviamente que não podia deixar de ser.

Ninguém falou em final e janeiro, Sra. Deputada. O que eu disse foi que, durante o mês de janeiro, vai ser feita a consulta pública do Plano Regional de Saúde Mental, que apresentei aqui já, mostrei o respetivo relatório preliminar. Durante o mês de janeiro, vai ser aprovado esse Plano Regional de Saúde Mental. E, obviamente, integrando aspetos que estão aqui referidos, e bem, recolhendo os contributos que esta Resolução prevê, exatamente no pressuposto de que são

importantes para concretizarmos o Plano Regional de Saúde Mental.

Desta forma, como sempre dissemos, desde o primeiro momento até agora, integrada, sistémica, complementar, coerente. Qualquer intervenção que não seja esta, dizem os especialistas, nem sequer sou eu que digo, estou absolutamente convicto disto mas quem o diz são os especialistas, qualquer intervenção em saúde, em particular em saúde mental, que seja meramente avulsa, circunscrita, parcelar, não é eficaz. É preciso uma intervenção robusta para isso.

Por isso, Sra. Deputada, se a Sra. Deputada pensa que com este Projeto de Resolução que está aqui fazia-se um clique e no dia a seguir estava implementado, é porque não conhece o sistema. Para implementar isto é preciso estruturar, planear, articular, envolver e, sobretudo, ter um sentido estratégico. Dizer isso, ao contrário daquilo que também é um vício de raciocínio de muitos, pode parecer que quer significar adiar. Não. Dizer isto é planear com responsabilidade para criarmos condições para implementar com eficácia. É esse o nosso caminho e é isso que estamos aqui a desenvolver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto às questões que foram aqui colocadas pelo Sr. Deputado do PAN, Pedro Neves, eu concordo com as suas dúvidas e fazem sentido as suas dúvidas de implementação. E tem a ver exatamente com isto, para implementar é necessário que se crie condições, que se crie estrutura, que se crie uma capacidade, que receba os conceitos que estão no plano, para os implementar com eficácia na prática. E concordamos com isso e é nisso que estamos a trabalhar.

Por outro lado, também gostava de dizer que, ao contrário do que foi referido, e já alguns dos Srs. Deputados também o referiram, pela intervenção da Sra. Deputada parece que nada está a ser feito. E é, de alguma forma, um ataque a todos os profissionais de saúde que, com meios residuais nalgumas circunstâncias, mas com muito e muito esforço, quer na Educação, quer na Saúde, quer aos mais variados níveis, estão a dar uma resposta imensa, num tempo em que estão a ser

intensamente solicitados.

Mas, para além de tudo isso que está a ser feito, este Governo Regional, em 2021, já realizou a primeira edição em formação avançada em saúde mental e psiquiátrica para as Unidades de Saúde de Ilha. Já está preparada a segunda edição. E estamos a trabalhar. Mas, como foi aqui já referido por vários Srs. Deputados, e a Sra. Deputada Célia Pereira também de uma forma muito clara explicou e também acabou por dar uma resposta à Sra. Deputada Alexandra Manes, da necessidade da visão sistémica e articulada de tudo isto, é evidente que são necessários profissionais de saúde. E é isto que este Governo está a fazer. Estamos a contratar profissionais de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como disse aqui, há vinte psicólogos que vão entrar este ano, com os respetivos procedimentos, para o Serviço Regional de Saúde. Os procedimentos estão iniciados. Há treze procedimentos já iniciados, há mais sete que se vão iniciar, para a contratação de vinte profissionais de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é muito complicado, porque estamos a correr contra o tempo e contra as necessidades. Mas isso não é desculpa para fazer, isto é um incentivo e um estímulo para fazermos cada vez mais e mais rápido, que é o que estamos a fazer.

Comparando, e a comparação não é nenhum ataque, é só para percebermos a dimensão da realidade e a dimensão do que está a ser feito, relativamente a 2021, estão iniciados treze procedimentos de contratação e já estão preparados mais sete procedimentos, vinte psicólogos. Em 2020, foram contratados, sabe quantos?

Quatro. Em 2019, sabe quantos? Um. Em 2018, sabe quantos? Quatro. 2017? Um. Em quatro anos, foram contratados dez. Este Governo, num ano, contrata o dobro, vinte.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Não vou estar a eternizar a questão, porque, às vezes, parece que, nesta Casa, as iniciativas em que todos votamos a favor são as mais difíceis e são as mais discutidas.

Mas não posso deixar de dizer, daquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Alexandra Manes, que só poderia dar razão à Sra. Deputada em relação ao tempo em que será feita a discussão pública, e ainda bem que vai ser feita uma discussão pública, em relação a esse tempo de espera, só podia concordar com o seu entendimento se fosse ficar em suspenso todos aqueles que já trabalham nesta área, se fosse ficar em suspenso a contratação de mais psicólogos, de mais psiquiatras, se fosse tudo ficar em aberto, digamos assim, a aguardar a implementação e a publicação deste plano. E não é isso, porque a verdade é que, mesmo sem este plano estar em vigor, já estão a ser contratados psicólogos. E é isso o importante, porque é essa a resposta que todos os organismos estão a aguardar e precisam.

Claro que, depois, o plano vai organizar ou reorganizar todo este trabalho que está

a ser desenvolvido, quer pelas escolas, quer pela Saúde. E vai ser implementado quando estiver em vigor. Mas a verdade é que a resposta rápida e urgente que a senhora reivindica, e bem, está a ser dada com a contratação de mais recursos humanos, porque não se consegue fazer omeletes sem ovos.

Se tivermos o plano publicado, vai entrar em 45 dias, mas, se não tivermos os recursos humanos, de que é que vai servir o plano?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas não é isso!

A Oradora: E, portanto, o que é urgente, neste momento, para dar esta resposta urgente às necessidades passa pela contratação destes profissionais de saúde. E é isso que está a ser feito. E nada vai ficar em suspenso a aguardar a publicação do Plano Regional de Saúde Mental.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nestas questões o que é importante é o conteúdo. E o conteúdo desta proposta, que foi apresentada por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na perspetiva do PPM, é um contributo muito positivo.

E, portanto, nós não retiramos o mérito da apresentação desta iniciativa e da forma como ela é conceptualizada, esta intervenção a nível da saúde mental, da parte do Partido Socialista. Pelo contrário, valoriza-se.

Isto significa que o Governo Regional se compromete e irá cumprir e honrar o seu

compromisso de concretizar este conjunto de pressupostos que são apresentados e que são descritos no âmbito deste Projeto de Resolução.

E o que diz o Projeto de Resolução é o seguinte, na sua parte resolutiva: “No âmbito da criação de um Plano Regional de Saúde, concretiza os seguintes aspetos (...)”. Ora, o que ficou evidente é que o Plano Regional de Saúde Mental irá integrar este conjunto de pressupostos que foram apresentados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sem lhe retirar e diminuir qualquer mérito pela apresentação destes pressupostos, que, com certeza, valorizam a intervenção que o Governo Regional pretende fazer nesta matéria.

E, portanto, Sra. Deputada Alexandra Manes, eu considero que a Sra. Deputada está a tentar desvalorizar a iniciativa do Partido Socialista nesta matéria.

(Risos da Deputada Alexandra Manes)

Eu considero que não o está a conseguir fazer, não o está a conseguir provar, porque esta iniciativa vai ser devidamente valorizada, está a ser valorizada. E tanto assim é que o Governo Regional, pela voz do Sr. Secretário, já disse que estes pressupostos, este conjunto de condições, serão integrados no Plano Regional de Saúde Mental, porque nós concordamos e porque nós os valorizamos também, tal como faz o Partido Socialista.

Portanto, não há aqui nenhuma desvalorização da proposta do Partido Socialista. Muito pelo contrário, saúda-se a apresentação desta iniciativa, que vai ser votada favoravelmente.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 69/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos, assim, este ponto da nossa Agenda.

Avançamos para o ponto 6 – **Projeto de Resolução n.º 77/XII – “Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Cyberbullying*”**. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PPM.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Grupos Parlamentares do PSD e do PPM apresentam um Projeto de Resolução para a criação de um Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e ao *Cyberbullying*.

Trata-se de uma problemática sempre atual, cada vez mais presente, premente e transversal na nossa sociedade e que atinge particularmente os nossos jovens em idade escolar. Comporta consequências nefastas, perduráveis e potenciadoras de inviabilizar a boa integração social dos jovens, podendo comprometer o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Como é sabido, o *bullying* consiste na prática reiterada sobre outrem de um conjunto de ações negativas intencionais, sejam elas físicas, verbais e até sexuais, quase sempre num espaço circunscrito, particularmente na escola, que visam provocar humilhação, agressão, exclusão e que são causadoras de danos graves

nas relações sociais das vítimas, levando a sentimentos de raiva, medo, insegurança, angústia, desvalorização das qualidades individuais, baixa autoestima, comportamentos violentos, desinteresse escolar com perda de rendimento escolar, entre outros.

Com a cada vez maior proeminência das tecnologias e do digital no quotidiano da nossa sociedade, a verdade é que este fenómeno transplantou do local circunscripto para a abrangência do mundo da internet, particularmente para as redes sociais, abrangendo um universo temporal mais alargado e não circunscrito espacialmente. O *cyberbullying* é praticado em qualquer altura do dia, em qualquer lugar e tem um efeito muito mais corrosivo e devastador, quer nas relações sociais das vítimas, quer na sua autoestima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como escrevia recentemente um matutino da nossa praça, nos nossos dias “os perigos do *bullying* andam no bolso dos nossos jovens”.

Segundo o estudo “*Cyberbullying em Portugal durante a pandemia da Covid-19*”, realizado por uma equipa do Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, mais de 60% dos jovens portugueses afirmaram terem sido vítimas de *cyberbullying* em 2020, durante os três meses em que durou o ensino à distância. Mais de um quarto dos inquiridos assumiu ter sido autor de *bullying* por motivos de diversão, vingança ou necessidade de afirmação e, destes, apenas 16% admite sentir culpa em relação à atitude de agressor. Para além disso, 9 em cada 10 jovens inquiridos admitem ter assistido a situações de *cyberbullying*, embora mais de metade nada tenha feito em relação a essa situação.

Ora, os Açores não estão certamente alheios a estes números. A verdade é que nos Açores, muitos dos nossos alunos também estiveram em ensino à distância e sujeitos a estes fenómenos e às suas consequências. Nas nossas escolas o fenómeno existe, é percecionado, é maioritariamente silencioso e exige ser

prevenido e combatido.

Apesar do trabalho já desenvolvido nesta matéria pelas escolas da nossa Região ao longo dos anos, em parceria com várias entidades, particularmente com o projeto “Escola Segura” da PSP, em nosso entender, falta quantificar, planear e atuar de forma concertada e preventiva, por forma a prevenir e combater fenómenos de *bullying* e *cyberbullying* nas nossas escolas e na nossa sociedade. É por isso que defendemos a criação deste programa regional. Um Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Cyberbullying* que efetue, primeiramente, um levantamento estatístico das situações registadas em contexto escolar, que desenvolva estratégias de sensibilização, de prevenção e de intervenção em meio escolar, envolvendo várias entidades, serviços e toda a comunidade educativa. Mas também um programa que inclua a produção e divulgação de conteúdos digitais, quer em contexto escolar, quer nos órgãos de comunicação social, sensibilizando e envolvendo os encarregados de educação e a comunidade em geral.

Urge, em nosso entender, investir estrategicamente na prevenção e combate ao *bullying* e ao *cyberbullying* nos Açores, dotando os docentes e não docentes, alunos e encarregados de educação de todos os mecanismos e ferramentas necessárias para um combate efetivo a esta problemática social, a bem dos nossos jovens, a bem da nossa sociedade e do nosso futuro coletivo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que, como é evidente, o Grupo Parlamentar do PS não poderia deixar de estar ao lado de um programa desta natureza, um programa de combate ao *bullying* e ao *cyberbullying*.

No entanto, importa deixar aqui duas notas que, a nosso ver, são de grande importância, numa espécie de resumo daquilo que foi dito na Comissão de Assuntos Sociais.

A primeira nota é, então, a seguinte: ficou no debate que foi feito na Comissão de Assuntos Sociais a impressão de que este programa seria algo de novo a implementar nas nossas escolas e que, efetivamente, nada teria sido feito até à data ou muito pouco.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca ninguém disse isso!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não é verdade!

O Orador: Apraz-me ter ouvido o Sr. Deputado agora dizer, o Sr. Deputado do PSD, representante do PSD nesta matéria, acabou de dizer diferente, acabou, realmente, a dizer que o trabalho tem sido desenvolvido e que, portanto, o programa poderá, efetivamente, ser, eventualmente, uma continuidade desse trabalho e que foi, no fundo, uma conclusão a que se chegou na Comissão de Assuntos Sociais.

Importa, então, sublinhar que, há várias anos, há um programa denominado de Programa de Prevenção da Violência e Promoção da Cidadania em Meio Escolar, que tem trabalhado nas escolas através de um gabinete multidisciplinar e, como não poderia deixar de ser, tem trabalhado em parceria com entidades que não poderiam ser dispensadas, como será o caso da PSP, através do Programa Escola Segura.

E, portanto, será de salientar que fica claro que é redutor dizer-se que é um programa novo e que vem aqui lançar um trabalho que até à data nunca foi feito.

Deputado Rui Espínola (PSD): Ninguém disse isso!

O Orador: As escolas têm trabalhado bastante.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Disseram, talvez não aqui, mas foi dito por várias vezes e ficou essa impressão. E, portanto, é uma ressalva que importa deixar clara neste Plenário.

Segunda nota importante, e eu aproveitaria para dizer também ao Sr. Secretário da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego: contrariamente àquilo que disse ontem, e também já hoje a Sra. Deputada Délia também já o disse, os Projetos de Resolução nem todos são, efetivamente, levados a bom termo pelo atual Governo.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

E, portanto, é por isso mesmo que, efetivamente, muitas das vezes, contrariamente àquilo que o Sr. Secretário disse ontem, esta bancada parlamentar opta por um DLR.

E vou, então, dizer onde é que eu quero chegar: há um Projeto de Resolução, que foi apresentado em maio... que foi aprovado em maio, melhor dizendo, que é de recuperação das aprendizagens dos alunos por via da pandemia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a ser feito!

O Orador: Eu não sei onde é que este programa se encontra. Agora, eu julgo que o Projeto de Resolução que aqui foi aprovado continua por aparecer, quer dizer, o trabalho não existe. Não me parece que, efetivamente, se concretize aquilo que o Sr. Secretário, ontem, disse, que é: “o Governo leva sempre a bom porto todos os Projeto de Resolução que aqui são trazidos.”

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Bem lembrado!

O Orador: Se, efetivamente, existe esse programa, pois, então, há aqui um outro tipo de problema, que já temos sublinhado por várias vezes, que é de

transparência, porque me parece que eu sou uma pessoa atenta nesta área...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não parece!

O Orador: ... e todos os dias procuro encontrar o tal programa ou plano, como querem dizer.

E eu não entendo que uma estratégia regional seja o mesmo que medidas avulsas.

O que a Sra. Secretária da Educação tem apresentado reiteradamente são medidas avulsas, não é uma estratégia regional, que era aquilo que o tal Projeto de Resolução, na altura, previa e que assim foi aprovado.

E, portanto, onde é que eu quero chegar com isto? Quero chegar com a ideia de que, do nosso ponto de vista, este é mais um programa a cair em saco roto.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

O Orador: Felizmente, atualmente, as escolas trabalham, têm trabalhado bastante, têm trabalhado bem. Nada começa agora. E ainda bem que assim tem sido, porque não estamos a vislumbrar, realmente, a hipótese de este programa vir, efetivamente, à luz do dia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições...

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bullying, que é uma palavra nova, mas a prática é muito velha e muito antiga.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E agora que se acrescenta a palavra *cyber*.

Pois, quanto ao *bullying*, tenho que dizer que, para mim, é uma cobardia. E o *cyberbullying* é uma rele cobardia, porque atrás de um teclado todos são muito fortes.

Como comecei a dizer, é uma prática muito antiga, sempre houve e sempre haverá. Isto, que não haja menor dúvida, porque o *bullying* existirá, que será sempre o mais forte ou supostamente mais forte, sempre acompanhado dos seus parceiros, que irá atacar as outras pessoas.

Agora, temos que fazer algo sobre isso, continuamente. Algum trabalho tem sido feito.

Até recordo-me dos meus tempos de estudante, já se falava um pouco disto, da violência, da humilhação, do não atacar as outras pessoas. E, normalmente, isto é feito sobre pessoas mais fracas, com mais fragilidades, o que é uma injustiça muito grande.

Isto é um trabalho que tem que começar por casa, o combate ao *bullying*.

O *cyberbullying*, pois, é um trabalho, que até digo, de legislação muito mais forte, muito mais eficaz, que não permita a qualquer indivíduo atrás de um teclado poder difamar o próximo da maneira como mais bem achar, sem qualquer consequência. Hoje, as coisas evoluíram, há bastante legislação, até europeia e mundial, neste sentido.

E, também, fica-se a saber uma coisa, como dizia há bocadinho o Sr. Deputado Nuno Barata, nós andamos nisso há uma data de anos e há uma coisa que quem anda no mundo da informática sabe: ninguém está anónimo na internet, absolutamente ninguém. Quem achar que está anónimo... Até o João Rendeiro foi apanhado. Até esse foi apanhado. Ninguém está anónimo. E é ver os casos dos *Leaks* e *WikiLeaks*, etc.

Nós temos que começar, como pais, em casa. Temos que libertar os professores do tal trabalho burocrático, para poderem estar atentos aos sinais que daí vêm.

E, há pouco, falamos da saúde mental. Pois, a saúde mental para os casos mais graves é aplicar. Agora, não há pílulas para a parte do *bullying*. É também necessário nas escolas termos, se calhar, mais auxiliares motivados e até com alguma formação nesta área, para se evitar que um miúdo seja fragilizado por uma

cambada de outros miúdos que em casa não têm um pingo de educação e que vão pôr as suas frustrações e a sua péssima educação que recebem em casa em cima de pessoas que estão na escola, supostamente para estudar, não é para serem humilhadas e agredidas.

E nas redes sociais e na internet, pois, olhe, que se faça justiça e que essas pessoas sejam fortemente penalizadas, porque destes eu não tenho dó nenhum.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Obviamente que iremos votar favoravelmente este diploma, até por causa do objeto. Quem é que é contra um diploma destes relativamente ao objeto em si sobre *bullying* e *cyberbullying*?

Só que não podemos é esquecer aquilo que já está implementado, sobre a estratégia que já existe nos Açores, a “Escola Segura”, da PSP, também sobre a APAV ou a UMAR com o “Violentómetro”. Isso já existe. Nós temos nas escolas também essa autonomia e essa sensibilização para ajudar relativamente ao *cyberbullying* e ao *bullying*.

Aquilo que nos falta talvez não seja um programa ou uma estratégia regional relativamente ao *bullying* e *cyberbullying*, é os dados estatísticos. Obviamente, é o ponto neste projeto que nós, obviamente, somos a favor totalmente. Falta-nos os dados estatísticos, quantificados, relativamente ao *bullying* e *cyberbullying* nos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A PSP apresenta isso todos os anos!

O Orador: Sem isso não há estratégia nenhuma, não há programa regional nenhum que possa combater algo quando nós não temos esses dados. Isso, para

nós, é o mais importante.

Por isso, obviamente, iremos aprovar este Projeto de Resolução, que o PAN acha que, unicamente, é para fazer uma ponte de ordem política de algo que já está a ser feito nos Açores, está a ser feito bem, é preciso apenas robustecer e termos uma análise quantificada daquilo que nós temos nos Açores.

E esses números é que faltam, não só no *bullying* e *cyberbullying*, mas também de outros temas que podemos chegar, obviamente, para o ano, aqui nesta Assembleia.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como aqui já foi referenciado, isto é um problema antigo. É um problema que, quando nós estudávamos, eramos estudantes, pudemos observar. Todos nós. Não há ninguém que não tenha observado este tipo de fenómenos. Não há ninguém que não tenha observado este tipo de fenómenos, como professor, exercendo essa função.

Agora, o que é diferente, e ainda bem, é que a sociedade está mais desperta para este tipo de fenómenos, está mais desperta para esse tipo de situações.

Deputado José San-Bento (PS): E para a violência doméstica também!

O Orador: Há muito gente na sociedade, e ainda bem, que não tolera este tipo de situações.

Por isso, é preciso melhorar. É evidente que as nossas escolas já o fazem. Os nossos conselhos executivos, os nossos professores, já o fazem. Mas é sempre possível melhorar. É sempre possível fazer melhor. É sempre possível. O que este projeto apresenta é uma intervenção mais estruturada, envolvendo mais entidades e, portanto, melhorando o campo de intervenção. Nós não estamos contentes com

aquilo que está a ser feito. Não quer dizer que não esteja a ser feito. Mas é possível fazer melhor e é esse o objetivo.

Eu quero, também, aqui, realçar a seriedade deste Projeto de Resolução, porque este Projeto de Resolução o que vai fazer é também fazer este levantamento estatístico, que é importante, porque este levantamento estatístico também traz consequências políticas, no sentido de que, se estes números não foram melhorados, quer dizer que a ação do Governo não está a ser suficientemente eficaz.

Mas este Projeto de Resolução não tem nenhum tipo de problema em dizer: não, não, nós vamos apresentar resultados em relação a estas matérias. Embora, como se sabe, também, conseguir fazer uma análise estatística rigorosa neste tipo de matérias é difícil. Mas também é possível melhorar. É mais uma área em que é possível melhorar.

E há um outro ponto da Resolução que eu considero também que é muito importante, que é o facto de que o Governo Regional deve remeter um relatório anual detalhado sobre as ações de prevenção e combate que estão a ser desenvolvidas. Isto é também muito importante, na medida em que o Governo Regional, a partir do momento em que esta Resolução for aprovada, fica com a obrigação de aqui apresentar o trabalho que está a ser feito.

Por isso, há aqui vários mecanismos de rigor que são introduzidos neste Projeto de Resolução, que permitem quantificar o trabalho, que permitem prestar contas. E, obviamente, os diversos partidos desta Assembleia irão observar o trabalho que está a ser feito, irão criticar, irão também ter oportunidade de apresentar estratégias alternativas, ideias, melhorias que podem ser introduzidas.

Mas há aqui um trabalho, e este Projeto de Resolução vai nesse sentido, de rigor que se pretende introduzir. E também que isto seja quantificável e que seja necessário prestar contas. Prestar contas, porquê? Porque este é um fenómeno que interessa combater com maior rigor, com total energia. E é este o contributo que

este Projeto de Resolução aqui apresenta, com esta seriedade e também com estes números, que permitem que o Governo Regional seja, anualmente, confrontado com os resultados efetivos que se estão a obter nesta matéria.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Primeiro, claro que esta iniciativa, trazida pelo Grupo Parlamentar do PSD e pelo Grupo Parlamentar do PPM, traz uma questão que é preocupante da nossa sociedade. Já o é há muitos anos. E claro que a evolução a que se tem assistido na nossa sociedade tem tomado outros contornos e que, também, a pandemia, sem dúvida, veio a agravar.

E claro que esta problemática necessita de uma resposta que se seja adequada aos desafios atuais, à realidade daquilo que é a nossa sociedade hoje em dia. E tem que ser uma estratégia global e integrada.

Quer que parta, como aquilo que é referenciado aqui na iniciativa, de uma ação junto de toda a comunidade escolar, envolvendo os professores, os alunos, todos os profissionais de educação, os auxiliares, mas, também, sem dúvida que há aqui uma responsabilização também por parte dos pais. Todos nós sabemos que, hoje em dia, as crianças e os jovens estão dependentes das redes sociais, dos vídeos do Youtube, a toda a hora agarrados ao telemóvel e aos computadores. E existe um papel que é fundamental dos pais de acompanhar estas crianças e estes jovens, porque, por mais planos que possamos aprovar, por mais programas que o

Governo, seja ele qual for, possa desenvolver, nada vai substituir essa função que é dos pais, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... de acompanhar que redes sociais é que eles estão a usar, que vídeos é que estão a procurar. E esse papel parte, sem dúvida, do seio familiar.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: E é fundamental também dizê-lo aqui, porque, no nosso entender, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, esse papel da família e do agregado familiar é fundamental para o combate àquilo que designamos hoje como o *bullying* e o *cyberbullying*.

E claro que são estes valores, que são trazidos e que são arrecadados ao longo do nosso ambiente familiar e por parte das famílias, que são fundamentais também para o combate a esta problemática.

Depois, dizer que, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, surge este programa e esta proposta de plano regional, também, por forma a adequar aquilo que são os desafios atuais da nossa sociedade, daquilo que também nos parece importante, que é a partilha de informação e a disponibilização de informação com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porque, sem dúvida, também precisamos de informação para poder avaliar o que está a ser feito e poder propor novas estratégias, aquilo que está a falhar, fazermos a análise daquilo que está implementado. E, portanto, essa divulgação de informação parece-nos, de todo, também, fundamental.

E, para terminar, não posso deixar de dizer, daquilo que foram as declarações do Deputado Rodolfo Franca, relativamente à ação da Sra. Secretária Regional da Educação, em que ele se designou como uma pessoa atenta, então pergunto-lhe: onde é que o senhor andou nas anteriores legislaturas? Não posso deixar de fazer esta pergunta, porque aquilo que o Sr. Deputado diz e refere como medidas avulsas na área da Educação, o que tem existido têm sido medidas concertadas,

que queremos acreditar e que estamos convictos que nos levarão a melhores resultados, quer a resultados claros por parte dos nossos alunos, quer também por parte dos professores, de estarem disponíveis, estarem motivados para aquilo que é a sua principal missão, que é ensinar.

Como tal, Sr. Deputado Rodolfo Franca, diz que é uma pessoa atenta, mas, se calhar, é um bocadinho seletiva e por isso não se recorda de algumas coisas que aconteceram no passado.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O atropelamento de uma criança numa escola do Seixal, no início do junho, quando fugia de colegas que a atormentavam, chocou a opinião pública.

Nas redes sociais apressaram-se a partilhar, vezes sem conta, o triste episódio, ignorando que, a cada divulgação, a exposição e o tormento da vítima seriam prolongados.

Alguns canais televisivos expuseram a vida das famílias – da vítima e da agressora – condenaram as mães e os pais e apressaram os autos de fé dos justiceiros de teclado.

Algumas pessoas condenaram os mais novos, saudando tempos idos: “naquela altura é que era”, o “respeitinho é muito bonito”, “havia brincadeira, mas éramos todos amigos”, quando, no fundo, não corresponde à verdade.

Aquilo que hoje se designa por *bullying* é um flagelo geracional que existe desde tempos imemoriais e é uma prova de força e de poder, com um abuso sistemático de poder entre pares, com um processo de agressão intencional e repetido.

A diferença entre esse tempo e o que vivemos é que, em primeiro lugar, não havia, na altura, telemóveis que fizessem os registos, congelando, “frame” a “frame”, os detalhes mais sórdidos. Em segundo, as agressões, tormentos e perseguições eram silenciadas no círculo escolar e familiar e encaradas como comportamentos “normais da idade”.

As vítimas de *bullying* na escola habituavam-se a sofrer em silêncio, cresceram com o medo constante e, hoje, alguns são adultos inseguros ou com graves problemas psicológicos e de relacionamento social.

É muito comum, pelas especificidades das faixas etárias, que crianças e jovens sejam, por um lado, agressores e, por outro, vítimas, desencadeando uma série de consequências nefastas para a vítima, essencialmente ao que à autoestima diz respeito.

Há casos, inclusive, que após distúrbios resultantes dos abusos praticados que chegam ao extremo da automutilação e do suicídio. Não podemos ignorar, desvalorizar a fragilidade ou naturalizar a agressividade.

Não desmerecendo a iniciativa que agora debatemos, é importante que o Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Cyberbullying*, se efetive na prática, seja consequente e não seja somente um conjunto de intenções que aqui se vota.

No entanto, é necessário termos presente que nada será conseguido sem uma resposta a nível de recursos humanos, e refiro-me, essencialmente, técnicos em saúde mental que são as pessoas mais habilitadas a lidar com estas situações, integrando equipas multidisciplinares.

A possível punição do agressor, por si só, não ajudará a vítima, nem o agressor, caso não seja desenvolvido um trabalho sério.

O contexto da pandemia, com o isolamento e o ensino não presencial, veio potenciar fenómenos como o *cyberbullying* e degradar a saúde mental das crianças e dos jovens.

Combater o *bullying* passa, de forma integrada, pelas famílias, pela escola e pela comunidade.

Não há prevenção do *bullying* sem combate ao racismo, à xenofobia, à discriminação sexual, social ou de género. Não há combate ao *bullying* sem promoção da empatia, sem respeito por quem é diferente ou promoção da tolerância.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reconhece a pertinência de serem tomadas medidas e, como tal, votará a favor desta iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada! Subscrevo inteiramente! Bela intervenção!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Alexandra Manes.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A parte negativa de ser dos últimos a falar é que depois já quase tudo o que íamos dizer já foi dito.

A Sra. Deputada do CDS, ainda há pouco, tirou-me as palavras da boca. Efetivamente, parte do *bullying* que hoje existe, já existia há muitos anos, mas na altura tinha outro nome.

Deputado José San-Bento (PS): Era “porrada”, não era?

O Orador: Na altura, todos nós nos lembramos disso, normalmente, os episódios de *bullying* eram corrigidos mecanicamente em casa. Todos nós nos lembramos disso. E, normalmente, funcionava. Funcionava um bocadito. Hoje, não se pode

utilizar essa forma mecânica de corrigir esses momentos, é certo, mas nunca será tarde para, também por parte das famílias, haver um envolvimento mais presente na resolução desses problemas.

As famílias, hoje, não se podem demitir das suas obrigações. O ambiente escolar também não se pode demitir das suas obrigações.

E o *bullying*, como também a saúde mental, que falamos ainda há pouco, não é um problema da escola, nem de casa, mas da sociedade no seu todo. E cada um de nós terá, efetivamente, tal como eu disse ainda há pouco quando falávamos da saúde mental, que dar o seu contributo decisivo naquilo que é o problema do *bullying*, porque identificar o *bullying* e fazer relatórios anuais sem que daí resulte uma autorresponsabilização de cada um de nós, será sempre mais um conjunto de papeis, mais um conjunto de relatórios para juntar à situação.

Portanto, é determinante que todos nós nos envolvamos na resolução desse problema. Todos nós temos que transmitir aqueles valores, como o Sr. Deputado Pedro Pinto ainda há pouco falou, os valores, que é o princípio da solução desse problema. Temos que perceber que cada um de nós tem essa obrigação, tem esse dever e tem a obrigação de sentir na pele aquilo que é o que os outros sentem quando são vítimas de *bullying*. Portanto, o princípio de base do “não faças aos outros o que não queres que te façam” será sempre um bom princípio, para que o *bullying*, aos poucos, vá saindo da nossa sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Já agora, muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Percebi agora, porque os meus colegas me deram indicação, porque é que, na verdade, não senti aquele aplauso caloroso da minha bancada quando falei há pouco. É porque não falei do ProSucesso.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Muito obrigado. Acho que decidi bem em levantar-me e falar do ProSucesso. Porém, não posso falar muito do ProSucesso, tanto quanto gostaria, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não convém!

O Orador: ... mas aproveito, então, agora, para dizer que, na verdade, o tal programa que falei há pouco, o Programa de Prevenção da Violência e Promoção da Cidadania em Meio Escolar é um programa, também, na abrangência do próprio ProSucesso, um programa que, na evidência dos factos que apuramos há poucos dias, é, realmente, um programa de sucesso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, que aqui fique claro que uma coisa tem inteira relação com a outra. Aliás, no trabalho das escolas as coisas não podem ser assim separadas umas das outras, tem que haver um trabalho coordenado, como no próprio Governo terá que haver um trabalho coordenado.

Para dizer ainda que o tal programa que já aqui referi várias vezes é um programa muito mais abrangente que até o programa que agora se propõe do *bullying* e do *cyberbullying*, porque a prevenção da violência é algo muito mais abrangente do que falarmos “apenas” do *bullying* e do *cyberbullying*.

E, portanto, importa dizer e sublinhar, por isso também me levantei, que, julgo eu, ninguém desta sala estará, efetivamente, contra a ideia de implementar mais este programa, mas me parece também que ninguém nesta sala estará contra a ideia de que o que deve ser atualmente feito é a continuidade do trabalho que está a ser desenvolvido e bem desenvolvido, com todo o apoio coordenado,

estratégico, digamos, responsável, da tutela.

E quero ainda dizer sobre isto que importa que a tutela não tenha também um comportamento, que eu tenho, pessoalmente, apontado o dedo por inúmeras vezes, que é o de delegar nas escolas, ao abrigo da sua autonomia, a responsabilidade que, do nosso ponto de vista, é, efetivamente, da tutela.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Sei o que a Sra. Secretária vai dizer. Vai, eventualmente, dizer que ninguém melhor do que cada uma das escolas para preparar o programa, para, efetivamente, desenvolvê-lo, conhecendo a sua realidade. Mas importa que as escolas estejam orientadas, tenham uma estratégia regional, volto a dizê-lo, importa que haja uma indicação, uma orientação e não um desnorde.

E, portanto, voltando ao início da minha intervenção e sublinhando no final, eis mais uma prova de que o ProSucesso é um programa de sucesso.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, eu tenho pena que o Sr. Deputado Rodolfo Franca, nesta sua intervenção, tenha desvalorizado esta questão, porque foi isso que fez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não!

Deputado João Vasco Costa (PS): Ao contrário!

O Orador: Esta questão é uma questão muito importante, Sr. Deputado, e faz todo o sentido que exista um plano especificamente dirigido para resolver este

problema, que é um problema que está a crescer na nossa sociedade! E V. Exa., se visitasse as nossas escolas, poderia verificar que todas elas testemunham que, no âmbito da pandemia, o problema se agravou, Sr. Deputado!

Deputado José Ávila (PS): O senhor por estar a levantar a voz não tem razão!

O Orador: E, por isso, é politicamente errado, Sr. Deputado! Civilizacionalmente errado que V. Exa. nas suas intervenções desvalorize este programa, que o senhor considere que não deve existir um programa especificamente dirigido para esta problemática! É o que disse V. Exa., que o que estava, estava bem. Eu considero que aquilo que estava feito não é suficiente! Nós queremos fazer melhor! E nós queremos focalizar-nos nesta questão, Sr. Deputado!

E fica-lhe muito mal, e ao Partido Socialista, que desvalorize esta questão! Este é o primeiro ponto.

Deputada Ana Luís (PS): Não desvalorizou, não! Seja sério!

O Orador: O segundo ponto, Sr. Deputado... Porque eu estou indignado com a sua intervenção!

Deputada Ana Luís (PS): O senhor quer é desviar o assunto! É isso que o senhor quer!

O Orador: Quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que aqui não há uns pozinhos daquilo que vamos fazer. O que há aqui é um compromisso de apresentar resultados! Resultados que serão apresentados a V. Exa.! E que poderá dizer: afinal, não resultou, ou são precisos meios adicionais.

O que temos aqui previsto é que aqui seja apresentado um relatório anual, Sr. Deputado, que não foi apresentado em momento nenhum sobre esta questão! É uma novidade absoluta! Todos os anos, neste Parlamento, vamos ter oportunidade de discutir os resultados que alcançamos nesta temática! E é esta matéria que V. Exa. está a desvalorizar, com a sua atitude, Sr. Deputado, com a sua atitude de desvalorização desta iniciativa! Com a desvalorização dos meios que aqui estão agregados, o Sr. Deputado está a prestar um mau serviço no âmbito do combate a

esta matéria que é preciso fazer, Sr. Deputado! Lamento muito que tenha essa atitude!

Voices dos Deputados da bancada do PSD, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faça favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, há muito que esperava irritar o Sr. Deputado Paulo Estêvão. E parece que a palavra-chave foi ProSucesso.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Ou então fui eu, não sei. Mas eu julgo que eu, até à data, como nunca o tinha conseguido irritar, descobri a chave para o irritar, foi a palavra ProSucesso. Depois de se saber que esta palavra, afinal, encerra mesmo em si um sucesso que toda a bancada de direita ou de apoio ao Governo não gostaria que existisse. Portanto, começamos a irritar bastante, porque começamos a comprovar que, efetivamente, aquilo que dizemos de há um ano a esta parte é verdade.

Não sei se o Sr. Paulo Estêvão me está a ouvir, mas eu gostaria que o fizesse.

Deputado Berto Messias (PS): Está, está. Está-se é a fazer desentendido!

O Orador: Se calhar, agora, dá-lhe jeito estar ao telefone.

Bom, eu quero ainda dizer que não gritarei tanto quanto o Sr. Deputado, até porque o Sr. Deputado tem muito mais força para o fazer. E eu até acho que, aquilo que já se tem dito muitas vezes, não é por gritar mais alto ou gritar muito ou

gesticular muito ou ficar muito vermelho que faz com que se tenha mais razão. Portanto, tenho um apreço por si. Não tenho, efetivamente, nada contra si. Agora, a forma como se irritou e os olhos que lançou aqui para a minha pessoa, descompôs-me um bocado e levou-me aqui a perguntar se é, realmente, o ProSucesso ou se sou eu que o irritamos, porque eu não desvalorizei programa nenhum.

O Sr. Deputado é uma pessoa inteligente e percebe que aquilo que disse não é verdade. Aquilo que o Sr. Deputado disse, sabe que não é verdade. Sabe que aquilo que eu disse foi uma valorização do trabalho que foi feito até à data e comecei toda a minha intervenção deste assunto dizendo que o Grupo Parlamentar valoriza o programa e que vai votar o programa favoravelmente. Agora, temos sempre observações a fazer, que não deixamos de as fazer por o Sr. Deputado, eventualmente, se irritar ou falar muito alto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Eu indignado me confesso!

O Orador: Efetivamente, Sr. Deputado Rodolfo Franca, V. Exa. irritou-me. Irritou-me o seu discurso de desvalorização desta temática. É só isso. Não tente desviar o assunto discutindo outras coisas, ...

Deputado José Ávila (PS): Não são outras coisas. É o ProSucesso!

O Orador: ... porque isso é também uma forma de desvalorização do assunto que

estamos aqui a discutir, Sr. Deputado!

Eu faço uma coisa que aconselho V. Exa. a fazer, que é perguntar à Mesa quanto tempo é que disponho ainda, era só isso. Portanto, eu estava muito atento ao que o Sr. Deputado estava a dizer.

Deputado José Ávila (PS): Não parecia!

O Orador: Não precisava de estar tão atento porque repetiu exatamente aquilo que tinha dito nas intervenções anteriores, que é o que V. Exa. faz. Faz uma primeira intervenção e depois repete três ou quatro vezes a mesma coisa que acabou de dizer.

Por isso, é evidente, Sr. Deputado, que o que o senhor aqui fez foi uma desvalorização desta temática, a dizer que o que existe é muito bom. Pergunte às famílias se o que existe é muito bom, Sr. Deputado!

Sabe porque é que eu estou indignado? Porque eu não posso aceitar que alguém seja sistematicamente gozado, que seja perseguido só porque é diferente, só porque tem uns quilos a mais, ou só porque tem um aspeto físico diferente, ou só porque tem uma orientação sexual diferente, ou só porque tem um aspeto diferente, ou só porque tem borbulhas. Pode ser qualquer coisa a despertar este tipo de situações, Sr. Deputado. E é isso que é intolerável, Sr. Deputado, porque a diferença não pode ser sistematicamente alvo de agressões. São agressões. Há muitos miúdos, há muitas crianças, há muitos jovens que ficam traumatizados com este tipo de situações, Sr. Deputado.

E a sua insensibilidade em relação a esta matéria...

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: ... deixou-me irritado.

Deputado João Vasco Costa (PS): E os ciganos?

O Orador: E é por isso, Sr. Deputado, quando o senhor me diz que aquilo que nós estávamos a fazer (o Governo anterior) é bom, não era, Sr. Deputado! Eu quero mais e melhor, Sr. Deputado!

Deputada Ana Luís (PS): Queremos todos!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Todos ambicionamos!

Deputado Berto Messias (PS): O Chega não quer!

Deputado José Pacheco (CH): O Chega também quer!

O Orador: É para isso que os governos existem, para melhorar aquilo que é uma situação que lhe foi apresentada. O que é que seria negativo? Bom, está tudo feito, não precisamos de fazer nada. Não, Sr. Deputado! Queremos fazer melhor!

Mas sabe uma coisa, Sr. Deputado: queremos fazer melhor e criamos aqui mecanismos que permitem a este Parlamento ter um conhecimento sistemático da situação, ou seja, vamos apresentar aqui um relatório anual sobre esta matéria, com as medidas que estão a ser implementadas, com o sucesso que estão ou não estão a ter, Sr. Deputado! E o Sr. Deputado não quer isto. Acha que já está tudo feito.

E, por isso, Sr. Deputado, não é V. Exa. que me deixa irritado, eu fico irritado é com o conceito, a desvalorização desta matéria, que é uma matéria tão importante para tantas famílias, Sr. Deputado! É tão importante! E, por isso, essa sua atitude de desvalorização dos outros partidos quando são os outros partidos a apresentar iniciativas.

Vou-lhe dizer uma coisa: há pouco, antes desta discussão, tivemos a oportunidade de o Partido Socialista apresentar uma iniciativa nesta matéria. E o que é que eu fiz? Valorizei a iniciativa do Partido Socialista porque a considerei válida. Não a diminuí. Não fui dizer que nós já estávamos a fazer, que já tínhamos feito isto e feito aquilo. Não a diminuí absolutamente em nada. Mas V. Exa. o que tem feito no seu discurso é tentar retirar o mérito da iniciativa que é aqui apresentada, Sr. Deputado. E por isso, Sr. Deputado, é que eu não posso concordar com a sua atitude, porque a sua atitude não serve esta causa e não resolve coisa nenhuma. O que resolve é ter o grau de exigência que nós temos nesta matéria.

Por isso, por muito que lhe custe, Sr. Deputado, sim, sim, vamos melhorar as

respostas! Sim, sim, vamos intensificar a luta ao *bullying*! Sim, sim, vamos prestar contas todos os anos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): E falar do ProSucesso? O relatório do ProSucesso contradiz tudo o que o senhor disse ao longo dos últimos anos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados...

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As últimas duas intervenções do Sr. Deputado Paulo Estêvão suscitam, de facto, aqui, talvez, alguns esclarecimentos em relação àquele que é o entendimento do Partido Socialista nesta matéria.

E talvez começar por dizer que as primeiras palavras que dirigimos neste debate foi exatamente para felicitar os proponentes pela iniciativa, pela importância dos temas e para manifestar a nossa concordância com a proposta apresentada. Primeiro, este é o entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Segunda questão: concordando com a iniciativa, fizemos alguns alertas. E penso que os alertas que fizemos, que são alertas ao Governo, naturalmente, tenho a certeza de que a Sra. Secretária os terá em devida conta.

Em primeiro lugar, uma questão que é essencial e que já a colocamos em iniciativas anteriores a este propósito e que tem a ver com a orientação a dar às escolas. As orientações, os objetivos têm que ser claros, de maneira que não fique ao total livre-arbítrio de cada escola proceder conforme entender neste processo,

até porque se é intenção dos proponentes que seja mantida uma estatística e que seja feito um relatório, é fundamental que haja objetivos comuns, critérios de monitorização comuns e, portanto, orientações claras para as escolas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Este é um aspeto essencial.

E foi esse o enfoque que o meu colega Rodolfo Franca introduziu neste debate. Depois, também, gerou-se aqui uma sensibilidade em torno das palavras do Sr. Deputado Rodolfo Franca a propósito do trabalho que vinha sendo desenvolvido pelas escolas nesta matéria e que, quanto a mim, não se compreende muito bem, até porque na proposta anterior, a que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aludiu, nós ouvimos de quase todas as bancadas, eu diria que talvez o Sr. Deputado Paulo Estêvão foi exatamente aquele que não o fez, mas todos os outros o que disseram foi essencialmente o seguinte: o trabalho já está a ser feito, mas mesmo assim nós concedemos e vamos aprovar esta iniciativa. E lá fizeram esta concessão muito a esforço. Todas as bancadas o disseram assim.

Deputado Berto Messias (PS): Está a ver, Sr. Deputado?

A Oradora: Quase todas, com exceção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

E, portanto, nós, na discussão anterior, a bem do consenso e da importância do tema, nem sequer invocamos questões. Por exemplo, o Sr. Secretário da Saúde fez referência ao aumento dos recursos, aos concursos que estão a abrir, e nós nem falamos em todos os psicólogos que foram admitidos para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, aos psicólogos que foram admitidos para as Equipas de Intervenção Precoce, àqueles que estão a trabalhar em todas as IPSS, nomeadamente no âmbito do Rendimento Social de Inserção e que desempenham um trabalho muito importante e comunitário em matéria de saúde mental, ou por exemplo ao esforço que as próprias escolas e a Secretaria Regional da Educação no passado, e no presente tenho a certeza que continuará a fazer, de reforço dos seus quadros, designadamente ao nível de psicólogos. Portanto, há um trajeto que

foi percorrido. E também nesta matéria.

É preciso, talvez, lembrar aqui que há na Região um Plano Regional de Combate à Violência Doméstica e de Género que inclui, Sr. Deputado Paulo Estêvão, esta temática, em articulação direta com as escolas. O *bullying* e o *cyberbullying* são, exatamente, temáticas que já vinham sendo trabalhadas. Há margem de melhoria? Com certeza que sim. Fomos os primeiros a dizer. Aliás, fomos os primeiros a inscrever-nos neste debate, exatamente para dizer que concordamos com a iniciativa. Margem para melhoria há sempre. Há sempre margem para melhoria. Agora, também não vale a pena embandeirar em arco e ficar agora aqui muito ofendido com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca! É um alerta legítimo! É um alerta legítimo!

Se o que os senhores pretendem, e bem, é que haja uma monitorização dos resultados, pois bem, então têm que ser fixados objetivos para todas as escolas, critérios para todas as escolas, de maneira a que possa ser produzido um relatório, que nós, nesta Casa, possamos avaliar efetivamente, sob pena da inutilidade da iniciativa dos proponentes.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu penso que, estando nós todos de acordo com a iniciativa, penso que todos os que se manifestaram até agora foi exatamente concordando com a iniciativa, é bom que tenhamos consciência do percurso que percorremos, até para que possamos evitar os mesmos problemas que eventualmente aconteceram no passado e possamos melhorar as respostas no futuro.

Não há razão para que fique melindrado com a intervenção, até porque o Partido Socialista não ficou melindrado na discussão que decorreu exatamente antes a propósito do Plano de Saúde Mental, porque tudo o que o Partido Socialista fez foi exatamente procurar consensos no sentido de que a proposta anterior fosse votada por unanimidade. E aqui nem houve essa necessidade, o Partido Socialista vai votar a iniciativa original dos proponentes.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nesta matéria, tem uma atitude que não é passível de ofensa, de melindre, nem tão pouco de qualquer agitação por parte da bancada dos proponentes.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Carlos Silva (PS): É agora que vai falar do ProSucesso?

Deputado Berto Messias (PS): Relativamente ao ProSucesso...

O Orador: Bem, agora as coisas voltaram ao normal com a intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso. Agora, sim, temos um Partido Socialista que está ao lado dos restantes partidos nesta matéria, e do Governo Regional. Agora, sim, temos uma efetiva valorização da iniciativa. Agora, sim, não tivemos uma desvalorização sistemática da iniciativa, basicamente dizendo que ela não serve para nada. Agora, sim, temos aqui uma intervenção que honra o Partido Socialista e o trabalho que têm feito nesta matéria.

Porque aqui nunca foi dito que nunca foi feito nada anteriormente. Agora, a ambição legítima é fazer melhor. A ambição legítima é focalizar um conjunto de recursos nesta matéria. A ambição legítima é obter melhores resultados. A

ambição legítima é apresentar aqui neste Parlamento e exigir que o Governo apresente aqui um relatório sobre esta matéria para que se possa analisar a evolução, anualmente, desta temática.

Agora, sim, Sra. Deputada Andreia Cardoso, a sua intervenção recoloca esta questão onde ela deve estar, que esta é matéria em que, da parte do PPM e da parte do Partido Socialista, nada nos divide do ponto de vista ideológico. Isto é uma preocupação nossa e é uma preocupação vossa.

Agora, as intervenções anteriores, Sra. Deputada, desculpe que lhe diga, não iam nesse sentido, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Iam, iam. O senhor sabe muito!

O Orador: ... iam no sentido da desvalorização absoluta da iniciativa. E isso, Sra. Deputada, eu não podia tolerar!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola. Faça favor.

(*) Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que discordamos mais quando concordamos do que quando, efetivamente, discordamos.

A verdade é que todos nós estamos aqui despertos para o fenómeno. Consideramos que é um fenómeno social relevante. Temos que ter em conta que é um fenómeno social silencioso. A maior parte das vezes, os nossos jovens não revelam aos professores nem aos pais ou aos encarregados de educação, acabam

por revelar aos amigos, aos colegas.

E temos que ter em atenção, temos que ter em conta aquilo que é o impacto destes fenómenos no rendimento escolar dos nossos alunos. Efetivamente, a maioria dos estudos comprova que os alunos vítimas destes fenómenos são alunos com resultados escolares abaixo da média. Por isso, ao elaborarmos, ao propormos este Programa de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Cyberbullying*, estamos também numa ação preventiva do insucesso, estamos também a combater a desmotivação, a combater o abandono escolar a curto e a médio prazo.

Nesta matéria, aliás, não está escrito no Projeto de Resolução e não é esse o nosso entendimento, fazemos tábua rasa de tudo o que está para trás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade!

O Orador: É evidente que, antes de assumir as funções de deputado, era professor, também lecionava a disciplina de cidadania e também desenvolvemos ações no âmbito do *bullying* e do *cyberbullying* por todas as escolas por onde passei.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade, sim, senhor. O senhor teve grandes alunos!

O Orador: E, portanto, foi feito algo nesta matéria. Não o dissemos aqui. Não o dissemos em Comissão. E não o dizemos.

Agora, o que nós estamos a propor aqui é diferente daquilo que havia no passado, desde logo porque este Projeto de Resolução e este programa pretende ser muito mais abrangente do que aquilo que existia ou que existe atualmente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Desde logo, nós entendemos que é necessário fazer o levantamento estatístico deste fenómeno. Não é possível nós estarmos, enfim, a lecionar e a sensibilizar às cegas. E, portanto, precisamos identificar estes casos.

E eles são passíveis de serem identificados. Aliás, há um parecer de uma escola

que diz mesmo que basta pedirem às escolas. E, portanto, através do gabinete do aluno, através do gabinete de intervenção disciplinar, já é possível identificar alguns casos. É evidente que não vamos conseguir identificar todos, nunca vamos conseguir identificar todos, mas alguns casos. É possível fazer essa intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Este programa, para além de prever o envolvimento de toda a comunidade educativa, dos nossos professores, dos nossos alunos, dos nossos assistentes operacionais e assistentes técnicos, também quer o envolvimento dos nossos encarregados de educação, porque nós entendemos que estes problemas também têm que ser acompanhados pelas famílias. As nossas famílias têm que estar despertas para estes problemas. E a nossa sociedade em geral. E é por isso que um dos pontos resolutivos é a produção de conteúdos digitais para também serem divulgados nos órgãos de comunicação social e haver ações de sensibilização, de prevenção e de intervenção no próprio meio escolar. Mas também envolver os meios técnicos das escolas, que já fazem algum trabalho nessa matéria, mas que nós queremos mais.

E ter, sobretudo, um trabalho concertado, um trabalho organizado, um trabalho programado, envolvendo várias entidades, desde logo o projeto da PSP “Escola Segura”, que já faz um excelente trabalho, diga-se, mas outros que possam ser envolvidos e que possam dinamizar este projeto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Quanto ao cumprimento do Projeto de Resolução, o Sr. Deputado Rodolfo Franca já em Comissão tentou, não é? Tenta sempre encontrar um problema onde ele não existe. E, efetivamente, Sr. Deputado Rodolfo Franca, estamos cá todos nós para fiscalizar o cumprimento deste Projeto de Resolução.

Deputado Carlos Silva (PS): E do ProSucesso também!

O Orador: E é por esse motivo que nós, PSD e PPM, ...

Deputado Berto Messias (PS): E o CDS, porque é que não subscreveu este

projeto?

O Orador: ... neste Projeto de Resolução, incluímos no ponto 5 a obrigatoriedade de o Governo Regional remeter à Assembleia um relatório anual detalhado sobre as ações realizadas, porque nós queremos, efetivamente, saber o que é que está a ser feito nesta matéria.

Quanto à questão do ProSucesso, Sr. Deputado Rodolfo Franca, que o senhor anda muito feliz com o ProSucesso, eu não partilho da sua visão, lamento, porque, repare, o ProSucesso, naquilo que é a avaliação externa do ProSucesso, o que diz lá é que foram realizadas 32 ações em 5 anos. Eu não estou contente com isto! É pouco! É muito pouco! Já foi feita alguma coisa, mas é, efetivamente, muito pouco! E é por isso que nós queremos algo mais consistente, algo mais organizado e mais programado, para combatermos, efetivamente, estes fenómenos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, não vamos fazer resvalar este debate para o ProSucesso, ...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos, vamos!

O Orador: ... porque, efetivamente, haveria muito que dizer sobre ele. Mas não sei como é possível, depois de tudo o que é evidenciado, ainda vir dizer que, efetivamente, o ProSucesso é um programa que não teve sucesso. É preciso ter uma capacidade de desmentir o óbvio, que é fascinante. Eu diria assim, que é fascinante.

Como é fascinante a capacidade teatral, vamos dizer assim, do Sr. Deputado Paulo Estêvão no que toca aqui à viragem do assunto, talvez para me fazer intimidar ou qualquer coisa do género.

Deputado Berto Messias (PS): Fazer *bullying*!

O Orador: Portanto, talvez seja o *bullying* que aqui esteja a acontecer.

Mas, Sr. Deputado Paulo Estêvão, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu posso não ser um grande político, até porque há pouco tempo cheguei à política, mas queria dizer-lhe que de escola ainda percebo um bocadinho e não preciso de as visitar assim tanto porque não foi há muito tempo que de lá saí.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “Presunção e água benta, cada qual toma a que quer!”

O Orador: E, portanto, não foi há muito tempo que ajudei a implementar tudo aquilo que temos estado aqui a falar. Importa dizer isto, porque aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão quer é, efetivamente, fazer o contrário, que é desvalorizar tudo aquilo que tem sido feito. Não somos nós que queremos desvalorizar o programa que está agora aqui em cima da mesa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós o que queremos é que o combate ao *bullying* e ao *cyberbullying* se faça com o maior sucesso possível. E cá estaremos para ajudar nesse sentido.

O que nós não podemos permitir é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão vire aqui o discurso todo ao contrário e deixa aqui crer que aquilo que nós queremos é dizer mal do que se está para fazer. Portanto, nada disso é verdade, Sr. Deputado. Tem muita habilidade em fazê-lo, mas nada disso é verdade.

Nós, repetidamente, dizemos: estamos aqui não com pacto assinado, mas estamos aqui para trabalhar em conjunto em prol do sucesso do nosso sistema educativo. Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Relativamente ao ProSucesso...

O Orador: Por falar em capacidade teatral, nós estamos a assistir aqui ao número do polícia bom e do polícia mau. O polícia bom é a Sra. Deputada Andreia Cardoso, faz uma intervenção humanista, preocupada, que se lhe reconhece o mérito. O polícia mau ou o polícia desnorteado é V. Exa., que faz uma intervenção em que atira a tudo, diz todo o tipo de coisas...

Deputado João Vasco Costa (PS): Desnorteado?!

O Orador: Ó Sr. Deputado, tem a oportunidade de se inscrever!

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor gritou o que quis e agora vem chamar desnorteado?!

O Orador: Sr. Deputado, não seja mal educado, tem oportunidade de se inscrever! Quer-se inscrever ou quer respeitar a minha intervenção? O Sr. Deputado quer respeitar a minha intervenção, ou não quer?

Deputado João Vasco Costa (PS): Pode falar.

O Orador: Pronto. Muito obrigado. Agradeço-lhe dar-me a oportunidade de me exprimir livremente neste Parlamento, pelo menos. É importante. A liberdade de expressão é muito importante.

O que eu quero aqui dizer é que nós temos aqui duas intervenções por parte do Partido Socialista. Temos uma intervenção que acho que honra a Sra. Deputada Andreia Cardoso, uma intervenção de carácter humanista, valorizando esta questão, dizendo que sim, que considera que há um trabalho que foi feito, há um percurso que foi feito, mas que reconhece que é uma aspiração legítima fazer

melhor. É uma aspiração legítima de qualquer Governo e de qualquer partido. Essa foi a postura da Sra. Deputada Andreia Cardoso, que eu saudei.

Depois, temos a intervenção do Sr. Deputado Rodolfo Franca, que não quer reconhecer aquilo que disse. Aquilo que disse foi uma tentativa de desvalorização da iniciativa, ...

Deputado José Ávila (PS): Não disse!

O Orador: ... que já estava tudo feito, que não há nada aqui a fazer. E, portanto, o Sr. Deputado desvalorizou completamente a iniciativa. E assim é difícil debater com a bancada do Partido Socialista.

(Risos da Deputada Andreia Cardoso)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Agora teve piada!

O Orador: Eu nunca sei com quem estou a debater, se estou a debater com o polícia bom ou com o polícia mau.

E, portanto, Sr. Deputado Rodolfo Franca, eu vou fazer uma justiça ao Partido Socialista: eu considero que, pela sua história, a intervenção que de facto retrata o Partido Socialista é a intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso. Essa é que é a intervenção que retrata o Partido Socialista nesta matéria e a sua história. A sua intervenção de desvalorização desta matéria, a sua intervenção nesta matéria, certamente, não retrata aquela que é a preocupação, aquele que é, com certeza, o objetivo do Partido Socialista nesta matéria.

Volto a dizer-lhe, Sr. Deputado: terá a oportunidade, que não teve até ao momento, de verificar o sucesso das políticas que estão a ser implementadas nesta matéria. Terá oportunidade de criticar, sabe porquê? Porque lhe serão transmitidos dados estatísticos, porque lhe serão transmitidos também relatórios sobre esta matéria e porque há uma intensificação deste esforço.

E eu não percebo, Sr. Deputado, porque é que o Sr. Deputado está contra e porque

é que a Sra. Deputada Andreia Cardoso está a favor. O problema é esse, Sr. Deputado. E, portanto, se eu valorizo esta posição, não posso valorizar a sua posição, Sr. Deputado. Não posso valorizar.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: Foi isso que disse, Sr. Deputado!

Deputada Ana Luís (PS): Não foi, não!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar a minha intervenção por fazer referência e saudar o muito trabalho que as nossas escolas têm desenvolvido. Não há diretor de turma, não há professor do 1.º ciclo, não há educador que, assim que deteta um problema de *bullying*, não ative todos os mecanismos que tem ao seu alcance e, se necessário, as escolas, para fazer face aos problemas que são detetados.

E, portanto, a primeira nota para este trabalho. Nota que foi dada também na minha audição na Comissão de Assuntos Sociais, sobre esta temática. O Sr. Deputado Rodolfo Franca devia estar manifestamente desatento quando se fez menção a isso, até com indicação e discriminação dos vários programas.

Deixe-me dizer, Sr. Deputado, o seu discurso hoje foi duplamente redutor. Ele começa a ser redutor porque V. Exa. reduz os programas de combate ao *bullying* nas nossas escolas ao EPIS e esquece-se de uma série de outros programas que foram desenvolvidos, como disse a Sra. Deputada Andreia Cardoso, e muito bem. Também estivemos em parcerias, por exemplo, o Programa “Antes de me Discriminares, Conhece-me”, que era um programa em parceria entre a Secretaria Regional da Educação e a Direção Regional da Solidariedade Social e também a Direção Regional da Juventude, entre outros exemplos, que passarei aqui a

explicitar.

E é também redutor porque V. Exa. também reduziu o ProSucesso ao programa da EPIS, ao Programa de Prevenção da Violência e Promoção da Cidadania, que até é curioso tê-lo feito escolhendo o EPIS, que é um programa que é de uma associação do continente, é um programa nacional, é uma associação do continente e que é até liderada e presidida pela Professora Leonor Beleza. E, portanto, o ProSucesso, como todos nós sabemos, vai muito além do EPIS.

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhora, mas nós estamos a discutir isto neste diploma!

A Oradora: No que concerne em específico ao programa e à proposta, pois, como nós também afiançamos...

Eu aguardo, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O ProSucesso está relacionado com este debate!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Secretária faça a sua intervenção. Muito obrigado.

Faça favor, Sra. Secretária.

A Oradora: Passarei a enunciar as várias questões, os vários programas, que, também pertencendo ao ProSucesso, não se reduzem ao EPIS.

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal, o ProSucesso é um sucesso!

A Oradora: Ora muito bem, propomos, no seguimento da proposta apresentada, que acolheremos, desenvolver um programa regional que esteja assente em três princípios:

Um primeiro princípio é o princípio da recolha dos dados estatísticos. Não que eles não existam, nalguns casos eles não estão compilados e eles não estão tratados. As nossas escolas dispõem de dados. Também não podemos estar aqui a passar a mensagem de que os casos não são devidamente acompanhados. Todos nós sabemos e essa discussão foi feita na Comissão de Assuntos Sociais, os casos são devidamente acompanhados, para a PSP, para a Inspeção Regional da

Educação, ou outros que sejam necessários. Mas faz todo o sentido essa primeira aferição de uma forma global, regional, de recolha dos dados estatísticos;

Um segundo pilar é um pilar que passa pela construção de um plano de ação. Não um plano de ação que coloque as escolas ao serviço deste plano de ação, mas, pelo contrário, um plano de ação com a construção de recursos, de estratégias e de metodologias que estejam ao serviço daquilo que as escolas necessitam. E é essa a tónica que nós queremos dar e que eu explicitarei em como é que ele se constituirá;

Um terceiro pilar, que é a elaboração do relatório anual.

Ora muito bem, no que concerne ao plano de ação, este plano de ação deve ser, no nosso entendimento, conduzido pela equipa regional que pertence e que está a desenvolver o trabalho da estratégia nacional de educação para a cidadania.

Ora, mais um outro programa que já estava a ser utilizado pelas nossas escolas já há muitos anos a esta parte.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Não diga isso!

A Oradora: E que está aqui a cargo desta equipa. E esta equipa deve articular com as equipas de saúde escolar, com a equipa regional da SeguraNet (lá está, mais outro programa que já existia), com os programas da EPIS, entre outros.

Ora, no que concerne às equipas de saúde escolar, estas equipas trabalham este assunto e continuarão a fazê-lo, tendo por base o manual de operacionalização das atividades de saúde escolar e as orientações de um referencial que está definido pela Direção-Geral de Educação, e que manteremos. E esse trabalho é e deve continuar a ser desenvolvido, e assim faremos, em parcerias locais com a Polícia de Segurança Pública, a Cáritas, as IPSS e várias outras. Deve passar também pela promoção da SeguraNet.

A Secretaria Regional da Educação tem vindo também a desenvolver este programa e este ano pretende alargá-lo para outras ilhas, em que a SeguraNet trabalha essencialmente o *cyberbullying*, que nós fizemos referência e como se

fez referência no debate, que é uma questão cada vez mais premente face à maior utilização das tecnologias.

Ora, estas ações da SeguraNet, que antes eram desenvolvidas unicamente nas escolas de São Miguel, já neste primeiro período, só nestes três meses deste ano, já envolveu e já desenvolveu trabalho a envolver mais de 1800 alunos das escolas de São Miguel, em que nós pretendemos agora colocá-lo ao serviço com ações dirigidas também aos alunos, não somente em São Miguel, mas, já no segundo período, já estando perspetivadas intervenções no Corvo, em São Jorge e no Pico, a pedido destas mesmas escolas.

Para pais e encarregados de educação também temos ações previstas. Já se desenvolveram duas na Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo. E pretendemos continuar a fazê-lo.

Mais, como também fiz referência na Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Deputado Rodolfo Franca, as nossas escolas também já têm vindo a fazer outros programas. E até a Secretaria Regional da Educação, no âmbito do “Aprender em Casa”, tinha desenvolvido uma pequenina *frame*, que nós consideramos muito interessante, que é o chamado o “Redinhas”, com aconselhamento para os nossos alunos, especialmente os mais novinhos, no que concerne à utilização da internet. E, portanto, nós estamos já a trabalhar também para podermos dar um outro formato ao “Redinhas”, para que ele possa ser utilizado em todas as nossas escolas e ao serviço dos programas que as escolas necessitem.

Quanto ao EPIS já conversamos, não preciso alongar-me mais no que concerne a isto. Só fazer referência que estamos a estender a ação do programa no âmbito da EPIS a mais ilhas e a mais escolas da nossa Região.

Para além disso, também fazer referência que o próprio projeto do ‘Coaching’ Educativo, que vai arrancar nas escolas do 1.º ciclo da nossa Região, logo no início do ano escolar, decorridos os primeiros 15 dias por motivos pandémicos, como expliquei aos Srs. Deputados na Comissão de Assuntos Sociais, tem como

objetivo, entre outros, preparar os alunos para que se tornem jovens adultos mais autoconscientes, resilientes, focados no futuro e membros contributivos de uma sociedade que se pretende mais igualitária, tolerante, inclusiva e desenvolvida.

Para além disso, ponto três, a questão do relatório anual. O Governo Regional, então, propõe-se e compromete-se a desenvolver este relatório a ser enviado à Assembleia Legislativa Regional até ao final de cada ano civil, a reportar sobre o ano escolar anterior, à semelhança do que acontece com outros casos, como é por exemplo o caso da Proteção Civil, portanto, faremos também o mesmo relativamente a esta questão, para que possa haver mais transparência, mais conhecimento e, essencialmente, desse conhecimento, poder ser redefinido o plano de intervenção para o ano escolar seguinte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para concluir, queremos também mais e melhor. O Governo Regional está, como sempre, disponível para o diálogo.

O Sr. Deputado Rodolfo Franca e as restantes Sras. e Srs. Deputados se tiverem propostas em concreto a apresentar ao Governo Regional no âmbito deste programa, pois, serão muito bem-vindas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 77/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 77/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos, assim, o ponto 6 da nossa Agenda.

Atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã, com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Até amanhã. Bom descanso.

Eram 19 horas e 58 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

O redator, André Silva